



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

Centro de Educação e Humanidades

Instituto de Letras

Priscila Gurgel Thereso

**Perigo vermelho: análise cartográfica das práticas discursivas  
anticomunistas no Brasil**

Rio de Janeiro

2022

Priscila Gurgel Thereso

**Perigo vermelho: análise cartográfica das práticas discursivas anticomunistas no Brasil**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Estudos de Língua.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Poliana Coeli Costa Arantes

Coorientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Maria Cristina Giorgi

Rio de Janeiro

2022

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/B

T398

Thereso, Priscila Gurgel.

Perigo vermelho: análise cartográfica das práticas discursivas  
anticomunistas no Brasil / Priscila Gurgel Thereso. – 2022.

96 f.: il.

Orientadora: Poliana Coeli Costa Arantes.

Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro,  
Instituto de Letras.

1. Análise do discurso – Teses. 2. Comunismo – Brasil – Teses. 3.  
Presidentes - Brasil - Discursos, ensaios e conferências - Teses. 4.  
Linguagem – Aspectos políticos – Teses. 5. Sociolinguística – Teses. I.  
Arantes, Poliana Coeli Costa. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro.  
Instituto de Letras. III. Título.

CDU 82.085

Bibliotecária: Eliane de Almeida Prata. CRB7 4578/94

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta  
dissertação, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Priscila Gurgel Thereso

**Perigo vermelho: análise cartográfica das práticas discursivas anticomunistas no Brasil**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Estudos de Língua.

Aprovada em 05 de agosto de 2022.

Banca examinadora:

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Poliana Coeli Costa Arantes (Orientadora)  
Instituto de Letras – UERJ

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Maria Cristina Giorgi (Coorientadora)  
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca

---

Prof. Dr. Décio Orlando Soares da Rocha  
Instituto de Letras – UERJ

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Maria Del Carmen Fátima González Daher  
Universidade Federal Fluminense

Rio de Janeiro

2022

## DEDICATÓRIA

Esta pesquisa é dedicada a meus maiores apoiadores e incentivadores nos estudos, meu pai, Armando Teixeira Thereso (*in memoriam*), e minha mãe, Liana Cisne Gurgel Thereso.

## AGRADECIMENTOS

São muitos a quem agradeço neste trajeto acadêmico que começou há muitos anos e chegou nesta etapa: minha família, que sempre incentivou que eu estudasse para ter minha própria liberdade — em vários sentidos —; obrigada Armando, Liana, Gisele e Sulamita. A minhas amigas da graduação da UERJ, que carrego no coração, Natasha de Pina, Isis Batista, Joanna Ferreira, Claudia Marques e Bárbara Azevedo, assim como meu elenco fixo da UFRJ: Juliana Rettich, Luciana Lobão e Patricia Feitosa. Muito obrigada pelos incentivos e carinho. Aos amigos que fiz pelos caminhos que já trilhei e que seguem comigo, vibrando a cada conquista e segurando minhas mãos nos momentos em que preciso: Ana Paula, Juliana, Wagner, Giuliano, Taiane e Verônica.

Esta pesquisa é fruto de muita parceria. Às orientadoras Poliana Coeli e Maria Cristina Giorgi, meu agradecimento mais que especial por toda a ajuda na construção deste trabalho acadêmico. Aos meus amigos pesquisadores da UERJ, da minha Panela querida: Alessandra Santos, Ariane Oliveira, Cristina Giorgi, Dandara Silva, Filipe Abrantes, Gabriel Merlim, Isabel Ribeiro, Juliana Rettich, Luana Vianna, Roberta Calixto e Tatiana Jardim, muito obrigada pelas trocas acadêmicas e não acadêmicas, e por todos os afetos durante este período difícil em muitos aspectos. Igualmente agradeço aos professores do PPGL/UERJ e do PPRER/Cefet-RJ pela dedicação e pelo esforço em manter as atividades do mestrado durante o período de pandemia, com ensinamentos via plataformas de reuniões virtuais das mais diversas e diante de todas as dificuldades que envolveram este processo. Muito grata aos professores Maria Del Carmen Daher e Décio Rocha, por terem aceitado participar da banca de qualificação desta pesquisa e por todos os apontamentos feitos. Agradeço também aos colegas do mestrado na UERJ e aos do Cefet.

Não poderia deixar de lembrar os colegas de trabalho, que deram apoio nesta nova empreitada de estudos: Claudia Carvalho, Katy Navarro, Liara Avellar, Máira de Assis, Joseane Freitas, Thais Araújo e Vitor Gagliardo, chefe que ajudou enormemente com os arranjos no horário de trabalho para eu participar do processo seletivo e vibrou com minha aprovação como se fosse uma conquista dele. A parceria merece destaque também fora da labuta.

Meu muito obrigada ainda às profissionais de saúde Marihá Lopes e Esther Porto, que estiveram comigo neste trajeto, cheio de intercorrências, e que me ajudaram a lidar da melhor

forma com todas as perdas, anseios e angústias desde o período que antecedeu o ingresso formal no mestrado até o fim desta etapa.

E, por último, mas não menos importante, não posso deixar passar meu agradecimento a todos aqueles que me guiam e me protegem, que me possibilitam acreditar em mudanças positivas e que me ajudam a evoluir em mais uma etapa terrena.

## **EPÍGRAFE**

Todo resultado é frustrante; foco no processo.

*Poliana Arantes (2021)*



## RESUMO

THERESO, Priscila Gurgel. *Perigo vermelho: análise cartográfica das práticas discursivas anticomunistas no Brasil*. 2022. 96 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

Nesta dissertação são apresentadas as análises do que denominamos práticas discursivas anticomunistas a partir do recorte de enunciados em pronunciamentos oficiais de dois presidentes do Brasil, em momentos diferentes da história — um no século XX e outro no século XXI —, para entender de que modo a defesa da Nação contra os perigos do comunismo parece ser um discurso de defesa da propriedade privada no país. A pesquisa apresenta de que forma essas práticas discursivas se mantiveram atualizadas, apesar da distância temporal de mais de 80 anos entre os pronunciamentos analisados, e mostra, por meio dos enunciados, como o comunismo foi um perigo inventado no Brasil e de que forma criou raízes no inconsciente nacional. Para tal, optamos pela cartografia (PASSOS; BARROS, 2015) como caminho teórico-metodológico, pois acreditamos na existência das implicações do pesquisador sobre o objeto de pesquisa, recusando, assim, a perspectiva da ciência positivista, fundada na pretensa neutralidade do pesquisador. Usamos, para essas análises, as noções de formação discursiva (FOUCAULT, 1969; MAINGUENEAU, 2015), demonstrando regularidades dessas práticas discursivas anticomunistas; de cenografia (MAINGUENEAU, 2013, 2015; ROCHA, 2006, 2014), ao detalhar a cenografia de combate dos enunciados; de linguagem-intervenção (ROCHA 2006, 2014), mostrando como a linguagem cria realidades; e de interdiscurso (MAINGUENEAU, 2015). Esses conceitos compõem o referencial teórico das análises, nas quais identifico que essas práticas discursivas anticomunistas atravessam e são atravessadas por questões de ordem do mercado, da moral e dos bons costumes, e da nacionalização. O resultado dessa pesquisa-processo não nos confirma ou nega a hipótese levantada sobre a defesa da propriedade privada a partir da análise dos enunciados anticomunistas pronunciados, mas evidencia o poder de intervenção da linguagem e mostra o quanto necessária é a mudança do paradigma da cognição em voga, para que os sujeitos sejam considerados protagonistas em suas ações no mundo, e que haja, assim, uma mudança no *status quo*.

Palavras-chave: Comunismo. Análise do discurso. Prática discursiva. Linguagem-intervenção. Cartografia.

## ABSTRACT

THERESO, Priscila Gurgel. *Red scare: a cartographic analysis of anticommunist discursive practices in Brazil*. 2022. 96 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

This thesis presents analyses of what we call anticommunist discursive practices, having, as a starting point, enunciations from official speeches of two Presidents of Brazil at different moments in history – one from the 20<sup>th</sup> Century and another from the 21<sup>st</sup> -, in order to understand how “protecting the Nation from the evils of communism” seems to work as a discourse in defense of private property in this country. The research presents how these discursive practices stay up-to-date despite the gap of more than 80 years between the analyzed speeches. It also shows, through these enunciations, how communism was a manufactured scare in Brazil as well as the ways in which this idea became rooted in the national unconscious. For this purpose, we have adopted cartography (PASSOS; BARROS, 2015) as a theoretical and methodological path, as we believe in the existence of the researcher’s implications on the research object, thus refusing a positivist perspective of science grounded in the supposed neutrality of the researcher. In order to carry these analyses, we utilize the concepts of discursive formation (FOUCAULT, 1969; MAINGUENEAU, 2015), demonstrating the regularities in these anticommunist discursive practices; scenography (MAINGUENEAU, 2013, 2015; ROCHA, 2006, 2014), when detailing the scenography in which the clash of enunciations takes place; language-as-intervention (ROCHA 2006, 2014), to show how language creates realities; and interdiscourse (MAINGUENEAU, 2015). These concepts make up the theoretical framework of the analyses, in which I identify that those anticommunist discursive practices traverse and are traversed by questions related to the market, morals and conventions, and nationalization. The result of this research-process does not confirm nor deny, through the analyses of the spoken anticommunist enunciations, the hypothesis raised about the defense of private property. It, however, highlights language’s power of intervention and shows how necessary the change of the current paradigms of cognition is, so that subjects can be considered protagonists of their actions in the world, creating, thus, a change in the *status quo*.

Keywords: Communism. Discourse analysis. Discursive practice. Language-as-intervention. Cartography.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Seleção de publicações contra a o comunismo .....	31
Figura 2 – Imagem do comunicado do MEC .....	32
Figura 3 – Seleção de publicações sobre os enunciados anticomunistas .....	33
Figura 4 – Publicação com a bandeira de Israel .....	53
Figura 5 – Foto de apoiador com a bandeira de Israel.....	54
Figura 6 – Foto da bandeira de Israel ao lado da bandeira brasileira em palanque .....	54

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	11
1 PERCURSOS INICIAIS: MAPEANDO CONSTRUÇÕES PESSOAIS E DE PESQUISA .....	14
2 ALGUMAS PISTAS QUE CORROBORAM AS PRÁTICAS DISCURSIVAS ANTICOMUNISTAS .....	17
3 A INVENÇÃO DO PERIGO VERMELHO: O IMAGINÁRIO ANTICOMUNISTA NO BRASIL .....	24
3.1 Imaginário anticomunista no Brasil .....	34
3.2 Liberdade sim, igualdade não: a farsa do neoliberalismo .....	37
4 ANÁLISE DE PRONUNCIAMENTOS PRESIDENCIAIS DE 1937 E 2019 .....	41
4.1 Sebastianismo verde-amarelo .....	49
4.2 “Nossa bandeira jamais será vermelha.” .....	51
4.3 Liberalismo e neoliberalismo — ame-os ou deixe-os .....	54
4.4 Liberal na economia, conservador nos costumes .....	57
4.5 Ordem e progresso .....	59
4.6 Um inimigo invisível precisa ser derrubado: uma cenografia de combate .....	60
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	65
REFERÊNCIAS .....	69
ANEXO A – Pronunciamento do Presidente da República, Getúlio Vargas, ao povo brasileiro em 1937 .....	74
ANEXO B – Pronunciamento do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante Cerimônia de Posse no Congresso Nacional.....	84
ANEXO C – Pronunciamento do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante cerimônia de Recebimento da Faixa Presidencial.....	89
ANEXO D – Nuvens de palavras a partir dos pronunciamentos de Getúlio Vargas e Jair Bolsonaro .....	92
ANEXO E – Lista de palavras mais frequentes no pronunciamento de Getúlio Vargas..	94
ANEXO F – Lista de palavras mais frequentes nos pronunciamentos de Jair Bolsonaro	95
ANEXO G – Lista de palavras mais frequentes nos pronunciamentos de Getúlio Vargas e de Jair Bolsonaro.....	96

## INTRODUÇÃO

Esta pesquisa é o resultado de uma investigação realizada, como tantas outras desde 2020, durante a pandemia de Covid-19. Início desta forma porque dimensionar o impacto do pesquisar dentro desse contexto é de suma importância: o curso de mestrado começou com atraso de quase quatro meses e foi inteiramente realizado de forma remota, com encontros síncronos que aconteceram em diferentes plataformas de reuniões online via internet. Os encontros de orientação com minha orientadora e minha coorientadora, além dos de orientação coletiva, se deram da mesma forma. Tudo isso gerou impacto em como esta pesquisa aconteceu: sem trocas presenciais, com poucos afetos, muita preocupação em não me contaminar ou perder familiares e amigos para a Covid-19. Infelizmente, houve muitas perdas pelo caminho, e questões de muitas ordens que envolvem lutos (especialmente os não vividos plenamente) estiveram presentes no decorrer deste trajeto, particularmente os mais próximos, de meu pai e de meu tio.

Depois da primeira grande etapa do mestrado, a qualificação, realizada em julho de 2021, demorei mais de quatro meses para retomar a pesquisa, devido ao esgotamento mental e físico gerado pela pandemia, à falta de perspectiva com relação à chegada das vacinas, ao afastamento das pessoas que me são caras, aos riscos de novas variantes, além de questões no trabalho, que culminaram com o início da maior greve realizada por empregados da EBC (Empresa Brasil de Comunicação) — devido à falta de negociações de um acordo coletivo de trabalho —, perdas de direitos, falta de reajustes salariais com a inflação altíssima e risco de privatização da empresa onde trabalho. Isso tudo impactou a reta final desta pesquisa, quando parecia que eu desabaria psicologicamente depois de dois anos caóticos e sem uma previsão para um suposto retorno à “normalidade” da vida pré-pandemia.

Ter escolhido estudar enunciados anticomunistas e pronunciados pelo atual presidente da República do Brasil Jair Messias Bolsonaro poderia ter sido um problema ainda maior durante a pandemia, pelas inúmeras falas ditas pelo chefe do Executivo em relação à proteção ao vírus e pela falta de empatia com as mortes dos brasileiros, especialmente as que poderiam ter sido evitadas, se não tivesse redirecionado meu ódio anteriormente para produzir algo de bom. O esforço despendido neste processo de pesquisa tem parte de afetos negativos, canalizados em algo que é de valor para mim e pode se tornar para outros. Por esses e outros motivos, esta pesquisa produz vida, diante de tanta produção de morte deste desgoverno.

Começo, no capítulo 1, apresentando as motivações que me fizeram investigar a temática das práticas anticomunistas no Brasil. No período entre 2016 e 2018, pré-eleições presidenciais, esses enunciados ganharam muito espaço, e o fato de uma pessoa tão próxima a mim reproduzir esses textos me gerou aflição e chamou minha atenção para tentar entender como essa prática discursiva ressurgiu com ênfase em pleno século XXI. Explico que a cartografia é o caminho teórico-metodológico escolhido para analisar os enunciados anticomunistas, quais são as pistas utilizadas inicialmente e como o corpus foi sendo construído a partir dessas pistas, além da hipótese de esses textos serem uma forma de defesa/manutenção da propriedade privada.

No capítulo 2 trago com detalhes as quatro pistas que foram seguidas e que corroboram as práticas discursivas anticomunistas, justificando a escolha da cartografia ao falar sobre os atravessamentos da pesquisa. Discorro, nesse capítulo, sobre a não neutralidade por parte do pesquisador e outras implicações. Apresento o processo cartográfico percorrido e as possibilidades de caminhos de estudo que surgiram a partir de uma hipótese inicial.

Na sequência, no capítulo 3, explico as produções de sentido que atravessam as palavras “comunismo” e “comunista”, outras ideias conservadoras que atravessam as práticas discursivas anticomunistas, e retomo como essa ascensão aconteceu no Brasil e no exterior. Nesse capítulo procuro trazer à discussão a invenção do perigo do comunismo e, para isso, utilizo o conceito de linguagem-intervenção (ROCHA, 2014). Também apresento o conceito de formação discursiva, que nos ajuda a entender as condições de produção dos enunciados anticomunistas e a rede de acontecimentos que as cercam. Além disso, discorro sobre o processo de construção do corpus e apresento exemplos das práticas discursivas anticomunistas. Ainda nessa parte do trabalho faço um relato resumido de como o imaginário anticomunista começou a aparecer e ganhar força no Brasil — como base, uso os estudos do historiador Rodrigo Patto Sá Motta — e trago considerações sobre as noções de nacionalismo, liberalismo e neoliberalismo, que nos ajudam a entender o ambiente de enunciação desses textos anticomunistas.

No capítulo 4 realizo a análise dos pronunciamentos presidenciais de 1937 e 2019 de Getúlio Vargas e Jair Bolsonaro, respectivamente. Detalho como localizei os pronunciamentos e de que forma foi possível compará-los em volume de palavras. A partir da leitura dos textos, identifiquei as marcas linguísticas que permitiram afirmar uma formação discursiva anticomunista — parte dessa identificação aconteceu por meio de uma das pistas que surgiu numa reunião de orientação: a da formação de uma nuvem de palavras mais usadas

nos pronunciamentos. Explico, nesse capítulo, a análise dos enunciados que convergem nos três eixos anticomunistas citados no capítulo anterior: a nacionalização, o mercadológico e o moralismo. Apresento, ainda, a explicação para a cenografia de combate identificada nos textos. Antes disso, relembro as circunstâncias em que tais pronunciamentos foram realizados, contextualizando-os historicamente.

Na última seção desta dissertação, nas considerações finais, não apresento uma conclusão da pesquisa ou confirmo a hipótese inicial levantada: a cartografia nos permite isso, encerrar em determinado ponto, mas sem finalizar totalmente o assunto. Trago uma ponta de esperança a partir da política cognitiva inventiva dos enunciados anticomunistas: os deslocamentos produzidos durante esse trajeto de pesquisa me permitem afirmar que existe, sim, uma possibilidade de construir uma nova realidade, as práticas podem gerar produção de mundos e subjetividades, os sujeitos podem e devem ser atores da invenção desses mundos, modificando o *status quo* atual.

## 1 PERCURSOS INICIAIS: MAPEANDO CONSTRUÇÕES PESSOAIS E DE PESQUISA

Há quatro anos, o discurso anticomunista ganhou novo fôlego no Brasil com a campanha eleitoral de 2018 para a presidência da República. Os textos pronunciados contra o sistema político-econômico comunismo, em tom de uma ameaça à nação brasileira, chamaram minha atenção e, conversando com amigos, decidi que deveria partir deles para um projeto de mestrado, o qual já tinha adiado por muito tempo. A afetação principal foi ouvir, de minha mãe, uma reprodução do que era proferido pelo então candidato Jair M. Bolsonaro e pelos apoiadores dele, em 2018, sobre os riscos de “o Brasil virar uma Venezuela”. Recordo, ainda criança, no fim dos anos 1980, com a redemocratização do país e o início das eleições diretas, de ouvir em casa falas sobre os perigos de um governo de esquerda — à época, a disputa eleitoral para a presidência se dava entre os candidatos Fernando Collor de Melo e Luiz Inácio Lula da Silva —, pois, de acordo com os enunciados que circulavam naquele tempo, haveria um “risco” de se instituir uma política de divisão de bens e propriedades com quem não os possuía. Isso é apenas um dos indicadores de que essa memória discursiva anticomunista foi reativada.

Com algo em mente, começou o processo de atenção flutuante<sup>1</sup>, verificando e coletando tudo que poderia ser de interesse para o estudo. Esse processo de atenção vem da cartografia, caminho metodológico usado na pesquisa, e que foi o pontapé inicial para observar e selecionar materiais para construir o cópuz e compor o trabalho. Partindo do conceito de Sigmund Freud de atenção flutuante (1912/1969 apud KASTRUP, 2015), a ideia era não prestar atenção a algo específico, focado, mas “manter a atenção ‘uniformemente suspensa’”.

Para Freud, a atenção consciente, voluntária e concentrada, é o grande obstáculo à descoberta. Por outro lado, recomenda a utilização de uma atenção onde a seleção se encontra inicialmente suspensa, cuja definição é ‘prestar igual atenção a tudo’. Essa atenção aberta, sem focalização específica, permite a captação não apenas dos elementos que formam um texto coerente e à disposição da consciência do analista, mas também do material ‘desconexo e em desordem caótica’ (KASTRUP, 2015, p. 35-36).

---

1KASTRUP, V. **O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo**. *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. 2015. p. 32-51.



A atenção do cartógrafo deve ser, “em princípio, aberta e sem foco, e a concentração se explica por uma sintonia fina com o problema” (KASTRUP, 2015, p. 40). Segui nesse processo de atenção flutuante, observando e coletando textos que nem sabia se me serviriam ou não, até o momento da posse de Bolsonaro, à qual assistia via televisão, quando percebi que os pronunciamentos dele no Congresso Nacional e no parlatório do Palácio do Planalto seriam parte da pesquisa, pelos enunciados anticomunistas proferidos. Comecei a observar no Twitter<sup>2</sup>, uma das redes sociais que utilizo com frequência, devido ao alcance rápido dos assuntos proporcionado pelos usuários neste site, especialmente quando se trata de notícias, quais eram os tipos de publicações sobre o anticomunismo (citado no pronunciamento<sup>3</sup> de Bolsonaro) ou que faziam menção a um perigo irreal relacionado ao assunto. Destaco que sigo algumas contas de figuras públicas e de políticos, o que fez com que *posts*<sup>4</sup> publicados em forma de resposta e retuitados<sup>5</sup> abrangessem contas de usuários que eu não sigo na minha rede. A opção pelo Twitter também se deu pelo uso intenso da conta do atual presidente<sup>6</sup> nessa rede social e pela presença de muitas contas falsas ou de *spam*. Os perfis automatizados, também chamados de robôs ou *bots*, são usados para destacar assuntos mais comentados no Twitter, e “comunismo” e “comunista” poderiam estar nessa lista. Selecionei, dessa forma, algumas das publicações que tinham relação com o anticomunismo.

Conversando com alguns amigos sobre o tema, nos lembramos de outros eventos no Brasil em que a “ameaça comunista” também foi formulada. Desse modo, traçamos o esboço inicial do projeto de pesquisa, comparando textos com mais de oitenta anos, na época do governo de Getúlio D. Vargas, os que fizeram o presidente João Goulart ser retirado do poder e ter início a ditadura civil-militar<sup>7</sup>, e os da mais presente época. No entanto, o projeto acabou sendo escrito com base em apenas dois momentos históricos, em vez de três: os

---

2 Rede social mundial composta de mensagens curtas (incluindo fotos, vídeos e links). (GLOSSÁRIO DO TWITTER, 2020).

3 Cabe esclarecer que optamos pelo termo “pronunciamento” ao contrário do habitual termo “discurso” empregado para se identificar essas falas, como em “discurso de posse”, pois entendemos que o conceito “discurso” se refere à prática discursiva.

4 Nome dado a uma publicação na rede social. No Twitter, ainda são usados os termos *tweet* ou “tuíte”, para descrever a publicação específica dessa rede.

5 Publicação que foi republicada, repostada, por alguma conta no Twitter.

6 Em junho de 2020 o perfil do presidente (@jairbolsonaro) atingiu 6 milhões e 662 mil seguidores, tornando-se a conta brasileira mais seguida no país.

7 Usamos o termo “civil-militar” por entendermos que o golpe em 1º de abril de 1964 foi dado pelos militares com o suporte de setores conservadores da Igreja católica, do empresariado brasileiro, como os grandes proprietários de terra, e do imperialismo estadunidense. Ver mais em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/GolpeEstadoNovo/PlanoCohen>. Acesso em 19 fev. 2022.

pronunciamentos de posse de 2019 e o pronunciamento da Era Vargas (1937), num intervalo de mais de oito décadas entre eles. A escolha desses textos se deu pela maior distância temporal: são oitenta anos de diferença entre os enunciados que, reproduzidos por esses chefes do governo executivo federal, atacavam o comunismo, apesar de haver outra realidade no acesso às informações por parte do eleitorado, por exemplo, nos anos 2010, e considerando, ainda, que os enunciados da década de 1930 se baseavam em um possível ataque comunista<sup>8</sup>, o qual foi desmentido por historiadores e pesquisadores da política nacional. A percepção levou-me a levantar a hipótese de que esse combate às ideias comunistas na realidade não é contra um sistema político-econômico, mas em defesa da manutenção do *status quo* da elite financeira do país, salvaguardando a propriedade privada e os poderes (financeiro, político) dessa elite — a memória discursiva contra o comunismo na realidade reativaria a proteção do patrimônio e a manutenção de poder pelo setor mais rico da população brasileira.

Cabe aqui ressaltar que o conceito de linguagem-intervenção (ROCHA, 2006, 2014) é essencial no trajeto desta pesquisa, pois, conforme diz Rocha, a linguagem não é apenas uma representação do mundo, a partir de uma realidade previamente dada; ela intervém no mundo, as práticas discursivas atravessam e também são atravessadas no mundo, são forças que ajudam a produzir esse mundo. A partir disso, podemos afirmar que não existem enunciados neutros, logo, a prática discursiva anticomunista contribui para a criação dessa realidade de mundo em que o comunismo é algo a ser combatido, repellido. Da mesma forma, o texto desta pesquisa também não é neutro, posto que estou implicada na temática tratada, além de este material ser uma produção de conhecimento, enunciados que também passam a fazer parte dessa rede discursiva, uma forma de intervir ao tentar mostrar que os discursos anticomunistas não ocorrem por uma lógica de proteção de território nacional, patriótico, mas por uma manutenção das riquezas das elites financeiras brasileiras.

---

8 O Plano Cohen foi um documento divulgado pelo governo que continha um suposto plano para a tomada do poder pelos comunistas e que mais tarde foi comprovado como falso, foi apenas um documento criado para justificar a instauração do Estado Novo. Ver mais em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/GolpeEstadoNovo/PlanoCohen>. Acesso em 19 fev. 2022.

## 2 ALGUMAS PISTAS QUE CORROBORAM AS PRÁTICAS DISCURSIVAS ANTICOMUNISTAS

Este estudo se baseia na análise cartográfica do discurso (DEUSDARÁ; ROCHA, 2021) para a construção do objeto de pesquisa e, ao longo desse percurso, algumas pistas foram surgindo e orientando a pesquisa, contrariando uma metodologia tradicional, prescritiva, que representa uma realidade preexistente e com objetivos predeterminados e fechados. A escolha pela cartografia se deu pelo fato de ela possibilitar que a caminhada da pesquisa aconteça de forma não linear, e por ser uma forma de pesquisa-intervenção, ou seja, a implicação do pesquisador no objeto pesquisado é sempre considerada, assim como os efeitos na produção do conhecimento e no processo de investigação: “A diretriz cartográfica se faz por pistas que orientam o percurso da pesquisa sempre considerando os efeitos do processo do pesquisar sobre o objeto da pesquisa, o pesquisador e seus resultados” (PASSOS; BARROS, 2015, p. 17).

A respeito desses afetos, desses acontecimentos que atravessam a pesquisa, é possível afirmar que não existe uma neutralidade no percurso trilhado — todos os atravessamentos que perpassarem a pesquisa vão ser observados e, conforme as afetações, são incluídos no processo de construção do estudo:

Defender que toda pesquisa é intervenção exige do cartógrafo um mergulho no plano da experiência, lá onde conhecer e fazer se tornam inseparáveis, impedindo qualquer pretensão à neutralidade ou mesmo suposição de um sujeito e de um objeto cognoscentes prévios à relação que os liga (PASSOS; BARROS, 2015, p. 30).

No tocante às implicações, além das já citadas, cabe registrar que sou jornalista e trabalho em uma empresa pública de comunicação, a qual, desde o golpe sofrido pela ex-presidenta Dilma Rousseff, em 2016, tem sido alvo de ameaças de privatização e enxugamento, o que causou uma autocensura/censura velada por parte dos gestores quanto ao conteúdo divulgado. Dessa forma, sou diretamente afetada pelos textos proferidos a favor do enxugamento da máquina pública pelo atual governo, como se o local em que trabalhasse fosse de um ou de outro partido político, e não uma empresa do povo — as práticas neoliberais sobre um Estado mínimo, defendidas pelo ministro da economia Paulo Guedes, a favor das privatizações são um atravessamento importante nesta pesquisa. No momento de escrita desta dissertação, tramita na comissão especial da Câmara dos Deputados a Proposta

de Emenda à Constituição (PEC) 32<sup>9</sup>, que prevê alterações nas regras do funcionalismo público, como o fim da estabilidade dos servidores concursados, assim como de benefícios, a exemplo do adicional por tempo de serviço, e a contratação sem concurso para o serviço público, o que permitiria que apadrinhados políticos sem competência para as respectivas funções ganhassem cargos na Administração Pública. Saliento que, com a gestão federal sob o comando de Jair Bolsonaro, a situação tem se acentuado, em especial quanto a determinadas temáticas econômicas e políticas, com o encerramento da TV NBR (TV Nacional do Brasil), que era voltada exclusivamente para informações estatais, a partir da fusão com a TV Brasil, emissora pública<sup>10,11</sup>, além de o próprio presidente já ter manifestado algumas vezes que quaisquer jornalistas e/ou veículos de comunicação que divulgam informações em oposição a seu governo são “comunistas”. Destaco que, para tentar manter o caráter público da EBC, no fim de 2020, a Frente em Defesa da EBC e da Comunicação Pública lançou a Ouvidoria Cidadã<sup>12</sup> a fim de analisar os conteúdos publicados e veiculados pela empresa. A última notícia em relação à estatal é sua inclusão no Programa Nacional de Desestatização (PND)<sup>13</sup>. Essa afetação profissional se dá ainda com a questão da linguagem: a desinformação, com notícias fora de contexto, para gerar confusão, os enunciados mentirosos e os ataques à mídia tradicional são uma forma de silenciamento. Como profissional da comunicação, sou afetada por esses enunciados e pelas ameaças de perda do emprego.

Além dessa implicação profissional, os efeitos do processo da pesquisa acontecem também sobre o eu-pesquisadora: segundo a cartografia, existem desconstruções do objeto e do cartógrafo simultaneamente. Como pesquisadora, posso afirmar que fui motivada por um afeto não considerado tão nobre — o ódio — a dar início a esta pesquisa e que, enquanto o tema ainda era apenas uma ideia, cheguei a ser questionada por amigas se tal assunto seria de fato adequado, pois poderia trazer consequências negativas, inclusive ser uma forma de fragilizar minha saúde mental. Entender o processo de retomada dessa prática discursiva e

---

9 Ver mais em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2262083>. Acesso em 15 set. 2021.

10 Ver mais em: <https://fenaj.org.br/ebc-unifica-canais-publico-e-estatal-e-viola-constituicao/>. Acesso em 13 mar. 2021.

11 A Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados aprovou, em 5 de maio de 2022, a proposta que suspende a portaria da EBC, de abril do mesmo ano, que unificou a programação da TV Brasil e da TV NBR. Ver mais em: <https://www.camara.leg.br/noticias/871984-comissao-aprova-suspensao-de-portaria-da-ebc-que-unificou-programacao-da-tv-brasil-e-da-nbr/>. Acesso em 05 maio 2022.

12 Ver mais em: <https://fenaj.org.br/frente-em-defesa-da-ebc-lanca-ouvidoria-cidada/>. Acesso em 22 jan. 2021.

13 Ver mais em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2021-03/destino-da-ebc-dependera-de-resultado-de-estudos-diz-secretaria>. Acesso em 17 mar. 2021

desnaturalizar esses textos foi o que me moveu no decorrer desta pesquisa, ciente de que, no decurso dela, houve impacto também sobre mim, uma vez que o governo atual segue mantendo essas práticas discursivas.

Tomando como guia o livro *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade* (2015), organizado por Eduardo Passos, Virgínia Kastrup e Liliana de Escóssia, a pesquisa mostra uma cartografia do discurso, como esses textos anticomunistas se relacionam uns com os outros, em diferentes épocas e dispositivos com potência semelhante de impacto na sociedade. Para auxiliar no caminho do fazer pesquisa, pelo menos quatro pistas foram seguidas: a cartografia como método de pesquisa-intervenção, a atenção cartográfica, a cartografia como o acompanhamento de processos e como realizar a narrativa da pesquisa com base cartográfica. Destaco que o caminho teórico metodológico da cartografia era algo novo para mim e que entendo que ele tenta deslocar objeto e pesquisador de uma naturalização cientificista; então, considerando que tive um ensino básico baseado no cientificismo, manter-me atenta aos processos e não tentar controlar as diferentes variáveis foram alguns dos desafios durante o processo da pesquisa. Segundo a pista 3 no texto de Pozzana e Kastrup, “Cartografar é acompanhar processos”, na cartografia,

A ausência do controle purificador da ciência experimental não significa uma atitude de relaxamento, de ‘deixar rolar’. A atenção mobilizada pelo cartógrafo no trabalho de campo pode ser uma via para o entendimento dessa atitude cognitiva até certo ponto paradoxal, onde há uma concentração sem focalização. (2015, p. 57)

O estudo parte de um ponto inicial aleatório, pois poderia ter sido de qualquer outro, a depender da perspectiva que se imagina ser o “início” de algo. Desse modo, não há quaisquer definições *a priori* de que caminho se vai percorrer ou a que fim se chegará, e durante as leituras, percebi de antemão que a finalização a que esta pesquisa chegará não será um encerramento do tema pesquisado, mas, sim, será o fim de um estudo devido a um prazo de entrega da pesquisa, porque estamos em processo constante de mudanças e a realidade não é algo fechado para que seja apreendida. O mais importante, em toda a pesquisa, é o processo no qual ela acontece, e não o resultado. Afinal, “a pesquisa cartográfica consiste no acompanhamento de processos, e não na representação de objetos” (POZZANA; KASTRUP, 2015, p. 53).

Não é necessário que as conclusões constituam todos fechados e homogêneos, nem é desejável que estas sejam meras confirmações de modelos teóricos preexistentes. As aberturas de um trabalho de pesquisa abrem linhas de continuidade, que podem ser seguidas pelo próprio pesquisador, ou por outros que sejam afetados pelos problemas que ele levanta. Em síntese, a expansão do campo problemático de uma

pesquisa ocorre por suas conclusões, mas também por suas inconclusões (POZZANA; KASTRUP, 2015, p. 72).

Não ter um objeto definido ao começar um trabalho de pesquisa foi um desafio bem grande para mim, que estudei muitos anos seguindo um pensamento cartesiano, positivista, mas, por outro lado, também é encantador perceber o *corp*us sendo construído ao longo do percurso de pesquisa, que o caminhar pode seguir um ou outro trajeto, e o chegar no resultado não é o mais importante, porque não existe um único resultado, mas as constatações da pesquisa que eu tracei, do percurso cartográfico que eu fiz.

(...) sabemos que construímos o *corp*us, bem como os resultados da pesquisa, porque estamos implicados — pesquisadora e objeto — e, ao escrever, nosso trabalho será mais um enunciado acerca daquele objeto, constituindo-se como mais um vetor de força sob essa forma (objeto de análise), produzindo-o novamente (RETTICH, 2020, p. 5.433).

Iniciei a pesquisa com a hipótese de os enunciados diretamente anticomunistas serem uma forma de manutenção de propriedade privada no Brasil. Para levantar essa hipótese, de que a propriedade era o foco, percebi que outros enunciados, nem sempre explícitos, se faziam presentes e ajudavam a reativar a prática discursiva anticomunista, como a questão religiosa, a da moralidade, a da família tradicional — e aqui me vem à tona o tripé da TFP: tradição, família e propriedade<sup>14</sup>, da época da ditadura civil-militar —, o neoliberalismo/a meritocracia e o combate à ideologia. Aliás, essa ideia do combate, da luta, é bastante presente nos textos pronunciados por Getúlio Vargas em 1937 e por Jair Bolsonaro em 2019, fazendo com que a cenografia da luta/guerra, ligada à defesa por meio de disputa, seja uma constante. Esse e outros enunciados estão envoltos com os anticomunistas e fazem sentido para quem se identifica com esses textos que engendram uma prática discursiva anticomunista, reiterando uma comunidade discursiva que apoia essa construção do comunismo como ameaça. Mais à frente, quando da análise do *corp*us, veremos como esse arranjo acontece.

Outra possibilidade que apareceu como um caminho de estudo, além dessa hipótese de os enunciados diretamente anticomunistas serem uma forma de manutenção da propriedade privada no país, foi pensar que talvez os enunciados proferidos recentemente e no século passado, em 1937, sirvam para sustentar um herói inventado. Como todo herói precisa ter um inimigo a ser derrotado, combatido, o comunismo foi esse perigo criado e ressuscitado ao

---

14 Ver mais em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/sociedade-brasileira-de-defesa-da-tradicao-familia-e-propriedade>. Acesso em 10 abr. 2021.

longo dos tempos. Além dos discursos contra esse inimigo, tornando esses personagens que lutam pelo benefício de uma Pátria a (talvez única) força capaz de acabar com a ameaça, alguns enunciados corroboram a ideia de único indivíduo possível para salvar a população de uma suposta ameaça comunista, unificando o combate contra o inimigo. Para isso, precisam deslegitimar alguns possíveis “concorrentes” desse herói, que poderiam “descobrir” a farsa do inimigo ou mesmo a do herói. Trazendo para o caso mais atual, da campanha e do governo de Jair Bolsonaro, esses “concorrentes” seriam a mídia, a ciência e a oposição, a quem o chefe do Executivo dirige os ataques com frequência, desqualificando-os. Existe, tanto agora como na época de Getúlio Vargas, uma necessidade de concentração de poder nas mãos desse herói, e uma mesma ideia se repete: a afirmação de que ele é o único capaz de salvar a Nação. Na época de Vargas, os enunciados culminaram em um período ditatorial deflagrado. Em tempos mais recentes, o período ditatorial é velado. Criaram-se as figuras do “Super-Moro”, o ex-juiz federal Sérgio Fernando Moro, protagonista nas ações da Operação Lava-Jato<sup>15</sup> em Curitiba, no Paraná, que levaram à prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva<sup>16,17</sup> e ao posterior convite para assumir o cargo de ministro da Justiça com a eleição de Bolsonaro; e a figura do “mito”, criada durante a campanha eleitoral do atual presidente da República. Jair Bolsonaro soube transformar sua própria figura na do herói capaz de acabar com os problemas do país.

Um país em crise política e econômica e um povo descrente das principais instâncias de representatividade popular, receoso do futuro e desejando mudanças radicais formam os ingredientes ideais para o surgimento de novos redentores no âmbito político. Da mesma forma, Raoul Girardet (1987, p. 181) afirma que ‘quando a ordem estabelecida parece subitamente estranha, suspeita ou hostil’, quando o ‘nós’ torna-se ‘eles’, estamos diante do momento ideal para o ‘nascimento’ do mito político (AZEVEDO JUNIOR; BIANCO, 2019, p. 90-91).

Azevedo Junior e Bianco lembram que as narrativas míticas são recorrentes na comunicação político-eleitoral, tal qual a publicidade de uma marca se utiliza da mitologia de marca:

---

15 Conjunto de investigações da Polícia Federal sobre um esquema de lavagem de dinheiro e recebimento de propinas, envolvendo políticos, empresários, doleiros e funcionários da Petrobras. Ver mais em: <http://www.pf.gov.br/imprensa/lava-jato>. Acesso em 13 mar. 2021.

16 O ex-presidente teve as condenações do processo na 13ª Vara Federal em Curitiba, Paraná, anuladas, com ratificação da decisão pelos ministros do Supremo Tribunal Federal. Ver mais em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2021-04/stf-mantem-anulacao-das-condenacoes-de-lula>. Acesso em 16 abr. 2021.

17 O ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes decidiu estender a suspeição do ex-juiz Moro para mais dois processos que envolvem o ex-presidente Lula, anulando todas as etapas processuais realizadas. Ver mais em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2021-06/triplex-gilmar-mendes-estende-decisao-que-considera-moro-suspeito>. Acesso em 27 jun. 2021.

Nessa ótica, presidenciáveis podem ser considerados marcas, cujas mitologias inerentes podem ser publicizadas do mesmo modo que são transmitidas as mitologias dos produtos. Assim, ‘a eleição de um presidente pode ser vista, em nível simbólico, como uma mítica procura, uma busca do Grande Pai, do Rei’ (RANDAZZO, 1996) (AZEVEDO JUNIOR; BIANCO, 2019, p. 96).

A narrativa mitológica geralmente se utiliza de uma lógica binária, e isso é construído na campanha de Bolsonaro à presidência: apenas o “mito” seria o herói possível para salvar a Nação do comunismo. Neste ponto da pesquisa pretendo ainda exemplificar de que forma outros governos se utilizam dessa estratégia da criação de inimigos para fazer política, como o caso do ex-presidente estadunidense Donald J. Trump, que o fez na campanha e durante o governo. A formação de inimigos, mesmo que fictícios, está também dentro da lógica neoliberalista, de simplificação da realidade, do individualismo: existe apenas uma solução para resolver os problemas do país, e ela é este sujeito salvador.

Grün (2014) afirma que os produtores de mitos ‘são uma subespécie de empreendedores morais, capazes de inscrever novidades no espaço simbólico da sociedade e, dessa maneira, fazê-la se pensar diferente de outros momentos’. Ou seja, por intermédio dos mitos encobre-se múltiplas facetas do mundo real e, concomitantemente, deixa-se em evidência nuances de realidade que interessam a determinada estratégia de campanha. Por exemplo, para que um Salvador da Pátria venha à tona, antes é preciso que os cidadãos percebam a existência de um inimigo da nação, que pode ser representado por um indivíduo, um grupo ou até mesmo uma ideologia específica, como no caso do macarthismo norte-americano da década de 1950 (AZEVEDO JUNIOR; BIANCO, 2019, p. 101-102).

Os pesquisadores Aryovaldo de Castro Azevedo Junior e Erica Cristina Verderio Bianco analisaram quase 300 mensagens publicadas por Jair Bolsonaro durante a campanha eleitoral de 2018, na *fanpage*<sup>18</sup> oficial do político, e destacaram que o candidato

recorreu fortemente à mitologia da conspiração para desconstruir a imagem dos candidatos do PT e assim construir sua identidade envolta na moldura do herói. Essa estratégia mostrou-se acertada porque, segundo Carvalho (1995), para um mito político como o complô florescer é preciso haver respaldo no imaginário coletivo através de uma conjuntura histórica que ofereça ‘provas’ de que o perigo pode ser real e iminente (AZEVEDO JUNIOR; BIANCO, 2019, p. 106).

Destacam também os autores o episódio, ainda no período de campanha do primeiro turno, em que o candidato sofreu um suposto atentado<sup>19</sup> e que, apesar de explorar a mitologia da conspiração, Bolsonaro se projetou poucas vezes no papel de mártir, preferindo “construir uma marca baseada em características positivas, tais como força, coragem, sabedoria e autoridade, que correspondem à mitologia do Salvador da Pátria” (AZEVEDO JUNIOR; BIANCO, 2019, p. 107).

---

18 Nome dado, na rede social Facebook, a uma página criada especialmente para marcas, empresas, blogs etc.

19 Ver mais em: <https://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2018/09/06/ato-de-campanha-de-bolsonaro-em-juiz-de-fora-e-interrompido-apos-tumulto.ghtml>. Acesso em 13 mar. 2021.



Alguns fatos ocorridos em 2020, em decorrência da pandemia da Covid-19, como demissões de ministros, são formas de reforçar essa necessidade de concentração de poder nas mãos desse herói: Jair Bolsonaro corrobora a ideia do salvador ao eliminar os concorrentes Sérgio Moro e o ex-ministro da Saúde Luiz Henrique Mandetta, mantendo a visibilidade e o poder de decisão apenas nas mãos do herói-mito, que não pode ser questionado para não abalar a imagem de perfeição.

### 3 A INVENÇÃO DO PERIGO VERMELHO: O IMAGINÁRIO ANTICOMUNISTA NO BRASIL

Antes de falar especificamente sobre os discursos selecionados para esta pesquisa, vale trazer à tona as produções de sentidos que atravessam as palavras “comunismo” e “comunista”: no Brasil, ganham destaque na disputa em âmbito político as ideias de perigo/risco, fazendo emergir uma carga semântica negativa, às vezes até de perversidade, atreladas aos lexemas supracitados. Retomo aqui o que foi dito na introdução desta pesquisa, a respeito do meu atravessamento relativo ao sentido dado ao “comunismo” quando criança: ouvi durante a infância, na disputa eleitoral de 1989 para presidência da República, a primeira eleição direta pós-ditadura de 1964<sup>20</sup>, envolvendo os candidatos Lula, de esquerda, e Collor, de direita, que havia a possibilidade do início de um “sistema comunista” no Brasil, da “instauração do comunismo”, caso o candidato de esquerda ganhasse e, com isso, os bens da minha família teriam de ser compartilhados com outras pessoas menos favorecidas economicamente. Atualmente, ao refletir sobre esse argumento, é notório que o enunciado levanta um pressuposto de que minha família naquele momento teria posses a dividir, mas os bens existentes eram meros aparelhos eletrônicos, nada de grande valor, como televisão e videocassete, por exemplo. A percepção é de que a classe média, na qual minha família se enquadrava à época — pois morávamos em um imóvel próprio, apesar de financiado em 30 anos, estudávamos minha irmã e eu em escola particular, com desconto, por serem duas mensalidades, visitávamos meus avós no Ceará todos os anos —, era detentora de patrimônio, o que é uma inverdade. Hoje, com plena consciência de classe, ainda mais diante de tanto achatamento salarial e inflação, posso afirmar que aquela ameaça comunista era apenas uma invenção para uma classe média que conseguiu realizar pequenas aquisições durante a ditadura civil-militar<sup>21</sup> e comprou o discurso de um possível perigo para as próprias posses. Neste ponto ainda pretendo detalhar com mais clareza a questão do poder de intervenção da linguagem a partir do conceito de Rocha (2014) sobre o que seria esse perigo comunista.

Durante a campanha eleitoral à presidência do Brasil em 2018, as palavras “comunismo” e “comunista” e outras ideias anticomunistas foram retomadas em diversos

---

20 Ver mais em: <https://www.camara.leg.br/radio/programas/273330-o-primeiro-presidente-eleito-por-eleicoes-diretas-sofre-impeachment-13-23/>. Acesso em 05 abr. 2021

21 Ver mais em: <https://exame.com/economia/milagre-economico-e-desigualdade-social-o-contraste-da-ditadura/>. Acesso em 05 abr. 2021.

momentos. Somam-se a elas algumas ideias conservadoras, como a proteção à “família tradicional”, a retirada de direitos sociais e implementação de políticas contrárias às conquistas das mulheres na sociedade, a ascensão da direita ao poder em várias partes do mundo, além das mudanças tecnológicas e do uso das redes sociais como forma de disseminação de informações falsas — hoje *fake news* —, e percebe-se que as práticas discursivas em favor da defesa da tradição, da família, de propriedade, ganharam espaço cada vez maior. Cabe destacar que, na campanha eleitoral do ex-presidente estadunidense Donald J. Trump, em 2016, as redes sociais foram grandes aliadas para disseminar informações a favor do candidato e circular desinformações que o auxiliassem a garantir a vitória nas eleições:

Além da estratégia de dados, outro elemento importante nas eleições de 2016 nos Estados Unidos foram as notícias falsas, ligadas preponderantemente às mídias sociais. Entre os casos mais notórios estão o ‘pizzagate’, quando um dono de pizzaria e um dos arrecadadores de fundos do partido Democrata James Alefantis foi falsamente acusado de pedofilia (RUEDIGER, 2018c; DELMAZO; VALENTE, 2018), e o suposto apoio do papa Francisco a Donald Trump, notícia publicada e compartilhada por um website chamado WTOE 5. A postagem, talvez a fake news mais representativa do momento, obteve mais de um milhão de compartilhamentos. Allcott e Gentzkow (2017) calculam que as mídias sociais corresponderam à origem de mais de 40% dos acessos aos sites de fake news durante o pleito. Além disso, estima-se que houve pelo menos 40 milhões de compartilhamentos de notícias falsas no Facebook durante essas eleições, com três vezes mais notícias falsas pró-Trump que pró-Clinton. Da mesma forma, as notícias falsas pró-Trump foram quatro vezes mais compartilhadas que as notícias falsas pró-Clinton (ALLCOTT; GENTZKOW, 2017) (ITUASSU; LIFSCHITZ; CAPONE; MANNHEIMER; 2019, p. 8-9).

Da mesma forma aconteceu com a campanha eleitoral de Jair Bolsonaro em 2018 no Brasil. O candidato brasileiro não participou de debates em veículos de comunicação tradicionais como rádio e televisão<sup>22</sup> e grande parte de sua campanha foi realizada por meio de suas contas no Twitter e no Facebook, além dos disparos em massa de mensagens automáticas, contratados por empresas, por meio do aplicativo de conversas WhatsApp<sup>23, 24</sup>.

---

22 A estratégia de campanha do candidato já era não participar de debates televisionados antes do episódio da suposta facada durante o primeiro turno. Ver mais em: <https://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2018-06-22/bolsonaro-debates.html>. Acesso em 15 mar. 2021.

23 A contratação de empresas para o disparo em massa dessas mensagens está atualmente em investigação pelo Tribunal Superior Eleitoral em uma ação que pede a cassação da chapa presidencial Bolsonaro e Hamilton Mourão

24 Essa contratação, usando banco de dados de terceiros, é considerada ilegal pela legislação eleitoral brasileira. Apesar disso, dois filhos do presidente Bolsonaro querem que esses disparos de mensagens sejam realizados por empresas internacionais, o que é visto por especialistas como formas de burlar o controle e a fiscalização pela justiça eleitoral brasileira. Ver mais em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/empresarios-bancam-campanha-contra-o-pt-pelo-whatsapp.shtml>, e <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2021/09/19/carlos-e-eduardo-bolsonaro-querem-internacionalizar-disparos-nas-redes.htm>. Acesso em: 27 dez. 2021.

Em um relatório publicado durante as eleições, entre o primeiro e o segundo turno do pleito presidencial, as interações provocadas por robôs no Twitter chegavam a 10,4%, com 13,8% entre os apoiadores de Bolsonaro. Os robôs em prol do candidato movimentaram 70,7% das interações automatizadas no momento, no Twitter. Nesse ponto da eleição, havia uma média de 1,5 milhão de tweets por dia sobre os candidatos. Entre 10 e 16 de outubro, houve 852,3 mil publicações de robôs, 602,5 mil na base de apoio de Bolsonaro (RUEDIGER, 2018d). Sobre as fake news, elas aparecem mais ligadas, no contexto brasileiro, ao WhatsApp do que ao Facebook, como foi o caso das eleições de 2016, nos Estados Unidos. Nesse contexto, um monitoramento feito pelo jornal El País, em setembro de 2018, das postagens em três grupos públicos de WhatsApp favoráveis a Jair Bolsonaro, afirma que dois deles distribuíam desinformação de forma evidente. Na ocasião havia pelo menos 100 grupos públicos de WhatsApp a favor do candidato (BENITES, 2018) (ITUASSU; LIFSCHITZ; CAPONE; MANNHEIMER; 2019, p. 10).

A partir da análise cartográfica do discurso, um dos objetivos da pesquisa é pensar em como o comunismo foi um perigo inventado e de que forma essa prática discursiva criou raízes no inconsciente social dos brasileiros, e se esses enunciados são, na realidade, uma forma de defesa da propriedade privada no Brasil, visto que o país nunca chegou próximo desse sistema político-econômico para que ele fosse instaurado de fato.

Cabe ressaltar aqui o conceito de linguagem-intervenção (ROCHA, 2014) quando falamos sobre a invenção do “perigo do comunismo”; queremos dizer que esse perigo é na realidade construído a partir de enunciados que circulam e pressupõem o perigo, e esses enunciados só circulam porque existem condições de enunciação para que isso aconteça. Isso significa que falar mal sobre o comunismo faz com que o objeto comunismo, e tudo atrelado a ele, se torne uma possibilidade naquela realidade em que é enunciado. Esse conceito nos permite afirmar que a língua produz mundos, não apenas os representa. A partir da linguagem, intervimos e construímos um real, e não o contrário: a língua não somente representa algo posto no mundo, mas produz o mundo. E o comunismo como um perigo é algo construído por meio da linguagem. Podemos pensar sobre a língua como construtora da realidade, e não representativa dessa realidade, partindo da perspectiva enativa que Varela e Maturana nos trazem, a qual propõe uma intervenção no mundo:

o conceito de enação [...] reforça a convicção crescente segundo a qual a cognição, longe de ser a representação de um mundo já dado, é a fundação conjunta de um mundo e de um espírito, uma mente a partir da história das diversas ações que um ser realiza no mundo (DEUSDARÁ; ROCHA, 2021, p. 225).

Dessa forma, “a linguagem não seria mero instrumento à disposição de uma mente para re(a)presentação de um mundo ‘lá fora’ à espera de ser descoberto, garantindo-se, desse modo, uma boa dose de invenção nessa nova modalidade de representação” (DEUSDARÁ; ROCHA, 2021, p. 244), ou seja, os enunciados anticomunistas são uma forma de intervenção

no mundo, por parte daqueles que acreditam que o objeto comunismo é um perigo e fortalecem essa prática discursiva.

As narrativas sobre o quanto o comunismo é danoso e o seu poder de colocar em riscos a vida das pessoas começaram a aparecer com força após a Revolução Russa em 1917<sup>25</sup> e, desde então, circulam mais intensamente no Brasil. Segundo pesquisa do jornalista Geraldo Cantarino<sup>26</sup>, o Information Research Department (IRD), unidade secreta do Ministério das Relações Exteriores britânico, era responsável pela propaganda antissoviética no Brasil, mascarada em forma de notícias.

Essa estratégia escondia os laços entre empresários brasileiros e as agências internacionais de inteligência. Um cidadão lia uma reportagem fabricada pelo IRD, digamos, no jornal O Globo e não sabia da sua procedência e nem da veracidade dos dados apresentados. Como a agência abastecia praticamente toda a imprensa, a mesma narrativa era encontrada no Jornal do Brasil ou na Folha de São Paulo, apresentando os mesmos dados. Assim, a ‘propaganda cinza’ ia sendo massificada, modelando o imaginário anticomunista (MIGOWSKI, 2017).<sup>27</sup>

Foucault nos diz que a prática discursiva, ou seja, a relação entre os textos e as condições de produção tem seu regime de enunciação, significando que “toda prática discursiva contém enunciados que afirmam seu pertencimento a uma rede histórica de acontecimentos” (JARDIM, 2016, p. 96). Como já dito anteriormente, as práticas discursivas anticomunistas que levanto nesta pesquisa são produzidas para naturalizar o objeto capitalismo, tornando o comunismo algo desviante desse “natural”, como se o capitalismo também não fosse um objeto criado. Busco reunir esses enunciados dispersos que, submetidos a uma regularidade enunciativa, tornam possível que o objeto comunismo seja rechaçado.

Para Foucault a formação discursiva é vista como um conjunto de enunciados que não se reduzem a objetos linguísticos, tal como as proposições, atos de fala ou frases, mas submetidos a uma mesma regularidade e dispersão na forma de uma ideologia, ciência, teoria, etc. Dito de outro modo, para o filósofo francês, o que garante a unidade de um discurso clínico, por exemplo, não é a sua linearidade formal — sintática ou semântica —, mas algo comparável a uma diversidade de instâncias enunciativas simultâneas (protocolos de experiências, regulamentos administrativos, políticas de saúde pública, etc.). Michel Foucault chama de écart enunciativo a regra de formação (as modalidades enunciativas) dos enunciados na sua heterogeneidade, na sua impossibilidade de se integrar a uma única cadeia sintática (BARONAS, 2011, p.3).

---

25 Orientada pela doutrina comunista, teve como figura central o bolchevique Vladimir Ilitch Ulianov, conhecido como Lenin. Ver mais em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiag/revolucao-russa.htm>. Acesso em: 15 mar. 2021.

26 Ver mais em: <http://www.abi.org.br/os-segredos-da-propaganda-anticomunista/>. Acesso em: 27 dez. 2021.

27 Ver mais em: <https://outraspalavras.net/sem-categoria/para-uma-historia-do-anticomunismo-no-brasil/>. Acesso em: 27 dez. 2021.

Para conseguir elaborar a análise discursiva dos pronunciamentos presidenciais, busquei esses enunciados anticomunistas em outros textos, em outras materialidades linguísticas que expliquem essa invenção do perigo comunista e mostrem essa regularidade da prática discursiva anticomunista, a exemplo de declarações do presidente Jair Bolsonaro e postagens em redes sociais. A partir dessas práticas, conseguimos estabelecer uma formação discursiva que combate o comunismo. A pesquisadora Tatiana Jardim nos explica que uma formação discursiva comporta enunciados que se imantam, e que as relações pelas quais se ligam são estritas:

Estes enunciados se encontram e o que os une não são as similitudes estruturais ou enunciativas, mas a história, enquanto produtora de acontecimentos, de sujeitos, de saberes. Estes enunciados apresentam características que asseguram o estatuto de dada formação discursiva, por assumirem o viés das regras inerentes à mesma. O aparecimento e a circulação dos enunciados que se ligam a uma formação discursiva implicam objetos, modos de enunciação, conceitos e estratégias, ou seja, abarcam elementos que são formulados e produzidos no próprio discurso e regulam sua constituição (JARDIM, 2019, p. 86).

Para auxiliar na compreensão sobre a invenção do perigo comunista, também recorreremos ao conceito de interdiscurso na análise dos enunciados, visto que “todo texto se constitui a partir do vínculo indissolúvel com outros textos” (DEUSDARÁ; ROCHA, 2018, p. 12):

Tratar do interdiscurso é trazer à tona as relações históricas que possibilitam a produção do discurso. Não se trata de pensarmos nos acontecimentos, mas nas instâncias de produção que viabilizam a formulação e a estabilização de dizeres, trata-se de observar que o sentido atual é oriundo de um trabalho feito sobre o já-dito (JARDIM, 2019, p. 117).

O interdiscurso é, pois, o lugar das articulações entre formações discursivas, fronteira sempre móvel. É um processo de delimitação recíproca que assume contornos variados ao longo do tempo. Mas com ele assume-se que ‘toda unidade de sentido, qualquer que seja seu tipo, pode estar inscrita em uma relação essencial com uma outra, aquela do ou dos discursos em relação aos quais o discurso de que ela deriva define sua identidade’ (RODRIGUES, 2002, p. 48).

[...] uma formação discursiva não é mais entendida como uma espécie de ‘visão de mundo’ cristalizada de um grupo social, ao contrário, ‘O interdiscurso consiste em um processo de reconfiguração incessante no qual uma formação discursiva é levada (...) a incorporar elementos pré-construídos, produzidos fora dela, com eles provocando sua redefinição e redirecionamento, suscitando, igualmente, o chamamento de seus próprios elementos para organizar sua repetição, mas também provocando, eventualmente, o apagamento, o esquecimento ou mesmo a denegação de determinados elementos. (MAINGUENEAU, 1993: 113)’. O interdiscurso é, pois, o lugar das articulações entre formações discursivas, fronteira sempre móvel. É um processo de delimitação recíproca que assume contornos variados ao longo do tempo. Mas com ele assume-se que ‘toda unidade de sentido, qualquer que seja seu tipo, pode estar inscrita em uma relação essencial com uma outra, aquela do ou dos discursos em relação aos quais o discurso de que ela deriva define sua identidade’ (ib.: 120) (RODRIGUES, 2002, p. 62).

Maingueneau (2008) nos explica a noção de interdiscurso, a qual é a base do discurso, a partir da substituição do termo pela tríade: universo discursivo, campo discursivo e espaço discursivo. O universo é o conjunto finito de formações discursivas (FD) de todos os tipos que interagem em certa conjuntura. O linguista afirma que o universo é de pouca utilidade para o analista do discurso, sendo os campos discursivos o conjunto de FD que “se encontram em concorrência, delimitam-se reciprocamente em uma região determinada do universo discursivo” (p. 34), e passível de ser estudado. A partir do campo discursivo, é possível identificar os espaços discursivos, subconjuntos de FD que o analista coloca em relação, de acordo com o objetivo de pesquisa, e que permitem a compreensão dos discursos. O autor defende, segundo Jardim, “as possibilidades de dizer oriundas dos diferentes tipos de relações que ocorrem nesses espaços” (JARDIM, 2019, p. 118).

a existência de um discurso vincula-se ao necessário estabelecimento e à necessária reestruturação de diferentes relações que são gerenciadas no interior de cada formação discursiva. Seria impossível detectarmos o funcionamento de um discurso se no construído não houvesse a possibilidade de apreensão de sentidos oriundos de outras esferas. O interdiscurso, então, atua como uma balança, ora suscitando mais ou menos a apreensão do Outro, ora negando, disfarçando ou até ‘apagando’ tal presença. Mas está sempre condicionado a mesma [sic] (JARDIM, 2019, p. 118-119).

Dessa forma, o processo de construção do cópuz desta pesquisa teve como base intuições de uma rede discursiva que se forma a partir desse despertar de uma memória discursiva sobre as ideias comunistas e de toda implicação que essa prática carrega consigo, mediante a rede que se acessa e se conecta por meio da intertextualidade relacionada ao tema comunismo e ideias correlatas, sempre tendo em mente que o cópuz poderia ganhar novos textos a partir do desenvolvimento da pesquisa. Para a composição inicial do cópuz, foram selecionados os textos dos pronunciamentos dos presidentes Getúlio Vargas e Jair Bolsonaro dos sites da Presidência da República e do Ministério das Relações Exteriores. Além disso, sigo o atual presidente no Twitter e algumas contas de seus aliados políticos e de veículos de imprensa.

Alguns sintagmas e frases como “defender bandidos”, “comer criancinhas”, “divisão de bens”, “Brasil vai virar uma Venezuela”, entre outros, se reproduziram com força nas redes sociais durante e após a campanha eleitoral, todos relacionados ao comunismo, como veremos mais à frente nesta seção. O uso da cor vermelha de uma forma negativa, associada a partidos políticos de esquerda, também é uma constante, tendo sido empregado pelo presidente Jair Bolsonaro em sua posse no Parlatório, ao dizer que a bandeira brasileira “jamais será

vermelha”. A análise dos discursos por meio da cartografia, caminho teórico metodológico de pesquisa usado, visa identificar se eles foram replicados por desinformação ou por uma lógica de manutenção de propriedade.

Podemos pensar, a partir dos textos de *A verdade e as formas jurídicas*, de Michel Foucault, em sobre a verdade e produção do conhecimento, que esse objeto comunismo é uma invenção dos animais inteligentes e tal como invenção, não é algo natural. O comunismo, assim como o conhecimento, a religião e a poesia, é invenção, resultado de jogos de poder, não é parte da natureza humana. O problema a se pensar é que as práticas discursivas contra o comunismo são produzidas de forma a naturalizar o capitalismo, como se o comunismo fosse uma aberração, mas o capitalismo, não.

O conhecimento, no fundo, não faz parte da natureza humana. É a luta, o combate, o resultado do combate e consequentemente o risco e o acaso que vão dar lugar ao conhecimento. O conhecimento não é instintivo, é contrainstintivo, assim como ele não é natural, é contra-natural (FOUCAULT, 2002, p. 17).

Apresento, assim, alguns exemplos dessas práticas discursivas anticomunistas. Logo antes da posse e após o pronunciamento do presidente Jair Bolsonaro em 1º janeiro de 2019, ao acessar o Twitter, pude ler que diversos apoiadores do chefe do Executivo publicaram textos contra o suposto comunismo que havia na política brasileira, conforme os exemplos a seguir:



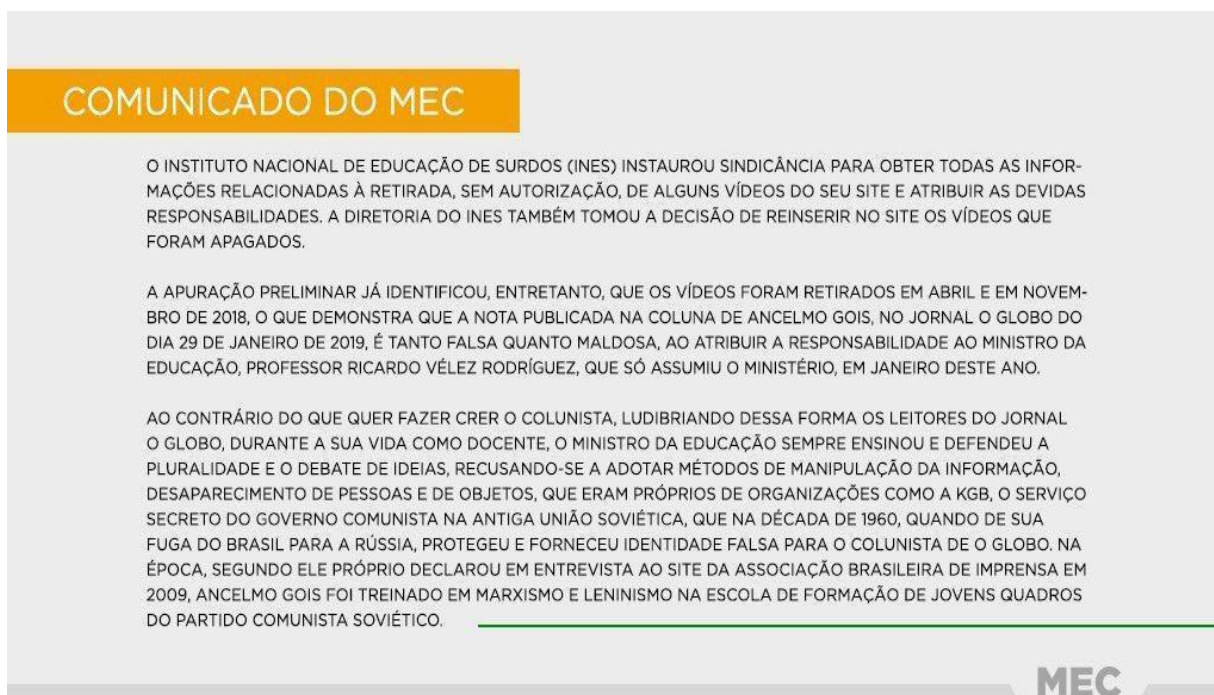
Figura 1 – Seleção de publicações contra a o comunismo



Fonte: Twitter.

Ao longo do mandato de Jair Bolsonaro, a pauta contra o inimigo comunismo segue na agenda de governo, incluindo, nesse cenário, textos produzidos por ministros, secretários e instituições públicas federais, a exemplo de um comunicado oficial do MEC, do fim de janeiro de 2019, ao citar a KGB, serviço secreto da antiga União Soviética, e acusar um jornalista de ser “treinado em marxismo e leninismo [...] pelo Partido Comunista Soviético”.

Figura 2 – Imagem do comunicado do MEC



Fonte: Twitter, da conta: @MEC\_Comunicacao.

Alguns usuários de contas do Twitter e do Instagram<sup>28</sup>, diante de tais textos anticomunistas, usam as redes para criar memes<sup>29</sup> a partir dessa prática. Partindo do comunicado do Ministério da Educação (MEC) anterior, trazemos algumas publicações como exemplos: três se utilizam do deboche/ironia para falar sobre o “treinamento marxista”, para mencionar uma “nova era” resgatando o “fantasma do comunismo”, para criticar a forma da escrita e brincar com os diversos erros da gramática normativa que é exigida na redação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), aplicado pelo MEC. Há, ainda, as publicações que brincam com textos reproduzidos pelos discursos anticomunistas, como “O Brasil nunca será vermelho” e similares, e com o sentido de perigo que o comunismo carrega nesses discursos. Entre os inúmeros posts, existe inclusive um passatempo entre os internautas, com uma lista dos comunistas: quaisquer pessoas contrárias ao governo Bolsonaro são adicionadas

28 Rede social para publicação de fotos, na qual os usuários podem curtir e comentar as fotos e há, ainda, o uso de hashtags (#) para que seja possível encontrar imagens relacionadas a um mesmo tema, mesmo que as pessoas que tiraram essas fotos não sejam suas amigas.

29 “A expressão meme de Internet é usada para descrever um conceito de imagens, vídeos, GIFs e/ou relacionados ao humor, que se espalha via Internet. O termo é uma referência ao conceito de memes, que se refere a uma teoria ampla de informações culturais criada por Richard Dawkins em seu *best-seller* de 1976, o livro *O gene egoísta*”. (WIKIPEDIA, 2021)

a essa relação. Essa lista é atualizada sempre que alguma instituição ou alguém se posiciona de forma contrária à política praticada pelo governo executivo federal.

Figura 3 – Seleção de publicações sobre os enunciados anticomunistas

**Coach ``d`` tavares** @dtavares  
 11:27 PM · 30 jan 19  
 78 Retweets 131 Curtidas

dormir pra acordar cedo pro treinamento em marxismo e leninismo na escola de formação de jovens quadros do partido comunista soviético

**gabriel hirabahasi** @ghirabahasi  
 10:44 PM · 30 jan 19

É real: o "outro lado" do MEC é acusar o jornalista de ser comunista. Não bastasse falar que a referida mudança é do governo passado, precisa citar a URSS e fazer pairar o "fantasma do comunismo".

É uma "nova era".

**ACS MEC** @MEC\_Comunicacao

**Thais Cunha** @thaisgcunha  
 8:10 AM · 31 jan 19

PRÓXIMA REDAÇÃO DO ENEM TEMA CORRENTE DO ZAP NÃO PRECISA USAR PONTUAÇÃO NEM SENTIDO POREM É OBRIGATÓRIO PALAVRAS-CHAVE COMO COMUNISMO KGB UNIÃO SOVIÉTICA TIREI DEZ

**ACS MEC** @MEC\_Comunicacao

**Prof. Sergio Lula da Silva** @Do... · 1 d

LISTA DE COMUNISTAS ATUALIZADA:

- Hitler
- The NY Times
- The Economist
- João Amoêdo
- Facebook
- Geraldo Alckmin
- ONU
- Rachel Shehezarde
- Folha de São Paulo
- Dua Lipa
- Le Pen
- Ku Kux Klan
- Itaú
- João Dória
- William Waack
- Harvard
- MDB
- PSDB
- [.]
- Mourão
- Estadão
- Diário Oficial da União

**Maisa Vasconcelos** @maisanaablog  
 21:53 · 16 mar 21 · Twitter for Android

"a nossa bandeira nunca será vermelha"

Taxa de ocupação (%) de leitos de UTI Covid-19 para adultos

**memeriagourmet**

"O Brasil nunca será vermelho"

Brasil = palavra tupi-guarani = vermelho como brasa



Fontes: Twitter e Instagram

No segundo ano de mandato do presidente Bolsonaro, percebo que as práticas discursivas anticomunistas se mantiveram, a exemplo das menções ao comunismo, feitas pelo próprio presidente e pelo ex-ministro da Educação Abraham Weintraub, na reunião ministerial de 22 de abril de 2020, cujo vídeo foi divulgado a pedido do ministro Celso de Mello, do Supremo Tribunal Federal:<sup>30</sup>

JAIR BOLSONARO: “[...] Agora, quando a Câmara faz lá dentro uma homenagem a Che Guevara, a Mao Tse-Tung e tudo mais, não tem problema nenhum. Quando o Partido Comunista do Brasil faz suas convenções e idolatram lá Fidel Castro, entre outros, não tem problema nenhum [...]”.

ABRAHAM WEINTRAUB: “[...] A gente não tá sendo duro o bastante contra os privilégios, com o tamanho do estado e é o ... eu realmente tô aqui de peito aberto, como cês sabem disso, levo tiro... odeia... odeia o partido comunista [trecho cortado a pedido de Celso]”.

### 3.1 Imaginário anticomunista no Brasil

Neste trecho da pesquisa, trazemos um breve relato de como o imaginário anticomunista no Brasil começou a ganhar destaque, com base nas pesquisas do historiador

30 Ver mais em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/05/22/confira-a-integra-da-degravação-da-reunião-ministerial-de-22-de-abril.htm>. Acesso em 10 mar. 2021.

Rodrigo Patto Sá Motta. As ideias anticomunistas começaram a aparecer com força por aqui logo após a revolução da União Soviética em 1917, por meio dos veículos de imprensa, e eram objeto de debate entre os grupos privilegiados no país. Segundo Sá Motta, o anticomunismo ganha fôlego no Brasil a partir do crescimento do Partido Comunista Brasileiro (PCB), quando o comunismo começa a se tornar algo “real” em território brasileiro e surgem os adversários a esse ideário, assim como aconteceu em outros países do mundo.

A força do comunismo, consubstanciada na expansão e crescimento dos partidos e ideais comunistas, engendrou o anticomunismo. Os grupos sociais atemorizados pela ‘ameaça’ ou ‘perigo’ comunista, por sinal expressões reveladoras de seu estado de espírito, trataram de organizar-se e articular uma contra-ofensiva visando combater o projeto revolucionário. Genericamente, pode-se dizer que o sentimento anticomunista nasceu espontaneamente, gerado pelo medo e pela insegurança (SÁ MOTTA, 2000, p. 5).

Observo que a questão contra o comunismo associada à ruptura da ordem, da moralidade, é tão forte que foi proposta uma lei<sup>31</sup> diante do crescimento do então Partido Comunista do Brasil, aprovada em 12 de agosto de 1927, no governo do presidente Washington Luís. Uma possível “coincidência” dessa tentativa de tornar o comunismo ilegal nos dias atuais é a proposta de lei, apresentada pelo deputado federal Eduardo Bolsonaro, filho do presidente Jair Bolsonaro, criminalizando a apologia ao comunismo, equiparando-o ao nazismo.<sup>32, 33</sup>

Destaca-se que o anticomunismo é uma prática que envolve diferentes grupos e projetos que rechaçam o comunismo, entendido como um inimigo comum a esses grupos. Sá Motta diz que o mais adequado seria usar o termo no plural, “anticomunismos”:

O único ponto de união é a recusa ao comunismo, em tudo o mais impera a heterogeneidade. Se esta diversidade muitas vezes passa despercebida, isto se deve ao fato de que nos momentos de conflito agudo os diversos tipos de anticomunismo se uniram contra o inimigo comum. A cooperação resultou no esforço de afinar discurso e ação, o que contribuiu para nuançar as divergências existentes no interior das frentes anticomunistas. Mas a observação atenta é capaz de revelar as diferenças,

---

31 A lei de repressão conhecida como “Lei Celerada” (Decreto nº 5.221/1927) impedia “atos contrários à ordem, moralidade e segurança públicas” e tinha como objetivo colocar o Partido Comunista na ilegalidade. Ver mais: <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/a-lei-celerada.htm>. Acesso em 07 jan. 2021.

32 Ver mais em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/09/02/pl-de-eduardo-bolsonaro-quer-criminalizar-apologia-ao-nazismo-e-comunismo.amp.htm>. Acesso em 04 set. 2020.

33 O nazismo foi um movimento político totalitário e ditatorial que ocorreu na Alemanha entre 1933 e 1945, cuja ideologia de que haveria uma raça superior ariana permitiu que milhões de judeus fossem assassinados e outras inúmeras pessoas negras, homossexuais, comunistas ou ciganas fossem presas, torturadas ou mortas durante esse período. Importante destacar que a apologia ao nazismo é considerada crime conforme a Constituição Federal do Brasil e a Lei nº 7.716/1989. Ver mais em: <https://diarionordeste.verdesmares.com.br/ultima-hora/pais/entenda-o-que-e-nazismo-e-por-que-a-apologia-a-essa-ideia-e-crime-1.3190275>. Acesso em 09 fev. 2022.

mesmo durante os períodos de ‘união sagrada’ contra o comunismo (SÁ MOTTA, 2000, p. 32).

O também pesquisador Daniel Trevisan Samways (2018) afirma que, além da oposição ao comunismo, os enunciados anticomunistas também são contrários

a outras ideias e um ‘amalgama do mal’ a ser combatido. Essas outras ideias variam com as circunstâncias do momento histórico e do local. É comum no Brasil, por exemplo, se associar o comunismo a pautas sociais ‘progressistas’ por conta das circunstâncias das disputas políticas.

Ele esclarece, a partir do Dicionário de Política, que o anticomunismo não é apenas um conjunto de ideias da direita, podendo emergir entre a esquerda:

Luciano Bonnet afirma que o anticomunismo pode ser entendido não somente como um conjunto de ideias do campo das ‘direitas’ contrárias ao comunismo, mas sim como um fenômeno muito mais complexo e também com uma grande pluralidade. O autor aponta que existem anticomunismos de origem fascista, clerical ou reacionário, os quais podem desencadear ações de violência, pois parte de seu discurso e prática consistem na oposição ferrenha aos comunistas e à caracterização destes como fonte de todo tipo de malefícios. [...] afirma ainda que é possível encontrar o anticomunismo no meio liberal e até dentro do próprio espectro de ‘esquerda’, mais próximo aos ideais socialdemocratas, que defendem uma economia mais livre do controle estatal (SAMWAYS, 2018).

O historiador Sá Motta argumenta, em sua tese de doutorado, “Em guarda contra o perigo vermelho”, que são três as matrizes básicas que servem de base para as representações anticomunistas: o cristianismo, mais especificamente o catolicismo, o nacionalismo e o liberalismo.

A nação, o conjunto formado pelo povo brasileiro unido ao território e ao Estado, seria intocável, ou seja, mereceria a aura de objeto sagrado. Neste sentido, os comunistas seriam elementos ‘deletérios’, pois instigavam a divisão e a própria destruição do ‘corpo’ nacional, à medida que insuflavam o ódio entre as classes (SÁ MOTTA, 2000, p. 50).

No entanto, foi com a “Intentona Comunista” (ou revolta comunista), em 1935, que o anticomunismo se disseminou — e se consolidou — no Brasil. Nesse ano foi criada a Aliança Nacional Libertadora (ANL), uma organização política cujo objetivo era defender propostas nacionalistas e lutar pela reforma agrária. A ANL foi formada nos moldes das frentes europeias que surgiram para impedir o avanço do nazi-fascismo e tinha comunistas como líderes. Muitos não comunistas se somaram à ANL, descontentes com o governo Vargas, iniciado em 1930. Havia, no Brasil, sedes em diversas cidades e numerosos simpatizantes e, em julho de 1935, a ANL foi colocada na ilegalidade. No mês seguinte, a “organização intensificou os preparativos para um movimento armado com o objetivo de derrubar Vargas

do poder e instalar um governo popular chefiado por Luís Carlos Prestes” (CPDOC/FGV, 2020). A ideia era que o levante militar tivesse adesão do operariado, com greves, mas a revolta não obteve esse apoio e acabou sendo derrotada. Os comunistas sofreram repressão e instaurou-se o cenário ideal para o golpe de Estado de 1937.

Especialmente no que respeita às representações anticomunistas, notamos uma forte tendência à regularidade, ou seja, à permanência ao longo do tempo de imagens, ideias, mitos etc. Muitas das representações sobre o ‘inimigo’ comunista foram reproduzidas durante décadas, repetindo temas elaborados nos primórdios. Diversos elementos do imaginário anticomunista construído entre as décadas de 1920 e 1930 ainda eram utilizados na década de 1980, por exemplo (SÁ MOTTA, 2000, p. 12).

Significativamente, as duas experiências autoritárias mais duradouras da história recente do país foram originadas a partir do estabelecimento de frentes anticomunistas, reunindo elementos sociais diversos (empresários, políticos, militares, religiosos, grande imprensa etc.) em torno do combate ao ‘perigo vermelho’ (SÁ MOTTA, 2000, p. 13).

### **3.2 Liberdade sim, igualdade não: a farsa do neoliberalismo**

As noções de nacionalismo e liberalismo/neoliberalismo são mais bem explicadas quando em conjunto. O nacionalismo brasileiro, assim como qualquer outro nacionalismo, é algo construído, e a língua, por meio de práticas discursivas e seu caráter interventor, é usada como uma das formas de criação da noção de nação. A organização institucional do território brasileiro como Estado é marcada pela independência da metrópole portuguesa a partir do conhecido “grito do Ipiranga”, proclamado pelo então príncipe-regente dom Pedro I. A emancipação do Brasil de Portugal, no entanto, não modificou as relações sociais e econômicas em solo sul-americano, visto que se manteve o regime monárquico de base escravista. A modernidade e a independência eram apenas para uma parcela dos que aqui moravam, os escravizados vindo da África não obtiveram a liberdade da Coroa portuguesa tal como os brancos, pois nem eram considerados como pessoas.

Mas a despeito do projeto moderno e liberal que se tentava instaurar no país àquele momento, a existência da escravidão enquanto instituição sequer era considerada um impedimento ou um paradoxo, uma vez que os escravizados sequer eram considerados humanos: do ponto de vista jurídico, eram considerados ‘bens semoventes’ e, portanto, mercadorias. Como mercadorias, faziam parte da propriedade individual que, em conjunção com a liberdade — do mercado — deveria ser respeitada e, portanto, mantinha-se intacta (CALIXTO, 2020, p. 90).

Isso significa que o processo de liberdade e início do Brasil Império não garantiram a igualdade entre todos os que aqui habitavam. A movimentação pela libertação do país se deu pela elite que não queria perder o poder econômico conquistado até então, e isso envolvia a questão da propriedade, da qual os escravizados faziam parte. Até hoje a igualdade socioeconômica é mal vista pela parcela da população mais rica. Temos exemplos recentes desses incômodos com as políticas sociais dos governos Lula e Dilma, que garantiram alguns direitos aos mais pobres, como o acesso à educação e melhoria de renda. Um desses exemplos foi a fala do ministro da economia do governo Bolsonaro, Paulo Guedes, classificando como benéfica a alta do dólar: “Todo mundo indo para a Disneylândia, empregada doméstica indo para Disneylândia, uma festa danada”.<sup>34</sup> Outro exemplo que ganhou repercussão foi o da professora Rosa Maria Meyer em 2014, quando publicou nas redes sociais a foto de um homem usando bermuda e regata com a legenda “aeroporto ou rodoviária”.<sup>35</sup> Os privilegiados encararam a possibilidade de igualdade social como uma afronta, e parte da força do antipetismo/anticomunismo partiu dessas mudanças.

Cabe destacar ainda que a liberdade pregada pelo pensamento liberal, e futuramente pelo neoliberal, em nada tem a ver com a igualdade de condições para todos. O conceito de liberdade adquire concepções diferentes de significado conforme a realidade histórica, podendo ser “apreendida como autodesenvolvimento; intitramento; liberdade política; liberdade de opinião; autogoverno; autonomia; privacidade e independência, entre outros desenvolvimentos do conceito” (MERQUIOR, 1991 apud LEMOS, 2020, p. 109). Entre esses outros desenvolvimentos, o conceito da liberdade tem fortes vínculos com o capitalismo, quando se relaciona à realização pessoal, “que consiste na ‘materialização da aspiração de que temos de viver como nos apraz’” (MERQUIOR, 1991, p. 23 apud LEMOS, 2020, p. 109). Lemos destaca que a busca pela liberdade ao longo da história encontra inúmeras contradições, necessárias para compreender retrocessos e dinâmicas que, com a chancela da liberdade, acabam com os direitos das pessoas. Além disso, a liberdade e a propriedade estão imbricadas no liberalismo. A defesa é sobretudo a liberdade para possuir bens, sem qualquer intervenção. A compreensão de liberdade atravessada pela propriedade sustenta a ideia da “mão invisível” do mercado, isto é, a sociedade regulada pela livre iniciativa privada

---

34 Ver mais em: <https://oglobo.globo.com/economia/guedes-diz-que-dolar-alto-bom-empregada-domestica-estava-indo-para-disney-uma-festa-danada-24245365>. Acesso em 10 fev. 2022.

35 Ver mais em: <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/02/professora-que-ironizou-advogado-no-facebook-e-afastada-de-cargo-no-rio.html>. Acesso em 10 fev. 2022.



(LEMOS, 2020, p. 110). Como exemplo, podemos trazer os enunciados que fazem menção à meritocracia: diante da situação econômica atual do país, que tem 13,5 milhões de pessoas em busca de emprego<sup>36</sup>, muitos trabalhadores acabam na informalidade ou trabalhando por conta própria, e o discurso neoliberal, com a ideia de liberdade do indivíduo-trabalhador, reforça o quanto é bom empreender, deter o comando da própria jornada de trabalho, sem ter um chefe, conquistar por conta do próprio esforço. Enquanto isso, milhares de pessoas estão em subtrabalhos acreditando serem patrões de si mesmo, a exemplo de motoristas de aplicativos, mas não percebem que estão em jornadas exaustivas de horas e horas de trabalho e que quem enriquece são os donos dos aplicativos: os motoristas não têm o mínimo de direitos (às vezes nenhum direito) e recebem valores remuneratórios baixos para que as empresas possam ter lucro. Esses enunciados que reforçam a meritocracia tiram do Estado a responsabilidade econômica a fim de reduzir o número de desempregados.

Retornando ao liberalismo, sendo a proteção da propriedade um de seus cerne, o ideário liberal é incompatível com as igualdades de condições — a igualdade defendida pelos liberais está limitada à questão jurídica e de direitos. Existe uma incompatibilidade de fundamentos entre liberdade e igualdade, os valores são contrários.

A igualdade possível na doutrina liberal é ordenada a partir da propriedade. Trata-se de uma igualdade formal, perante a lei. Isso significa que todos têm liberdade para adquirir propriedade e para viver a vida da forma que melhor lhe apraz, debaixo das mesmas leis, sem ‘discriminação precedente’ (LEMOS, 2020, p. 112).

Quando fazemos a associação ao capitalismo, percebemos que as desigualdades sociais são necessárias para que esse sistema econômico funcione, então não existe a possibilidade de igualdade financeira. O objetivo é o acúmulo de lucro, a propriedade privada e a liberdade comercial são algumas características, e tudo isso condiz com esse pensamento liberal e, posteriormente, o neoliberal, de desigualdade de condições: se todos têm as mesmas oportunidades, não é possível ter acúmulo de bens, pois, para que um grupo detenha mais, o outro é subtraído. Essa desigualdade atravessa séculos; desde o nascimento da burguesia os ricos acumulam riquezas e seguem protegendo essas posses, quaisquer chances de igualdade são entendidas como uma ameaça a esse acúmulo de bens, por isso a liberdade liberal não toca na questão da igualdade financeira. O neoliberalismo surge para responder aos problemas

---

36 Dados do terceiro trimestre da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ver mais em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-11/ibge-desemprego-cai-16-e-atinge-em-126-no-primeiro-trimestre>. Acesso em 13 fev. 2022.

de esgotamento do liberalismo na década de 1970, também amparado no capitalismo. A questão da liberdade também está presente, de forma intrínseca: a liberdade econômica é o que permite as demais liberdades.

Sem liberdade econômica, não há possibilidade da plena existência da liberdade do indivíduo. É uma condição para a liberdade individual. Em seu fundamento, portanto, o neoliberalismo é uma doutrina econômica para a qual a liberdade econômica é condição sine qua non para as outras liberdades (LEMOS, 2020, p. 113).

No pronunciamento de recebimento da faixa presidencial de 2019, Jair Bolsonaro faz menção às liberdades que o país teria a partir daquele momento em que ele assumia a chefia do Executivo federal: “E me coloco diante de toda a nação, neste dia, como o dia em que o povo começou a se libertar do socialismo, se libertar da inversão de valores, do gigantismo estatal e do politicamente correto”. Essas libertações significam o fortalecimento do neoliberalismo na economia brasileira, que, como sabido, promovem mais desigualdades sociais e econômicas entre a população, o que não condiz com uma fala em seguida, sobre os interesses dos brasileiros, como se todos fizessem parte de uma massa homogênea, o que nos permite dizer que apenas os interesses de alguns brasileiros são considerados nesse enunciado, vista a variedade de interesses possíveis num país continental: “Tudo o que propusemos e tudo o que faremos a partir de agora tem um propósito comum e inegociável: os interesses dos brasileiros em primeiro lugar”.

#### 4 ANÁLISE DE PRONUNCIAMENTOS PRESIDENCIAIS DE 1937 E 2019

Os pronunciamentos de Getúlio Vargas e Jair Bolsonaro, que constituem o *cópus* desta pesquisa, foram localizados em sites na internet e são facilmente encontrados em uma busca simples. O de Vargas estava disponível na Biblioteca da Presidência da República. Os de Bolsonaro foram localizados ambos no Portal do Governo Brasileiro: o do Congresso Nacional, na área do Ministério das Relações Exteriores; o do recebimento da faixa, na área do Planalto destinada aos pronunciamentos. Antes de iniciar a análise, é preciso explicar que os textos foram copiados e colados no bloco de notas, para perderem a formatação inicial, e, depois de desformatados, foram colados no editor de textos gratuito LibreOffice Writer e formatados com as seguintes configurações de fonte e espaçamento: Times New Roman, 12, justificado, entrelinha de 1,5. Depois desse processo, foi possível verificar a diferença entre os enunciados de Vargas e de Bolsonaro.

Cabe destacar que os textos apresentam uma grande diferença em seus volumes de palavras: enquanto o de 1937 foi registrado em 13 páginas, os dois de 2019 somam cinco páginas, conforme a nova formatação. São 3.453 palavras pronunciadas por Vargas (23.207 caracteres com espaço e 19.799 sem espaço) e 1.972 palavras faladas por Bolsonaro (12.377 caracteres com espaço e 10.444 sem espaço), sendo que em dois momentos distintos. Essa diferença na quantidade de palavras também é um retrato da forma de governar de Bolsonaro, que não tem preferência por compartilhar notícias, falas ou pronunciamentos em canais oficiais. A maioria de suas comunicações é feita de modo informal, em espaço que ficou conhecido como “cercadinho”, em frente ao Palácio da Alvorada.

Esse recorte dos pronunciamentos foi pensado como parte do *cópus* desta pesquisa por conter enunciados anticomunistas proferidos pelos chefes do Executivo nacional. A leitura desses textos foi feita várias vezes para perceber as entradas linguísticas que permitiram identificar uma formação discursiva anticomunista, a qual não se refere explicitamente apenas ao sistema político-econômico comunista, mas que perpassa o capitalismo, o neoliberalismo e o patriotismo. Nesta seção apresentamos as marcas linguísticas que permitiram afirmar uma formação discursiva anticomunista — destaque que parte dessa identificação aconteceu por meio de uma das pistas que surgiu numa reunião de orientação, a da formação de uma nuvem de palavras mais usadas nos pronunciamentos, a qual veremos mais à frente —, além de detalharmos a análise dos enunciados que convergem

nos três eixos anticomunistas citados anteriormente. Antes de seguirmos adiante, relembro agora em quais circunstâncias tais pronunciamentos foram proferidos.

Getúlio Vargas proclamou seu pronunciamento na noite de 10 de novembro de 1937, data que marcou o início da fase ditatorial do ex-presidente no poder. O texto foi lido e transmitido via rádio para todo o território nacional. Nesse mesmo dia foi outorgada a nova Constituição, a quarta do período republicano, elaborada pelo jurista Francisco Campos, ministro da Justiça do novo regime, e que obteve a aprovação prévia de Vargas e do ministro da Guerra, general Eurico Dutra (CPDOC, 2020). Ela ficou conhecida pelo nome “Polaca”, por ter inspirações fascistas, como a Carta Magna da Polônia de 1935. Entre algumas características dessa constituição brasileira estão: extinção da justiça eleitoral e dos partidos políticos, extinção do Poder Legislativo, censura dos veículos de comunicação e pena de morte para crimes políticos.

A essência autoritária e centralista da Constituição de 1937 a colocava em sintonia com os modelos fascizantes de organização político-institucional então em voga em diversas partes do mundo, rompendo com a tradição liberal dos textos constitucionais anteriormente vigentes no país. Sua principal característica era a enorme concentração de poderes nas mãos do chefe do Executivo. Do ponto de vista político-administrativo, seu conteúdo era fortemente centralizador, ficando a cargo do presidente da República a nomeação das autoridades estaduais, os interventores. Aos interventores, por seu turno, cabia nomear as autoridades municipais. A intervenção estatal na economia, tendência que na verdade vinha desde 1930, ganhava força com a criação de órgãos técnicos voltados para esse fim. Ganhava destaque também o estímulo à organização sindical em moldes corporativos, uma das influências mais evidentes dos regimes fascistas então em vigor. Nesse mesmo sentido, o Parlamento e os partidos políticos, considerados produtos espúrios da democracia liberal, eram descartados. A Constituição previa a convocação de uma câmara corporativa com poderes legislativos, o que no entanto jamais aconteceu. A própria vigência da Constituição, segundo o seu artigo 187, dependeria da realização de um plebiscito que a referendasse, o que também jamais foi feito (CPDOC/FGV).

O Estado Novo perdurou até 1945 e foi instaurado por meio de um golpe, impedindo que houvesse novas eleições presidenciais em janeiro de 1938. Entre as justificativas para o novo regime estava o “perigo do comunismo”. Para que esse golpe fosse possível, eliminaram-se as resistências nos ambientes civis e militares, a fim de que existisse uma coesão na continuidade de Vargas no poder<sup>37</sup>.

Esse processo se desenvolveu, principalmente, ao longo dos anos de 1936 e 1937, impulsionado pelo combate ao comunismo e por uma campanha para a neutralização

---

37 Cabe lembrar que a ascensão de Getúlio Vargas se deu logo depois do assassinato do político paraibano João Pessoa, em 1930. Naquele ano, Pessoa fora candidato à vice na chapa encabeçada por Vargas e que acabou derrotada; a morte dele, por motivos de vingança pessoal, foi tratada como crime político e serviu de estopim para a Revolução de 30. Ver mais em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2020/07/26/morte-de-joao-pessoa-90-anos-do-crime-que-marcou-a-paraiba-e-mudou-a-politica-no-brasil.ghtml>. Acesso em 08 nov. 2022.

do então governador gaúcho Flores da Cunha, considerado, por seu poder político e militar, um obstáculo ao continuísmo de Vargas e à consolidação de um Exército forte, unificado e impermeável à política (CPDOC/FGV).<sup>38</sup>

O Estado Novo foi, assim, marcado pela centralização de poder nas mãos do governo e pela retirada de direitos políticos. Os militares foram atores importantes no regime ditatorial e auxiliaram na criação de políticas de governo. A criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) também foi um dos instrumentos que ajudou na construção da imagem de Vargas e do novo regime à época. O DIP surgiu para substituir o Departamento Nacional de Propaganda (DNP) e sua função era centralizar e coordenar toda a propaganda nacional, uma espécie de porta-voz do novo governo.

A partir da criação do DIP, todos os serviços de propaganda e publicidade dos ministérios, departamentos e estabelecimentos da administração pública federal e entidades autárquicas passaram a ser executados com exclusividade pelo órgão, que também organizava e dirigia as homenagens a Vargas, constituindo o grande instrumento de promoção pessoal do chefe do governo, de sua família e das autoridades em geral.<sup>39</sup>

Conforme consta no Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro da Fundação Getúlio Vargas<sup>40</sup>, “o culto à personalidade e a construção de imagens idealizadas de Getúlio Vargas veiculadas pelo DIP — como, por exemplo, a de ‘pai dos pobres’ — ajudaram a consolidar em pouco tempo o poder do ditador”. Ele se tornou uma espécie de herói para muitos brasileiros. Poderíamos pensar, aqui, na pista do “herói Vargas” sendo construído pelo DIP assim como o “mito Bolsonaro”, líder anticrime, foi construído pelo fenômeno das *fake news*<sup>41</sup>. Esse ponto, no entanto, não será abordado nesta pesquisa, ficando, deste modo, uma possibilidade de análise futura a partir dessa correlação. Retomando a época do Estado Novo, Vargas também queria modernizar o Brasil, então o desenvolvimento econômico aliado ao bem-estar da população foi um dos objetivos a ser alcançado nesse período autoritário, com intervenção do Estado na economia.

Diferentemente do que Vargas propunha, Jair Bolsonaro é favorável ao Estado mínimo. Eleito em 2018, após um segundo turno disputado contra o candidato Fernando Haddad, Bolsonaro levou 55,13% dos votos válidos (57.769.986 votos) contra 44,87% dos

---

38 Ver mais em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/GolpeEstadoNovo>. Acesso em 10 maio 2021.

39 Ver mais em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/DIP>. Acesso em 02 jan. 2022.

40 Ver mais em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/departamento-de-imprensa-e-propaganda-dip>. Acesso em: 02 jan. 2022.

41 Notícias falsas que fomentam campanhas de desinformação.

votos de Haddad (47.038.963 votos). Destaca-se que abstenções, votos em branco e nulos somaram 42.300.000 votos (30,87% dos votantes não foram a favor de nenhum dos candidatos)<sup>42</sup>. Bolsonaro chega ao poder depois de um golpe que destituiu a ex-presidenta Dilma Rousseff em 2016, e que fez com que assumisse a presidência naquele momento o vice, Michel Temer, alinhado com o setor conservador da sociedade. Dilma era acusada de crime de responsabilidade e enfrentou o processo de perda do cargo depois de uma reeleição apertada, que não foi bem aceita pela oposição<sup>43</sup> e que culminou no processo chamado de *impeachment*, iniciado no mesmo ano do segundo mandato<sup>44, 45</sup>. À época deputado federal, Jair Bolsonaro foi apoiador do afastamento de Dilma, proclamando seu voto favorável a um dos torturadores da ditadura civil-militar de 1964 e da ex-presidenta, e contra o comunismo: “Perderam em 1964, perderam em 2016. Contra o comunismo, contra o Foro de São Paulo. Pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, que foi o pavor de Dilma Rousseff”.<sup>46</sup> Antes do início da campanha eleitoral de 2018, o principal candidato de oposição a Bolsonaro, o ex-presidente Lula, foi preso após ser condenado pelo juiz Sérgio Moro — que viria a ser ministro da Justiça do governo Bolsonaro — por corrupção passiva e lavagem de dinheiro no caso conhecido como do triplex do Guarujá, em São Paulo.<sup>47</sup> Bolsonaro foi eleito pelo antipetismo insuflado no período eleitoral e assumiu o país em crise econômica e política. Os enunciados de Jair Bolsonaro foram feitos em dois momentos e locais distintos. O primeiro pronunciamento foi lido no Congresso Nacional, dirigido aos congressistas e convidados presentes, além de aos brasileiros e brasileiras, e o segundo, no Parlatório, após o recebimento da faixa presidencial, direcionado à população. Ambos os pronunciamentos foram transmitidos por veículos de comunicação tradicionais, como rádio e televisão, e por mídias online.

---

42 Ver mais em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-10/com-100-das-urnas-apuradas-bolsonaro-teve-577-milhoes-de-votos>. Acesso em 10 maio 2021.

43 Ver mais em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2014-10/psdb-pede-auditoria-especial-do-resultado-das-eleicoes-ao-tse>. Acesso em 11 maio 2021.

44 Ver mais em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/destaque-de-materias/impeachment-da-presidente-dilma>. Acesso em 11 maio 2021.

45 Ver mais em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/destaque-de-materias/impeachment-da-presidente-dilma/o-processo-de-impeachment-no-senado-federal>. Acesso em 11 maio 2021.

46 Ver mais em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2016/04/19/politica/1461019293\\_721277.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2016/04/19/politica/1461019293_721277.html). Acesso em 10 maio 2021.

47 Ver mais em: <https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%Adcias/pol%C3%Adtica/relembre-a-cronologia-da-pris%C3%A3o-do-ex-presidente-lula-1.378889>. Acesso em 11 maio 2021.

Apesar de estarmos tratando, nesta pesquisa, de práticas discursivas anticomunistas e, como visto anteriormente, o anticomunismo é algo mais amplo do que somente ser contrário ao comunismo, é interessante diferenciar o que seria comunismo para Getúlio Vargas e para Bolsonaro. Segundo o dicionário eletrônico Houaiss, o significado de comunismo é:

1. organização socioeconômica baseada na propriedade coletiva dos meios de produção; 2. doutrina econômica e política que preconiza tal organização; 3. doutrina econômica e sociopolítica, de cunho revolucionário, elaborada pelos teóricos alemães Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895), que prevê a superação do capitalismo por meio da luta de classes, o fim da propriedade privada dos meios de produção, a instauração de um regime de partido único e, num último estágio, a supressão do Estado e o estabelecimento de uma sociedade sem classes; 4. qualquer regime de governo fundado nessa doutrina.

O sentido de comunismo trazido no pronunciamento de Vargas é esse da acepção do dicionário. O governo à época afirmava a necessidade de impedir uma ameaça ao sistema político brasileiro vigente, mesmo que para isso necessitasse inventar um plano de tomada de poder por comunistas. Já para Bolsonaro, o anticomunismo é algo mais amplo e envolve uma miscelânea de questões, desde as relacionadas à economia, com a redução da participação do Estado, à corrupção, a políticas sociais, consideradas “de esquerda”, até questões de ordem religiosa, da moral cristã.

Antes de iniciar a análise dos enunciados, resalto que, em uma das reuniões de orientação, a professora Poliana Coeli sugeriu que eu inserisse os três textos em um programa que formasse nuvens de palavras a fim de verificar quais eram as que mais se repetiam. A nuvem de palavras é uma representação gráfica das palavras de um texto, havendo uma hierarquia conforme as repetições: as que aparecem nos textos mais vezes, ou seja, aquelas com maior relevância quantitativa, ficam em tamanho maior na nuvem e existe uma redução do tamanho das demais conforme a menor presença no texto. Se a ocorrência de uma palavra é de 100 vezes em um texto e outra, de 50 vezes, a mais citada será graficamente maior na nuvem, por exemplo.

Realizei tal tarefa da criação da nuvem de palavras no site gratuito WordClouds.com<sup>48</sup>, a partir de busca na internet. Usei, como base do passo a passo, um tutorial disponível no YouTube<sup>49</sup>. A primeira coisa a ser feita é selecionar uma nova nuvem de palavras em “Arquivo”. A partir desse arquivo em branco, podemos inserir os textos os quais queremos

---

48 Ferramenta online e gratuita de geração de nuvem de palavras e nuvem de *tags*, disponível em: <https://www.wordclouds.com/> [em inglês].

49 Ver mais em: <https://youtu.be/2RxqjWmUTs>. Acesso em 29 mar. 2021.

usar como córpus para a nuvem. A ferramenta permite subir o arquivo do texto nos formatos .txt, .doc e .pdf pelo url ou o usuário pode simplesmente colar o texto em uma caixa em branco. Optei pelo formato .txt, que é o gerado nos arquivos salvos via bloco de notas, porque eles não têm quaisquer formatações de texto (tamanho da fonte, tipo da fonte, itálico, negrito...). Salvei os três pronunciamentos em arquivos .txt em meu computador e comecei pelos dois pronunciamentos do presidente Jair Bolsonaro. Decidi usar os dois textos juntos, pois seria um volume muito pequeno de palavras se criasse as nuvens separadamente. Após inserir os textos para geração da nuvem, a ferramenta permite a edição da nuvem, a partir de diversas opções. Uma das edições que realizei foi a das palavras destacadas na nuvem. Na opção “word list”, o usuário consegue eliminar algumas palavras da nuvem ou inserir alguma para a qual que queira o destaque. Eu retirei da formação da nuvem o pronome “que” e os artigos “o, a, os, as”, pois eram as palavras que mais apareciam, mas que não traziam sentido para a pesquisa. O mesmo foi feito quando gerada a nuvem de palavras do pronunciamento do ex-presidente Getúlio Vargas. O tamanho da imagem foi mantido no padrão da ferramenta (1024x768 pixels) e o espaçamento entre as palavras foi reduzido para zero (o *gap size* padrão é 2). O formato da nuvem foi modificado para “quadrado” e o tema, alterado para fundo branco e com uso de cinco cores, as quais foram escolhidas: vermelho, preto, laranja, azul e verde. A ideia era usar as cores da bandeira brasileira (verde, amarelo e azul), mais o vermelho e o preto, mas a leitura com a cor amarela era difícil sobre o fundo branco, por isso optei pelo laranja. O estilo da fonte foi alterado para “Verdana:400” e, depois, a nuvem foi salva como imagem.

Analisando os resultados (Anexo D), verifiquei quais palavras mais se repetiam nos enunciados e elas funcionaram como pistas, pois ajudaram a chamar a atenção para algumas marcas linguísticas presentes nos textos. Em reunião de orientação após a qualificação desta pesquisa, as orientadoras sugeriram observar a análise da tese da professora Maria Del Carmen Daher, que usou o software WordSmith. Esse programa de computador permite o levantamento de palavras, linhas e parágrafos, facilitando a localização de marcas linguísticas no texto, ou seja, um levantamento quantitativo para auxiliar a análise qualitativa dos enunciados. Ao fazer a leitura desse trecho da tese, percebi que o programa era bem similar ao que usei em uma das disciplinas do mestrado, sobre Linguística de Córpus, o AntConc. Aproveitei para colocar os textos nesse software e verificar as palavras mais usadas nos pronunciamentos. Usei a versão AntConc 3.5.8 (2019 para Windows). O software funciona de forma offline na máquina em que estiver instalado, bastando alimentar o programa com o



cópus que se quer analisar. Os arquivos foram inseridos na ferramenta e solicitei que o programa devolvesse três listas de palavras (*wordlists*): 1) a lista com a frequência das palavras mais usadas no pronunciamento de Vargas (Anexo E); 2) a lista com a frequência das palavras mais usadas nos pronunciamentos de Bolsonaro (Anexo F); e 3) a lista com as palavras usadas nos três pronunciamentos (Anexo G). Na lista 1 (Anexo E), as primeiras 13 palavras mais frequentes são preposições e artigos, o que não ajuda na análise. Das palavras destacadas na nuvem, a primeira mais citada é “sua” (18 vezes), seguida de “nacional” (16 vezes), “política” (16 vezes), “poder” (13 vezes) e “governo” (12 vezes). Chamou nossa atenção o uso frequente da palavra “não” (39 vezes) no texto de Vargas. Ao clicar sobre o verbete, é possível identificar no texto todas as frases em que ele aparece. Cheguei a cogitar aqui, por meio dessa marca linguística, trabalhar com o conceito de negação polêmica, de Oswald Ducrot, o qual, resumidamente, o linguista denomina como a possibilidade de produção do contrário em todo enunciado produzido, ou seja, é possível realizar um “tipo de análise da afirmação pela negação” (RETTICH, 2021, p. 159).

A negação polêmica está no quadro da concepção polifônica, de Ducrot, no qual o autor faz distinção entre alguns tipos de negação presentes nos enunciados. Para o autor, quase todo enunciado produzido tem a possibilidade de produção do contrário, sendo o ‘não’ apenas um signo que marca essa posição. Em *O dizer e o dito* (1987), aparecem os três tipos de negação, que serão definidas como:

1) Metalinguística – ‘anula o pressuposto positivo subjacente’ (p. 204) e é uma forma de ampliação, explicação do enunciado negativo. O exemplo do próprio Ducrot ajuda na compreensão desse tipo de negação: ‘Pedro não é inteligente, ele é genial’.

2) Polêmica – corresponde à maior parte dos enunciados negativos, estando presentes nela dois enunciadores com pontos de vista opostos, o que facilita compreender a distinção entre locutor e enunciador. Na frase ‘Pedro não é gentil’, como explica o autor, aparecem em cena o Enunciador 1 que sustenta que ‘Pedro é gentil’, e o Enunciador 2, aquele que se opõe.

3) Descritiva – antes definida como aquela que serve para descrever um estado de coisas, Ducrot amplia a sua concepção, dizendo que esse tipo de negação é um ‘derivador delocutivo da negação polêmica’. Ele diz que, se se pode descrever que ‘Pedro não é inteligente’, é porque essa atribuição dada a Pedro é uma oposição a um ponto de vista que teria afirmado a inteligência de Pedro (RETTICH, 2018, p.91).

No entanto, como o verbete “não” não se repete nos enunciados de Bolsonaro, decidi não considerar essa marca linguística na análise em conjunto dos pronunciamentos, que é a proposta desta pesquisa, mas fica uma pista de uma possibilidade de análise e estudo futuro do pronunciamento de Vargas.

Já na lista 2 (Anexo F), o mesmo acontece em relação às preposições e aos artigos, aparecendo como os mais frequentes, mas, a partir da nuvem, temos as seguintes palavras: “Brasil” (23 vezes), “nossa” (14 vezes), “Deus” (13 vezes), “vamos” (12 vezes) e “todos” (10

vezes). Quando pedimos a lista 3, com os três pronunciamentos, temos como palavras mais citadas, à exceção de artigos e preposições, “não” (46 vezes), Brasil (25 vezes), nacional (24), governo (21 vezes) e política (20 vezes). Somente essas três listas simples e as nuvens de palavras já nos mostram quantitativamente que parte das palavras mais mencionadas nos pronunciamentos estão no rol dos três eixos anticomunistas: nacionalismo (nacional, Brasil), cristianismo (Deus), liberalismo (poder, governo).

A partir desses destaques das palavras mais citadas e das nuvens, também podemos observar que, entre as palavras mais repetidas, estão os pronomes “meu, minha, meus, minhas” do pronunciamento de Vargas, os quais se contrapõem aos “nosso, nossa, nossos, nossas” dos enunciados de Bolsonaro. Entendemos essa diferença como uma forma de posicionamento dos chefes do Executivo e que os enunciados mais recentes trazem uma falsa sensação de trabalho em conjunto, visto que uma das bandeiras levantadas durante a campanha de Bolsonaro era a do neoliberalismo, que propõe a individualização dos sujeitos e a meritocracia, a partir da qual cada um é responsável pelo seu próprio sucesso, sem qualquer auxílio do Estado, bastando “querer e correr atrás”. Outra leitura possível é que Getúlio não pretendia disfarçar que colocava o país sob um comando ditatorial, algo que Bolsonaro talvez tivesse preocupação em disfarçar. Enquanto Vargas se apresentava como uma figura paternalista, Bolsonaro segue a linha individualista do neoliberalismo, cabendo a cada um o resultado do próprio esforço. Considerando as marcas linguísticas de pessoa, poderíamos também pensar em quem é/são o/s coenunciador/es dos pronunciamentos. Como não é o foco desta pesquisa, mas acreditamos ser importante registrar essa possibilidade de análise, pontuamos esta condição e, para isso, retomamos o trabalho de pesquisa da professora Del Carmen Daher com textos de Getúlio Vargas, em que ela identifica as imagens que articulam características e correspondências ao enunciador e ao coenunciador dos pronunciamentos presidenciais de 1º de maio:

no gênero pronunciamento político, o enunciador costuma anunciar de forma explícita a quem se dirige, embora possa dirigir-se a muitos outros destinatários que não os diretamente anunciados, valendo-se de outros recursos. Estes direcionamentos podem ser recuperados nos discursos por meio de diferentes marcas linguísticas (DAHER, 2000, p. lxxxiii).

Não vamos entrar em detalhes sobre os conceitos de cenografia discursiva<sup>50</sup> ou de ethos<sup>51</sup> usados por Daher para realizar a análise dos textos estudados em sua tese, mas vamos registrar que, para a pesquisadora, essa cenografia é

a situação de enunciação que legitima cada discurso a partir da reunião de uma determinada locução discursiva, uma cronografia e uma topografia. Dito de outro modo, todo texto institui discursivamente sua forma de interação, a partir da articulação das coordenadas: EU <=> TU – AQUI – AGORA (cenografia discursiva). Enquanto produto de uma enunciação, o enunciado carrega referências desse EU que se dirige a um TU (locução discursiva) ancorado num lugar (topografia) e num tempo (cronografia). São estas categorias de análise da dêixis discursiva que nos permitirão identificar alguns dos sentidos construídos pela enunciação (DAHER, 2000, p. lxxxiii-lxxxiv).

Ao longo da análise, vamos apresentar algumas ideias sobre os coenunciadores registrados por algumas marcas linguísticas de pessoa presentes nos pronunciamentos, mas deixamos essa possibilidade de análise para uma pesquisa futura.

#### 4.1 Sebastianismo verde-amarelo

Feitas essas considerações, damos início à análise dos enunciados. Identificamos, durante a leitura dos textos, três eixos de análise nos quais nos baseamos e que convergem com os eixos anticomunistas já citados: o nacionalismo, o mercadológico e o moralismo. Importante lembrar que os três pronunciamentos foram lidos pelos chefes do Executivo, ou seja, os textos estavam previamente escritos, não houve improvisações. Começamos, então, com a pista que surgiu no decorrer desta pesquisa, a do herói inventado para justificar o combate ao inimigo da Nação e o eixo da nacionalização. Impossível não relacionar essa figura do herói ao mito do sebastianismo<sup>52</sup> em Portugal, criado em decorrência da morte do rei D. Sebastião que, sem herdeiros, acabou deixando o trono para o rei espanhol Filipe II e, com a insatisfação política, os portugueses acreditaram no retorno do rei, que não estaria morto e que voltaria para os salvar. Existe, nesses pronunciamentos de Vargas e de Bolsonaro, uma crença de que os chefes do Executivo representam os salvadores das situações políticas em que o país se encontra/encontrava.

---

50 Maingueneau, 2013 apud DAHER, 2000.

51 Maingueneau, em *Novas Tendências em Análise do Discurso*, p. 41-42.

52 Ver mais em <http://www.infoescola.com/historia/sebastianismo/>. Acesso: 28 fev. 2022.

Getúlio Vargas<sup>53</sup> iniciou seu pronunciamento de 1937 deixando claro o que chamo de seu papel de salvador, que tem a responsabilidade de tomar decisões que afetam a todos que lhe conferiram o voto de confiança em assumir esse posto público mais alto da Nação: “O homem de Estado, quando as circunstâncias impõem uma decisão excepcional [...] não pode fugir ao dever de tomá-la, assumindo [...] as responsabilidades inerentes à alta função que lhe foi delegada pela confiança nacional” (GV); “mandato a mim confiado pela vontade soberana do povo brasileiro” (JB). O chefe do Executivo tem responsabilidades, mas a essencial no momento do pronunciamento é salvar os trabalhadores dos perigos a que estão expostos com desordem e perturbações que podem ser geradas por esse inimigo da Nação e das instituições democráticas: “essa situação especialíssima só se caracteriza sob aspectos graves e decisivos nos períodos de profunda perturbação política, econômica e social” , “pondo em prática um programa isento de perturbações e capaz de atender às justas reivindicações das classes trabalhadoras”, “atoardada dos agitadores profissionais” (GV). O herói é ainda o que tem a moral incontestável, figura perfeita para assumir a frente contra o inimigo e que abre mão do descanso pessoal para trabalhar pela Pátria:

Tenho suficiente experiência das asperezas do poder para deixar-me seduzir pelas suas exterioridades e satisfações de caráter pessoal. Jamais concordaria, por isso, em permanecer à frente dos negócios públicos se tivesse de ceder quotidianamente às mesquinhas injunções da acomodação política, sem a certeza de poder trabalhar, com real proveito, pelo maior bem da coletividade.

Prestigiado pela confiança das forças armadas e correspondendo aos generalizados apelos dos meus concidadãos, só acedi em sacrificar o justo repouso a que tinha direito, ocupando a posição em que me encontro, com o firme propósito de continuar servindo à Nação. (GV)

A narrativa construída no pronunciamento de Vargas é a de que as eleições são ruins, a democracia dos partidos é ruim, porque há outros interesses que não o da Nação, o pluripartidarismo gera crises e há ameaças e inimigos: “subverte a hierarquia, ameaça a unidade pátria e põe em risco a existência da Nação”, “estado de risco iminente da soberania nacional e da agressão externa” (GV). A partir dessa narrativa, o presidente se coloca na posição de redentor desses possíveis problemas, mas em nenhum momento enuncia quais são os interesses do país nem diz quais são esses interesses ou quem são os inimigos. O poder de intervenção da linguagem é percebido claramente quando não se enunciam os perigos, apenas

---

53 Identificamos os trechos de Vargas com as iniciais “GV” e os de Bolsonaro, com “JB”.

se registra que há um perigo iminente e que existe uma única solução possível — no caso de Vargas, a implantação do Estado Novo.

Bolsonaro também traz em seus pronunciamentos o “período de grandes desafios” em que vive a nação, sem explicitar quais são esses “enormes desafios”, e aponta que a Pátria precisa ser restaurada e reerguida, precisando ser libertada “definitivamente, do jugo da corrupção, da criminalidade, da irresponsabilidade econômica e da submissão ideológica”, “Temos uma grande nação para reconstruir”. Ele cita o episódio da facada em um dos pronunciamentos quando afirma que os “inimigos da Pátria, da ordem e da liberdade tentaram pôr fim à minha vida” e faz menção a esse inimigo, na forma de ideologias, que “destroem nossos valores e tradições, destroem nossas famílias”. Vamos falar mais sobre esse “inimigo ideológico” quando abordarmos o eixo referente ao moralismo.

#### 4.2 “Nossa bandeira jamais será vermelha.”

Ainda no eixo sobre a Nação, temos um apelo nos pronunciamentos sobre tudo aquilo que é referente à Pátria, incluindo aí o pavilhão nacional, como a frase que abre esta seção e foi dita por Bolsonaro. encerrando o pronunciamento de recebimento da faixa de presidente. A defesa da pátria, a ideia de que estão no poder para salvar o país e os brasileiros, passa a ser um gancho da narrativa para capturar os apoiadores. Getúlio, por exemplo, cita os grupos que disputam entre si em vez de brigar pela Pátria: “o problema da sucessão presidencial, transformado em irrisória competição de grupos, obrigados a operar pelo suborno e pelas promessas demagógicas, diante do completo desinteresse e total indiferença das forças vivas da Nação”, além dos homens que defendem a Pátria: “existiam homens cultos, devotados e patriotas”. É interessante destacar aqui que, segundo esses enunciados, os grupos políticos que disputam a presidência estão apenas querendo dinheiro (“suborno”), e não trabalhar pelos brasileiros, mas Getúlio, o herói, se exclui desse grupo, pois vai salvar as pessoas desses partidos. Além disso, ele cita que os patriotas também são cultos, ou seja, tiveram acesso ao mínimo de educação formal — o que à época significava ter uma família abastada para bancar os estudos —, e devotados, tinham conexão religiosa: isso significa, a meu ver, que ele limita um grupo de brasileiros na categoria dos patriotas, excluindo os inimigos como não patriotas, não cultos e não devotados.

Bolsonaro termina o pronunciamento aos brasileiros no Parlatório dizendo que “Essa é a nossa bandeira, que jamais será vermelha”, reforçando que o vermelho seria apenas o do sangue para a manter nas cores verde e amarela. A partir dessa afirmação, entendemos que ele responde a uma ameaça de que a bandeira pode ser vermelha, a partir do conceito bakhtiniano sobre o dialogismo dos enunciados, em que todo enunciado é uma resposta a enunciados anteriores. Há um pressuposto de que a bandeira pode ser vermelha e o uso da negação polêmica (“jamais”) reforça essa afirmação. Não vamos entrar em detalhes sobre a negação polêmica, como falei anteriormente, mas deixo em aberto essa possibilidade de percurso de pesquisa.

Falando agora sobre a menção ao verde e amarelo, ela é uma constante nos pronunciamentos e atos pró-Bolsonaro e, para nos ajudar a pensar em como esse enunciado é vazio e bélico, retomo a época pré-eleição, quando apoiadores de Bolsonaro foram às ruas contra a ex-presidenta Dilma e, posteriormente, a favor de Jair e do que ele sustenta em seu governo: além da bandeira nacional, eles usam camisas da seleção brasileira de futebol, mesmo tipo de vestimenta usada para torcer pelos jogadores em uma Copa do Mundo ou Olimpíada, demonstrando, dessa forma, haver uma disputa entre quem usa a camisa da seleção, atrelando-a ao ser patriota, e quem não usa. Curioso observar que o presidente Bolsonaro pregou a defesa da Nação verde-amarela, no entanto utiliza, assim como seus apoiadores, também bandeiras de outros países nas manifestações antidemocráticas<sup>54</sup>. Em outro caso, contradizendo os outros discursos que ressoam com os anticomunistas, como o conservador, o tradicional, o religioso, que pregam a moral e os bons costumes, uma apoiadora foi às ruas manifestar pró-Bolsonaro e contra a democracia de biquíni fio-dental, com o corpo pintado de verde e amarelo, e em cada um dos lados das nádegas tinha escrito “fora” e “STF”<sup>55</sup>. Em um registro de 2020, é possível observar que as bandeiras dos Estados Unidos e de Israel foram colocadas no mastro do Palácio do Planalto<sup>56</sup>; em 2021, um manifestante se enrolava em uma bandeira metade israelense e metade brasileira. Essas bandeiras reforçam a oposição à esquerda e marcam a posição conservadora, neoliberal, além de haver o apelo ao público evangélico, no caso da bandeira israelense. Antes ainda, em 2019,

---

54 Ver mais em: <https://www.gazetadopovo.com.br/republica/bandeiras-israel-eua-manifestacoes-pro-bolsonaro/>. Acesso em 10 maio 2022.

55 Ver mais em: <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/essencial/caiu-na-rede-cidada-de-bem-escreve-fora-stf-na-bunda-em-ato-bolsonarista/>. Acesso em 10 maio 2022.

56 Ver mais em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/05/kit-bolsonarista-de-protestos-tem-bandeiras-dos-eua-em-estetica-da-subserviencia.shtml>. Acesso em 13 maio 2022.

o presidente Bolsonaro já havia batido continência à bandeira estadunidense<sup>57</sup>, em evento no país norte-americano, o que destoa do lema do governo: “Brasil acima de tudo”.

Figura 4 – Publicação com a bandeira de Israel



Fonte: Twitter.

---

<sup>57</sup> Ver mais em: <https://www.terra.com.br/noticias/bolsonaro-recebe-premio-bate-continencia-a-bandeira-dos-eua-e-erra-o-proprio-bordao,3e51701c017f264ac65c2f3bce8d1c0oldta994.html>. Acesso em 12 maio 2022.

Figura 5 – Foto de apoiador com a bandeira de Israel



Fonte: Fábio Rodrigues Bozzebpm/Agência Brasil, 15/05/2021.

Figura 6 – Foto da bandeira de Israel ao lado da bandeira brasileira em palanque



Fonte: Fábio Rodrigues Bozzebpm/Agência Brasil, 15/05/2021.

#### 4.3 Liberalismo e neoliberalismo — ame-os ou deixe-os



Ambos os pronunciamentos dos chefes do Executivo são atravessados pelo liberalismo/neoliberalismo, incluídos no eixo mercadológico desta análise. Há, no entanto, uma sutileza nos enunciados de Vargas em relação ao pensamento liberal, no qual se baseia o texto da carta magna de 1934 — Getúlio insere em seu pronunciamento que o liberalismo não era algo positivo ao povo brasileiro e questiona o Estado mínimo proposto por essa corrente: “A organização constitucional de 1934, vazada nos moldes clássicos do liberalismo e do sistema representativo, evidenciara falhas lamentáveis, sob esse e outros aspectos”; “Na distribuição das atribuições legais, não se colocara, como se devera fazer, em primeiro plano, o interesse geral; alluíram-se as responsabilidades entre os diversos poderes, de tal sorte que o rendimento do aparelho do Estado ficou reduzido ao mínimo, e a sua eficiência sofreu danos irreparáveis, continuamente expostos à influência dos interesses personalistas e das composições políticas eventuais”. Vargas apostava no desenvolvimento estatal para o que o desenvolvimento do país acontecesse. Já os enunciados de Bolsonaro exaltam o estado mínimo e focam o trabalho individualizado para que o país alcance o “lugar de destaque que ele merece no mundo”, sem dizer que lugar é esse.

O “mercado” é um dos coenunciadores dos pronunciamentos. Aliás, nota-se que o campo semântico da economia está presente desde a primeira frase do enunciado de Bolsonaro, quando ele diz que “esse momento não tem preço”. Apresentam-se, nos três textos, respostas a essa figura do coenunciador mercado, representada pela elite financeira do país. Como exemplo, temos claramente que as agitações enunciadas por Vargas em 1937, e previstas no Plano Cohen, são prejudiciais ao mercado: as greves param as produções, os donos dos meios perdem dinheiro e o importante é manter as atividades trabalhistas e de produção: “as suas agitações ainda podiam processar-se à superfície da vida social, sem perturbar as atividades do trabalho e da produção” (GV). O objetivo é que a política se adapte ao que o mercado financeiro dita (“para reajustar o organismo político às necessidades econômicas do país” – GV). A mudança na forma de governo visa restabelecer a economia nacional, caso as indicações do mercado não sejam seguidas, não é possível evoluir em termos de educação, defesa do território ou mesmo de “empreendimentos materiais”: “Cumprir restabelecer, por meio adequado, a eficácia da sua intervenção e colaboração na vida do Estado”, “Torna-se impossível estabelecer normas sérias e sistematização eficiente à educação, à defesa e aos próprios empreendimentos de ordem material, se o espírito que rege a política geral não estiver conformado em princípios que se ajustem às realidades nacionais”(GV).

Nos pronunciamentos de Bolsonaro, temos bem explícita a defesa da política neoliberal, com menor intervenção do Estado na economia individualista: “se libertar...do gigantismo estatal e do politicamente correto”, “usufruir do fruto do seu trabalho pela meritocracia”, “Vamos... desburocratizar [...] tirar [...] o peso do Governo sobre quem trabalha e quem produz”, “garantia do direito à propriedade”, “Na economia traremos a marca da confiança, do interesse nacional, do livre mercado e da eficiência”. O texto de Bolsonaro dá a entender que seu governo é para todos (“um propósito comum e inegociável: os interesses dos brasileiros em primeiro lugar”), mas, a partir dessa análise, percebemos que apenas uma parcela da população é a beneficiada: “Nossa preocupação será com a segurança das pessoas de bem e a garantia do direito à propriedade e da legítima defesa”. Neste trecho, temos claro um excludente, não são todas as pessoas que têm garantida a segurança, apenas as pessoas de bem; o texto fala sobre direito à propriedade, e não à moradia, ou seja, apenas uma parte dos brasileiros teria direito, geralmente a possuidora de poder aquisitivo, e o último trecho traz a “legítima defesa”, o que nos faz pensar que cada um deve se defender sozinho, o Estado não é o responsável pela segurança dos brasileiros. No entanto, só quem consegue manter uma segurança privada são as pessoas que têm condições econômicas para a bancar.

Apesar da tentativa de narrativa de apoio ao trabalhador e ao trabalho, o que temos registrado no pronunciamento de Vargas é real apoio à economia (e conseqüentemente aos empregadores), que é a figura guia para todas as decisões políticas. Podemos ainda afirmar que o movimento de trabalhadores não é bem-visto como organização que preza os direitos de um coletivo, algo com que o liberalismo e o neoliberalismo concordam, visto que pregam o individualismo, o empreender a si mesmo: “... a representação profissional deve constituir um órgão de cooperação na esfera do poder público, em condições de influir na propulsão das forças econômicas e de resolver o problema do equilíbrio entre o capital e o trabalho” (GV). Bolsonaro reza pela mesma cartilha de mercado, na qual a construção coletiva vai perdendo espaço: existe o reforço na ideia do individual, da meritocracia, o que enfraquece a noção de pertencimento de um coletivo, apesar de seus pronunciamentos enfatizarem que a reconstrução do país passa por um trabalho conjunto: “Juntos temos como fazer o Brasil...”, “se trabalharmos juntos, essa mudança será possível”, “temos uma grande nação para reconstruir e isso faremos juntos”, “Podemos, eu, você e as nossas famílias, todos juntos”, “Nossa preocupação será com... a garantia do direito de propriedade”.

Apesar dos enunciados em defesa da pátria, de que o inimigo poderia dizimar as instituições (“as crises periódicas do regime pondo, quadrienalmente, em perigo a segurança

das instituições” — GV), ambos os chefes do Executivo condenam as instituições públicas do jeito que elas existem. Desacreditar esses institutos faz parte do projeto de enfraquecimento de possíveis seguranças jurídicas da população: quando atualmente os apoiadores de Bolsonaro culpam ministros do Supremo Tribunal Federal de não deixarem o presidente trabalhar<sup>58</sup>, estão reforçando esse discurso de que a maior instituição jurídica do país é falha. Vargas não fez diferente:

Considerando de frente e acima dos formalismos jurídicos a lição dos acontecimentos, chega-se a uma conclusão iniludível, a respeito da gênese política das nossas instituições: elas não corresponderam, desde 1889, aos fins para que se destinavam. (GV)

Interessante notar as semelhanças de irresponsabilidade pelo cargo público; quando o trabalho não é feito ou existe alguma falha é porque não deixaram o político trabalhar. Vargas explicita isso quando diz que os esforços dos homens patriotas são invalidados “pelos próprios defeitos de estrutura do órgão, a que não conseguiam emprestar as suas altas qualidades pessoais”. Na rede discursiva que envolve Bolsonaro, destaco que há mais de trinta anos no poder público, sempre existe alguma instituição ou alguém que não permite que o atual presidente faça seu trabalho.<sup>59</sup>

#### 4.4 Liberal na economia, conservador nos costumes

Os enunciados são atravessados pelo nosso terceiro eixo de análise quando trazem a moral como um dos argumentos contra esse inimigo vermelho que pode desestabilizar a Pátria: os textos contra o comunismo entram na ordem da moral, dos bons costumes, do perigo contra a família tradicional, do conservadorismo exacerbado, e destacam uma polarização bem *versus* mal, incluindo a religião com grande destaque — como vimos, a palavra “Deus” é citada 13 vezes nos pronunciamentos de Bolsonaro: “o povo começou a se libertar do socialismo, se libertar da inversão de valores” (JB), “Não podemos deixar que

---

58 Ver mais em: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/07/4940341-stf-reage-a-bolsonaro-e-diz-que-nao-proibiu-governo-de-agir-na-pandemia.html>. Acesso em 23 fev. 2022.

59 Ver mais em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2021/08/27/bolsonaro-reclama-de-dificuldade-para-governar-e-diz-que-tudo-tem-limite.htm>. Acesso em 20 fev. 2022.

ideologias nefastas venham a dividir os brasileiros. Ideologias que destroem nossos valores e tradições, destroem nossas famílias, alicerces da nossa sociedade” (JB), “restabelecer padrões éticos e morais” (JB), “Vamos restabelecer a ordem neste País”, “Temos o grande desafio de enfrentar os efeitos [...] do desvirtuamento dos direitos humanos e da desconstrução da família” (JB).

A ideologia é apontada como um grande problema para Bolsonaro. Segundo o dicionário Houaiss, são quatro as acepções dessa palavra. Destaco as derivações que mais cabem ao sentido usado pelo presidente:

2. no marxismo, totalidade das formas de consciência social, o que abrange o sistema de ideias que legitima o poder econômico da classe dominante (ideologia burguesa) e o que expressa os interesses revolucionários da classe dominada (ideologia proletária ou socialista)
3. sistema de ideias sustentadas por um grupo social, as quais refletem, racionalizam e defendem os próprios interesses e compromissos institucionais, sejam estes morais, religiosos, políticos ou econômicos
4. conjunto de convicções filosóficas, sociais, políticas etc. de um indivíduo ou grupo de indivíduos

Nos pronunciamentos de Bolsonaro, o campo semântico que envolve a palavra ideologia e variantes é sempre negativo, a ideologia é nefasta, ruim e, às vezes, até inexistente, como a “ideologia de gênero”. Ele leva a crer que o Brasil está impedido de progredir porque está preso a uma ideologia, ou seja, preso a ideias contrárias às que a direita tem (como se a direita não tivesse também uma ideologia): “nossa Pátria, libertando-a... da submissão ideológica”, “País livre das amarras ideológicas”, “sem o tradicional viés político”, “sem o viés ideológico”, “práticas que se mostram nefastas... atrasando o progresso”. Essa espécie de terrorismo sobre a palavra “ideologia” vem acompanhando as práticas anticomunistas, pois, para essa parcela da população, as ideias de esquerda são sempre comunistas (ou socialistas). Quando Bolsonaro diz que o governo vai libertar o país da ideologia, refere-se ao governo de esquerda anterior ao último mandato — importante lembrar que o governo de Bolsonaro começa depois de outro governo de direita, de Michel Temer. E essa polarização forçada nos pronunciamentos de Bolsonaro (direita *versus* esquerda), de que é preciso realizar uma mudança radical, é vista também no texto de Vargas: “Era necessário e urgente optar pela continuação desse estado de coisas ou pela continuação do Brasil. Entre a existência nacional e a situação de caos, de irresponsabilidade e desordem em que nos encontrávamos, não podia haver meio termo ou temporização”. Essas oposições são simplificadoras da realidade, e uma forma de fomentar as narrativas de um bom *versus* um mau, a necessidade de um herói, de uma ameaça contra o país.

#### 4.5 Ordem e progresso

Uma das forças que identifiquei nesses pronunciamentos foi uma cenografia de cunho militar, de combate, como se o Brasil estivesse no meio de uma guerra a ser disputada. Antes de detalharmos essa cenografia, cumpre explicar essa noção a partir de Maingueneau (2013, 2015) e Rocha (2013). Segundo o estudo sobre a cena de enunciação de Maingueneau (2013, p. 95-103), existem três modalidades de cena em um texto: a primeira é a “cena englobante”, que se refere ao tipo de discurso, a segunda, a “cena genérica”, que se refere ao gênero do discurso (e as duas formam o quadro cênico do texto, permitindo que o enunciado ganhe sentido) e, a terceira, a “cenografia”, que seria um primeiro cenário com que o coenunciador se depara, deslocando o quadro cênico para um segundo plano. O autor considera essa modalidade uma espécie de “cilada” para o coenunciador. A cenografia

é imposta logo de início, mas deve ser legitimada por meio da própria enunciação. Não é simplesmente um cenário; ela legitima um enunciado que, em troca, deve legitimá-la, deve estabelecer que essa cenografia da qual a fala vem é precisamente a cenografia requerida para enunciar como convém num ou noutro gênero de discurso (MAINGUENEAU, 2015, p. 123).

O linguista francês diz, em *Discurso e análise do discurso* (2015, p. 124-125), que as cenografias poderiam ser classificadas de duas modalidades: “exógenas”, quando resultam da importação de uma cena de enunciação exterior, ou “endógenas”, quando se desenvolvem no interior do quadro definido pela cena genérica. Nesta releitura de Maingueneau acerca do conceito, as cenografias acontecem em qualquer texto: as modalidades exógenas acontecem em alguns e outros textos vão ter minimamente uma modalidade endógena, compatível com o gênero e quase imperceptível. Rocha (2013) já nos trazia uma visão a qual propunha que a cenografia está sempre presente, acompanhando o “quadro cênico”, variando apenas o grau de atualização. Compartilhamos desse pensamento de Rocha, de que a cenografia está presente junto ao quadro cênico, o que nos permite fazer a análise do plano cenográfico nos discursos selecionados para esta pesquisa, a seguir, na próxima seção.

#### 4.6 Um inimigo invisível precisa ser derrubado: uma cenografia de combate

Os pronunciamentos de Getúlio Vargas e de Jair Bolsonaro recorrem a uma cenografia de combate, e vamos ver como ela se desenvolve, conforme a análise dos pronunciamentos a seguir. Lembramos aqui que ambos os presidentes tiveram uma passagem pelas Forças Armadas brasileiras — Vargas chegou ao posto de sargento, quando desistiu da carreira militar, e Bolsonaro era capitão quando foi enviado para a reserva do Exército, após ter sido eleito vereador na cidade do Rio de Janeiro —, o que corrobora o linguajar bélico e de hierarquia e subordinação, um dos pilares seguidos pelos agentes militares, além da defesa da Pátria nos enunciados analisados.

Podemos perceber, nos pronunciamentos de Bolsonaro, que o verbo “servir” aparece colocado de uma forma subserviente, na qual o sujeito está à disposição da Nação, e aqui cabe destacar que, nesse conceito de nação, excluem-se os comunistas, que são vistos como antinacionalistas: “Servir à Pátria como chefe do Executivo”; “... para que o Governo e a economia sirvam de verdade a toda a Nação”. A relação que se estabelece aqui vai além da hierarquia militar, chama-nos a atenção também para a ordem instituída dentro da Igreja cristã, pois o servir, a servidão a Deus, é um ato de obrigação desse cristão, o que é reforçado nos trechos: “É com humildade e honra que me dirijo a todos vocês como presidente do Brasil” e “Com humildade, volto a esta Casa, onde, por 28 anos, me empenhei em servir à nação brasileira, travei grandes embates...”.

O chamamento ao combate contra os comunistas e ser o responsável pela tarefa de governar o país, como um comandante que se dirige a seu pelotão, são outros indícios desse quadro cenográfico, como podemos ver nos trechos: “ a honrosa missão de governar o Brasil...”; “... convoco cada um dos Congressistas para me ajudarem na missão de restaurar e reerguer nossa Pátria, libertando-a...”; “... quando os inimigos da Pátria, da ordem e da liberdade...”. O pronunciamento de Bolsonaro ainda traz um sentimento patriótico muito forte — patriotismo conservador, que conjura com as ideias anticomunistas —, destacando a questão do trabalho conjunto em diversos trechos. É como se, a partir desses enunciados, houvesse uma convocação do presidente para que os brasileiros se aliassem nesse grande desafio de modificar e proteger o país, mesmo que para isso, para vencer esse inimigo invisível, fosse necessário o derramamento de sangue, como finaliza no pronunciamento durante o recebimento da faixa presidencial, a respeito da bandeira nacional: “Só será

vermelha se for preciso o nosso sangue para mantê-la verde e amarela”. Vemos também o patriotismo aliado ao combate, por exemplo, quando Bolsonaro diz: “Juntos temos como fazer o Brasil ocupar o lugar de destaque que ele merece no mundo e trazer paz e prosperidade para nosso povo”, “Temos uma grande nação para reconstruir e isso faremos juntos”; “Podemos, eu, você e as nossas famílias, todos juntos, restabelecer padrões éticos e morais que transformarão nosso Brasil”, “... vamos restabelecer a ordem neste País”.

Esse patriotismo é ainda amparado nos pronunciamentos de Bolsonaro, na figura do divino, pelo discurso religioso. Apesar de a Constituição Federal de 1988 resguardar um Estado laico, houve um crescimento das Igrejas evangélicas e de seus seguidores, e muitos políticos, incluindo o atual Presidente, se apoiam na figura do cristão para conseguir apoiadores. Em estudo sobre a imunidade tributária a templos religiosos<sup>60</sup>, publicado em 2021, os professores Raphael Corbi, da USP, e Fábio Sanches, do Insper, afirmam que a isenção do pagamento de impostos permitiu a multiplicação de igrejas evangélicas e que, sem a isenção, três quartos das igrejas pentecostais abertas no Brasil entre 1992 e 2018 não existiriam, o que acabaria encolhendo a bancada formada por candidatos evangélicos ou indicados por religiosos<sup>61</sup>: os autores afirmam que, ao cruzar as informações com as do Tribunal Superior eleitoral, os votos em candidatos evangélicos tendem a subir entre 2% e 3% após a abertura de uma igreja em determinadas regiões. Lembramos ainda que, logo no primeiro ano de mandato, Jair Bolsonaro sancionou a lei complementar 170/2019, que renovou a isenção de ICMS<sup>62</sup> para templos religiosos e entidades beneficentes até 2032<sup>63</sup>. A “bancada evangélica”, como é conhecida no Congresso Nacional, alcançou 20% dos integrantes do Congresso (105 deputados e 15 senadores) nas últimas eleições (2018)<sup>64</sup>, e eles não são apenas considerados dessa ala por causa da filiação religiosa: estão na lista também os políticos que têm afinidade com os “valores de defesa da família” — deixando claro que essa família defendida é apenas uma parcela da sociedade, sendo a família tradicional,

---

60 “A economia política do pentecostalismo: uma análise estrutural dinâmica”. Disponível em [https://www.insper.edu.br/wp-content/uploads/2021/04/Evangelical\\_Politics-3.pdf](https://www.insper.edu.br/wp-content/uploads/2021/04/Evangelical_Politics-3.pdf). Acesso 12 mar. 2022.

61 Ver mais em: <https://www.insper.edu.br/conhecimento/politicas-publicas/imunidade-tributaria-contribui-para-multiplicacao-de-igrejas-evangelicas/>. Acesso 12 mar. 2022.

62 Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços. É um imposto estadual. Ver mais: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Imposto\\_sobre\\_Circula%C3%A7%C3%A3o\\_de\\_Mercadorias\\_e\\_Servi%C3%A7os](https://pt.wikipedia.org/wiki/Imposto_sobre_Circula%C3%A7%C3%A3o_de_Mercadorias_e_Servi%C3%A7os). Acesso 13 mar. 2022.

63 Agência Câmara de Notícias. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/628598-lei-que-prorroga-isencoes-fiscais-a-entidades-religiosas-e-beneficentes-e-sancionada/>. Acesso 12 mar. 2022.

64 Ver mais em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/legislativo/veja-quais-deputados-e-senadores-fazem-parteda-bancada-evangelica/>. Acesso em: 15 abr. 2021.

conservadora, heteronormativa e de preferência possuidora de bens materiais — e são, na maioria, conservadores, sendo assim contra os direitos de mulheres, negros, população LGBTQI+ e indígenas. Em diversas partes dos pronunciamentos, a palavra “Deus” é usada, com referências a agradecimentos, o que nos lembra o slogan do governo, também citado nesses discursos: “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, repetido nos dois pronunciamentos no dia da posse de Bolsonaro. A primeira parte desse slogan, “Brasil acima de tudo”, é um grito de guerra dos militares paraquedistas<sup>65</sup>, grupo do qual o presidente fez parte quando serviu às Forças Armadas.

É curioso notar que todos esses enunciados sobre ser um possível redentor para o país vão perdendo lugar com algumas declarações do presidente a respeito da pandemia de Covid-19, que foram objeto de investigação pela Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia.<sup>66</sup> Existe uma lista de enunciados<sup>67</sup> que tentam eximir a responsabilidade do cargo máximo do Executivo em relação ao espalhamento da doença no país, alguns inclusive que fazem alusão à questão do divino, dos quais trago dois exemplos — o primeiro quando citou a fé como uma possibilidade para resolver o problema da pandemia, e o segundo, quando afirmou que não fazia milagres: 1) “Sou católico, e minha esposa, evangélica. É um pedido dessas pessoas. Estou pedindo um dia de jejum para quem tem fé. Então, a gente vai, brevemente, com os pastores, padres e religiosos, anunciar. Pedir um dia de jejum para todo o povo brasileiro, em nome, obviamente, de que o Brasil fique livre desse mal o mais rápido possível.”; 2) “E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê? Eu sou Messias, mas não faço milagre.”. Isso nos faz questionar a noção de “Nação” que Jair Bolsonaro usa em seu pronunciamento de posse e também o “inimigo” a que diz combater para libertar o país. Por que o SARS-CoV-2 (vírus causador da Covid-19) não foi tornado esse “inimigo invisível” em comum e ações não foram tomadas para livrar o país da doença? Ao contrário, a pandemia foi minimizada e a preocupação do presidente ainda é com a economia.

---

65 Ver mais em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/slogan-de-bolsonaro-foi-inspirado-em-brado-de-paraquedistas-militares.shtml>. Acesso em 16 abr. 2021.

66 A CPI da Pandemia foi instaurada no fim de abril de 2021 com o objetivo de “apurar as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia da Covid-19 no Brasil e, em especial, no agravamento da crise sanitária no Amazonas com a ausência de oxigênio para os pacientes internados; e as possíveis irregularidades em contratos, fraudes em licitações, superfaturamentos, desvio de recursos públicos, assinatura de contratos com empresas de fachada para prestação de serviços genéricos ou fictícios, entre outros ilícitos”. Ver mais em: <https://legis.senado.leg.br/comissoes/comissao?codcol=2441>. Acesso em 06 jun. 2021.

67 Ver mais em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/relembre-as-frases-polemicas-de-bolsonaro-sobre-a-pandemia,61d222c42a1a30f2cde281a03976f712i13firg8.html>. Acesso em 10 maio 2021.



O pronunciamento de Getúlio Vargas também menciona verbetes usados nos discursos religiosos e que o trazem como o salvador para o país naquele momento, mas de forma mais sutil. Uma das similaridades é o fato de Vargas também mencionar a experiência na política como um dos argumentos para assumir o cargo de presidente: “Tenho suficiente experiência das asperezas do poder para deixar-me [sic] seduzir pelas suas exterioridades e satisfações de caráter pessoal. Jamais concordaria, por isso, em permanecer à frente dos negócios públicos se tivesse de ceder quotidianamente às mesquinhas injunções da acomodação política, sem a certeza de poder trabalhar, com real proveito, pelo maior bem da coletividade”. E relaciona essa decisão de assumir o comando do país como um sacrifício, outro termo frequentemente usado no discurso religioso, a respeito de esforços que demandam muito do humano, para servir à Nação: “Prestigiado pela confiança das forças armadas e correspondendo aos generalizados apelos dos meus concidadãos, só acedi em sacrificar o justo repouso a que tinha direito, ocupando a posição em que me encontro, com o firme propósito de continuar servindo à Nação”.

Retomando a noção de nação trazida por ambos os presidentes em seus pronunciamentos, recorreremos à ideia de que a identidade nacional é um dispositivo, apresentado pela pesquisadora Roberta Calixto em sua dissertação de mestrado. A autora recorre a Foucault e Agamben com o conceito de dispositivo e constrói o dispositivo de poder nomeado “brasilidade”. Para chegar a este último, parte do ponto de que identidade é um fenômeno que surge a partir da linguagem, não há nada natural nele, assim como no comunismo, já comentado anteriormente. Outro ponto para definir a identidade é relacional: eu sou o que sou porque eu não sou um outro. Existe a marca da ideia da diferença, e essa diferença é sustentada pela exclusão. As identidades nacionais são marcadas devido à existência de conflitos de acordo com a importância social (CALIXTO, 2020, p. 75). Essas identidades dão origem às identidades culturais, às quais também são construídas socialmente; a ideia de nação parte ainda desses conceitos e, com base nos escritos de Stuart Hall e de Benedict Anderson, a pesquisadora afirma que o nacionalismo não é um fenômeno da ordem da nacionalidade, mas da ordem do inconsciente, relacionando-se com os sistemas culturais precedentes a ele (CALIXTO, 2020, p. 77). Além disso, a noção de tempo é outro fator a se considerar no conceito de nação:

O processo de homogeneização do tempo através de relógios e calendários propicia um novo entendimento da ideia de simultaneidade: diferente do pensamento medieval, no qual esse conceito era derivado da repetição dos acontecimentos ao longo do tempo, numa perspectiva vertical de ligação com Deus, o tempo do calendário permite uma compreensão horizontal de simultaneidade, resultante da

coincidência dos acontecimentos em concordância com padrões previamente instituídos de medição do tempo. (CALIXTO, 2020, p. 79)

Os pronunciamentos de Vargas e de Bolsonaro trazem um sentimento nacionalista muito forte, que é, como o objeto “comunismo”, criado por meio da linguagem. Os textos descrevem e destacam um ideal de Nação, qualificam os brasileiros patriotas e conclamam que esses que fazem parte do país defendido pelos chefes do Executivo ajudem na oposição em relação ao que é diferente, ao inimigo em comum. Assim, se considerarmos a noção de nacionalismo que os pronunciamentos trazem, e que a questão da propriedade é central na pauta do comunismo, essa ideia de “defender/proteger” o país tem a ver com a defesa do patrimônio. Podemos perceber isso pelos sintagmas proferidos em “defesa” da Nação, que nada tem a ver com a noção de nacionalismo, mas com mercado e concentração de poder: “reerguer nossa Pátria libertando-a, definitivamente [...] da irresponsabilidade econômica e da submissão ideológica” (JB); “na economia traremos a marca [...] do livre mercado” (JB); “na garantia de que [...] as propriedades serão respeitadas” (JB).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegar até esta etapa foi um processo bem doloroso: meses e meses entre retornar à pesquisa, dar um tempo ao cérebro com atividades diversas, pensar em outras coisas, relacioná-las também à pesquisa, retornar a grupos de orientação coletiva. E por que inicio esta seção desta forma? Porque o processo é o que importa, mais que o resultado, e isso é uma das grandes lições que aprendi nesta pesquisa cartográfica. Durante a qualificação, o professor Décio Rocha comentou que, com o *córpus* construído até ali, provavelmente eu não conseguiria ter uma resposta à hipótese de que as práticas discursivas anticomunistas serviriam para manutenção da propriedade privada. Internamente, concordei com ele: a intuição também me dizia isso e, concretamente, não posso afirmar que essas práticas são usadas para a manutenção da propriedade privada. Porém, também não posso negar essa hipótese.

A ideia inicial desta pesquisa foi investigar a temática das práticas anticomunistas no Brasil, e o processo cartográfico me foi apresentado por amigos do grupo de estudos da UERJ como uma perspectiva metodológica de análise interessante (e nova para mim), que me possibilitaria construir um *córpus* conforme meu interesse de estudo, para saber de qual rede discursiva esses enunciados faziam parte, qual era a formação discursiva que seria construída a partir deles. Uma das pistas utilizadas a partir desse método cartográfico foi a atenção flutuante. Por meio desse processo, decidi, então, usar como parte do *córpus* os enunciados de Getúlio Vargas (1937) e Jair Bolsonaro (2019), porque há uma distância temporal de mais de 80 anos entre os pronunciamentos, que trazem práticas discursivas anticomunistas.

A proposta de uma análise cartográfica permitiu que a minha caminhada de pesquisa acontecesse de forma não linear, considerando minhas implicações no objeto analisado, ou seja, que esta pesquisa fosse uma intervenção, um acompanhamento de processos, e destaco que narrar esses processos foi um dos grandes desafios da escrita deste texto. Ao construir o *córpus* de análise, lendo e relendo os pronunciamentos de posse, verificando outros textos contra o comunismo publicados em redes sociais, outras possibilidades de estudo apareceram: além da hipótese inicial de esses enunciados serem uma forma de manutenção da propriedade privada, identifiquei a figura do herói a partir de um inimigo criado, trabalhei ainda com o conceito de linguagem-intervenção para falar sobre a invenção do “perigo do comunismo”, trouxe um breve histórico sobre o imaginário anticomunista no Brasil e baseei a análise

cartográfica dos pronunciamentos em três eixos principais: o do nacionalismo, o mercadológico e o da moral.

No entanto, durante esse processo, outras pistas foram identificadas e acabei deixando-as para futuros estudos, devido ao recorte necessário e ao prazo de entrega desta pesquisa. Entre elas estão a negação polêmica no pronunciamento de Vargas. Essa pista apareceu a partir da nuvem de palavras, que me foi sugerida em uma reunião de apresentação. Verificando quais eram as palavras mais repetidas, usei um programa de computador que realiza um levantamento com listas de palavras, e o verbete “não” se destacou no texto de Getúlio Vargas, apontando, dessa forma, uma possibilidade de estudo a partir dessa marca linguística. Optei por não desenvolver esse conceito da negação polêmica, por essa marca não ter destaque semelhante nos enunciados de Bolsonaro, mas o deixei sinalizado como um indício para uma futura análise. Uma outra possibilidade que também apareceu nas listas de palavras foi, por meio dos possessivos “meu(s), minha(s), nosso(s), nossa(s)”, realizar uma análise dos coenunciadores desses pronunciamentos: outra pista que deixei em aberto, como uma possibilidade de um estudo posterior.

Como foi dito lá no início, este texto nasceu de um afeto negativo, a raiva, que foi canalizada para a construção de uma pesquisa que pudesse lidar com esse afeto de uma forma positiva, produzindo vida. E posso afirmar que esta pesquisa é interrompida com um olhar de esperança para o futuro, pois novos deslocamentos surgiram no trajeto dela. Durante todo o texto, mostramos que o comunismo e as práticas discursivas anticomunistas são objetos inventados; e, a partir dessas demonstrações e das reuniões de orientação coletiva, me deparei com o conceito de cognição inventiva, algo que já praticava, mas desconhecia na teoria.

A professora Virgínia Kastrup (2010)<sup>68</sup> nos explica sobre esse conceito a partir da política da cognição (VARELA; MATORANA): o modelo de representação proposto pelas ideias cognitivistas naturaliza o conhecimento, como se o mundo preexistisse e nossa capacidade de o conhecer fosse apenas o de representar esse mundo preexistente. Esse modelo cognitivista é uma concepção produzida historicamente e, por isso, nos parece natural. A pesquisadora nos explica que o cognitivismo, a partir do panorama traçado pelos estudos da cognição de Varela, pressupõe que o cognitivo é o resultado de informações processadas do mundo natural, nosso cérebro perceberia representações simbólicas do mundo: “A inteligência (inclusive a inteligência humana) se aproxima tanto de um computador que a cognição pode

---

68 Palestra com a prof. Virgínia Kastrup na FFP-UERJ, “Conversando sobre Políticas Cognitivas e Formação Inventiva de Professores”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kXdtNbe2Xd8>. Acesso em: 10 mar. 2022.

ser definida pela computação de representações simbólicas”. (VARELA 1988 [1996], p. 35-36 apud DEUSDARÁ; ROCHA, 2021, p. 222).

A perspectiva enativa, mencionada no Capítulo 3 desta pesquisa,

determinará que o processo cognitivo será função de uma interrelação entre construção dinâmica de mundo e histórico de vida dos sujeitos. Nesse sentido, Kastrup destaca que ‘o sistema cognitivo não é um domínio de representação, mas um domínio experimental e emergente das interações e dos acoplamentos o organismo’ (1999 [2007, p. 148-149]) (DEUSDARÁ; ROCHA, 2021, p. 225).

Isso significa que a cognição não é um resultado de representações de um mundo, mas das relações que o sujeito tem com o mundo, é a forma como o sujeito intervém no mundo, e nós acreditamos que essa intervenção acontece por meio da linguagem, objeto de pesquisa deste trabalho. Por meio dos enunciados anticomunistas, os sujeitos envolvidos constroem realidades diversas: há os que acreditam que o comunismo existe e que é um risco real para si e para o país, há os que desacreditam dessa possibilidade e reproduzem enunciados relacionados a tal objeto por meio de ironia, por exemplo.

No modelo da representação, segundo Kastrup (2010), existe um sujeito, um mundo e um equivalente mental que o sujeito traz dentro dele, desse mundo preexistente. No modelo da cognição inventiva, existem práticas, ações concretas geram produção de mundo e subjetividades: diferentes práticas, diferentes mundos. Isso significa que, se considero o comunismo abominável, execrável, eu estou encarnando o modelo da representação, de práticas discursivas pautadas na crença de um mundo externo preexistente. A análise das práticas discursivas anticomunistas nos demonstra que o objeto “comunismo” existe como efeito das práticas cognitivas; a política da cognição nos mostra que estamos produzindo essa realidade a todo momento. Esses enunciados anticomunistas, que tanto me incomodaram, permitiram que eu percebesse estar atuando por meio da cognição inventiva: partindo de práticas discursivas anticomunistas, identifiquei uma formação discursiva e mostrei que ela não é real do ponto de vista do preexistente, mas moldada conforme os enunciados e a enunciação, que há outras possibilidades de novos mundos e que a saída para que essa cognição inventiva ganhe espaço é fazer com que os sujeitos deixem de ser expectadores da realidade.

Os sujeitos não são apenas coadjuvantes no processo de invenção do mundo, eles são os principais atores desse processo. Quando deslocamos o paradigma da cognição da representação para o da invenção, percebemos como as práticas discursivas anticomunistas são passíveis de serem representadas a qualquer momento e como isso é uma forma de

manipular por meio do mundo binário (comunismo *versus* capitalismo, bom *versus* mau, nacionalista *versus* inimigo da Nação), em que o questionar inexistia. Mudar esse paradigma significa trazer o sujeito para o processo: ensinar com as pessoas, fazer política com as pessoas, garantir que essas pessoas conheçam de fato, construam juntas um mundo, mudar o estado de coisas atual. E é isso que espero com esta pesquisa cartográfica, ser minha forma de agir no mundo, ao aderir a uma política de cognição inventiva acerca das práticas discursivas anticomunistas.

## REFERÊNCIAS

- ABECEDÁRIO de Virgínia Kastrup: cartografias da invenção. [S. l.: s. n.], 2019. 1 vídeo (144min29s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mTWns8ACYDU>. Acesso em: 06 out. 2020.
- ABI. **Os segredos da propaganda anticomunista**. Disponível em: <http://www.abi.org.br/os-segredos-da-propaganda-anticomunista/>. Acesso em: 27 dez: 2021.
- AGÊNCIA BRASIL. **Com 100% das urnas apuradas, Bolsonaro obteve 57,7 milhões de votos**. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-10/com-100-das-urnas-apuradas-bolsonaro-teve-577-milhoes-de-votos>. Acesso em: 10 maio 2021.
- AGÊNCIA BRASIL. **PSDB pede auditoria especial do resultado das eleições ao TSE**. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2014-10/psdb-pede-auditoria-especial-do-resultado-das-eleicoes-ao-tse>. Acesso em: 11 maio 2021.
- AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS. **Entidades consideram ilegal fusão da TV Brasil com a NBR**. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/556015-entidades-consideram-ilegal-fusao-da-tv-brasil-com-a-nbr/>. Acesso em: 13 mar. 2021.
- ARAÚJO, R. Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). *In: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – DHBB*. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/departamento-de-imprensa-e-propaganda-dip>. Acesso em: 02 jan. 2022.
- AZEVEDO JUNIOR; BIANCO. O processo de mitificação de Bolsonaro: Messias, presidente do Brasil. **Revista Eco-Pós**, v. 22, n. 2, 2019. ISSN 2175. DOI: 10.29146/eco-pos.v22i2.26253. Acesso em: 03 fev. 2022. Disponível em: <http://revistaecopos.eco.ufrj.br/>.
- BARONAS, R. L. Formação discursiva e discurso em Foucault e em Pêcheux: notas de leitura para discussão. *In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO*, 5., 2011, Porto Alegre. **Anais...** [S.l.: s.n., 2011]. Disponível em: [https://www.discoursead.com.br/\\_files/ugd/27fcd2\\_8ca62c1d8840421793c9b4a628df83cf.pdf](https://www.discoursead.com.br/_files/ugd/27fcd2_8ca62c1d8840421793c9b4a628df83cf.pdf) f Acesso em: 31 mar. 2021.
- BIBLIOTECA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Discurso de posse do presidente Getúlio Vargas em 1937**. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/discursos-de-posse/discurso-de-posse-1937/view>. Acesso em: 19 ago. 2020.
- BONNAFOUS, S.; KRIEG-PANQUE, A. **A análise do discurso** (tradução não publicada ROCHA, D.). Simone BONNAFOUS et Alice KRIEG-PANQUE (2013), “L’analyse du discours”, dans Stéphane OLIVESI dir., *Sciences de l’information et de la communication. Objets, savoirs, discipline*, Grenoble, Presses Universitaires de Grenoble, coll. La communication en plus, 302 p.; p. 223-238.
- CALIXTO, R. **Sou daltônico, não vejo cores: novas [velhas] estratégias de manutenção do racismo no Brasil neoliberal**. 183f + anexo. 2020. Dissertação (Mestrado em Relações Étnico-

Raciais) – Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, Rio de Janeiro, 2020.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Impeachment presidente Dilma Rousseff**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/destaque-de-materias/impeachment-da-presidente-dilma>. Acesso em: 11 maio 2021.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **O processo de impeachment no Senado Federal**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/destaque-de-materias/impeachment-da-presidente-dilma/o-processo-de-impeachment-no-senado-federal>. Acesso em: 11 maio 2021.

CANDIOTTO, C. Verdade e diferença no pensamento de Michel Foucault. **Kriterion**, Belo Horizonte, v. 48, n. 115, jun. 2007, p. 203-217.

CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2016.

CPDOC/FGV. Anos de Incerteza (1930 - 1937) > Golpe do Estado Novo. *In: A Era Vargas: dos anos 20 a 1945*. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/GolpeEstadoNovo>. Acesso em: 10 maio 2021.

CPDOC/FGV. Diretrizes do Estado Novo (1937 - 1945) > Constituição de 1937. *In: A Era Vargas: dos anos 20 a 1945*. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/PoliticaAdministracao/Constituicao1937>. Acesso em: 02 jan. 2022.

CPDOC/FGV. Diretrizes do Estado Novo (1937 - 1945) > Política e Administração. *In: A Era Vargas: dos anos 20 a 1945*. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/PoliticaAdministracao>. Acesso em: 10 maio 2021.

CPDOC/FGV. Fatos & Imagens > A revolta comunista. *In: Fatos e Imagens: artigos ilustrados de fatos e conjunturas do Brasil*. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/RevoltaComunista>. Acesso em: 16 jan. 2022.

CPDOC/FGV. Fatos & Imagens > DIP. *In: Fatos e Imagens: artigos ilustrados de fatos e conjunturas do Brasil*. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/DIP>. Acesso em: 02 jan. 2022.

DEUSDARÁ, B.; ROCHA, D. **Análise cartográfica do discurso: temas em construção**. 1. ed. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2021.

DEUSDARÁ, B.; ROCHA, D. O que entendemos por “trabalhar” em Análise do Discurso? *In: DEUSDARÁ, B. et al. (org.). Em discurso: cenas possíveis*. 1. ed. Rio de Janeiro: Cartolina, 2018, v. 1, p. 11-28.

DISCURSO de posse do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante Cerimônia de Posse no Congresso Nacional. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o->



planalto/discursos/2019/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-durante-cerimonia-de-posse-no-congresso-nacional. Acesso em: 19 ago. 2020.

DISCURSO do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante Cerimônia de Recebimento da Faixa Presidencial. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos/2019/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-durante-cerimonia-de-recebimento-da-faixa-presidencial>. Acesso em: 19 ago. 2020.

ESCÓSSIA, L.; KATRUP, V. PASSOS, E. (org.). **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2015.

FOUCAULT, M. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: PUC, 2002.

GONZALEZ DAHER, M. del C. F.; VARGENS, D. P. de M. Discurso político e subjetividade enunciativa: análise de pronunciamentos presidenciais de Getúlio Vargas e Domingo Perón. *In: CONGRESSO BRASILENO DE HISPANISTAS, 2., 2002, São Paulo. Proceedings online...* Associação Brasileira de Hispanistas. Disponível em: [http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=MSC0000000012002000100037&lng=en&nrm=abn](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000012002000100037&lng=en&nrm=abn). Acesso em: 10 dez. 2021.

HISTÓRICO da ditadura civil-militar do Brasil. **Memória e Resistência**. Disponível em: [https://paineira.usp.br/memresist/?page\\_id=285](https://paineira.usp.br/memresist/?page_id=285). Acesso em: 24 mar. 2022.

INDURSKY, F. Remontando de Pêcheux a Foucault: uma leitura em contraponto. *In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO, 1., 2003, Porto Alegre, RS. Anais do I SEAD - Seminário de Estudos em Análise do Discurso*. Porto Alegre: UFRGS, 2003. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/1SEAD/Paineis/FredaIndursky.pdf>. ISSN 2237-8146. Acesso em: 26 maio 2021.

ITUASSU, A.; LIFSCHITZ, S.; CAPONE, L.; MANNHEIMER, V. De Donald Trump a Jair Bolsonaro: democracia e comunicação política nas eleições de 2016, nos Estados Unidos, e de 2018, no Brasil. *In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM COMUNICAÇÃO POLÍTICA, 8., 2019, Brasília. Anais do VIII Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política*. Brasília: UnB, 2019. Disponível em: [http://ctpol.unb.br/compolitica2019/GT4/gt4-Ituassu\\_et\\_al.pdf](http://ctpol.unb.br/compolitica2019/GT4/gt4-Ituassu_et_al.pdf). Acesso em: 24 mar. 2022

JAIR Bolsonaro leva facada durante ato de campanha em Juiz de Fora. **G1**, Juiz de Fora, 06 set. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2018/09/06/ato-de-campanha-de-bolsonaro-em-juiz-de-fora-e-interrompido-apos-tumulto.ghtml>. Acesso em: 13 mar. 2021.

JARDIM, T. **Sem dor, sem ganho: uma análise da prática discursiva “motivacional” do fisiculturismo**. 2019. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://www.btdt.uerj.br:8443/handle/1/16932>. Acesso em: 23 out 2020.

KAREPOVS, D. Bloco operário e camponês (BOC). *In: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – DHBB*. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/BLOCO%20OPER%3%81RIO%20E%20CAMPON%3%8AS.pdf>. Acesso em: 07 jan. 2021.

KASTRUP, V. O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. *In: Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2015.

LARA, R.; SILVA, M. A. A ditadura civil-militar de 1964: os impactos de longa duração nos direitos trabalhistas e sociais. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 122, p. 275-293, abr./jun. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.023>. Acesso em: 24 mar. 2022.

LE MOS, A. G. de S. Do liberalismo ao neoliberalismo: liberdade, indivíduo e igualdade. *Revista Inter-Ação*, v. 45, n. 1, p. 108-122, 15 maio 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5216/ia.v45i1.61148>. Acesso em: 25 jan. 2021.

MAINIERI PAULON, S.; CARVALHO ROMAGNOLI, R. Pesquisa-intervenção e cartografia: melindres e meandros metodológicos. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 85-102, jan./abr. 2010. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=451844631007>. Acesso em: 23 set. 2020.

MAINGUENEAU, D. *Análise de textos de comunicação*. Tradução de Maria Cecília P. de Souza-e-Silva, Décio Rocha. 6. ed. ampl. São Paulo: Cortez, 2013.

MAINGUENEAU, D. *Discurso e análise do discurso*. Tradução de Sírio Possenti. 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

MAINGUENEAU, D. *Gênese dos discursos*. Tradução de Sírio Possenti. São Paulo: Parábola, 2008 [1984].

MEME (INTERNET). *In: Wikipedia: a enciclopédia livre*. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Meme\\_\(Internet\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Meme_(Internet)). Acesso em: 13 mar. 2021.

MIGOWSKI, E. Para uma história do anticomunismo no Brasil. *Outras Palavras*, 08 ago. 2017. Disponível em: <https://outraspalavras.net/sem-categoria/para-uma-historia-do-anticomunismo-no-brasil/>. Acesso em: 27 dez. 2021.

MINISTÉRIO cita KGB e diz que jornalista foi treinado pelo Partido Comunista Soviético. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 31 jan. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/01/ministerio-cita-kgb-e-diz-que-jornalista-foi-treinado-pelo-partido-comunista-sovietico.shtml>. Acesso em: 13 mar. 2021.

MUSSIO, S. C. Um olhar alteritário em Bakhtin: o estudo do enunciado como forma de diálogo. *Revista Soletras*, n. 30, p. 178-190, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/soletras/article/view/16522/15928>. Acesso em: 13 mar 2022.

NUVEM de palavras utilizando o site Wordclouds.com. [S. l.: s. n.], 2021. 1 vídeo (9min13s). Disponível em: <https://youtu.be/2RxqjWmUTs>. Acesso em: 29 mar. 2021.

OLIVEIRA, A. Elogio à tortura, dupla moral e enrolados na Justiça em nove votos na Câmara. *El País*, São Paulo, 20 abr. 2016. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2016/04/19/politica/1461019293\\_721277.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2016/04/19/politica/1461019293_721277.html). Acesso em: 10 maio 2021.

OPERAÇÃO Lava Jato. *Polícia Federal*. Disponível em: <http://www.pf.gov.br/imprensa/lava-jato>. Acesso em: 13 mar. 2021.

PROJETO de Eduardo Bolsonaro quer criminalizar apologia ao comunismo. **UOL Notícias**, São Paulo, 02 set. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/09/02/pl-de-eduardo-bolsonaro-quer-criminalizar-apologia-ao-nazismo-e-comunismo.amp.htm>. Acesso em: 04 set. 2020.

RASMUSSEN, B. O que é Instagram? **Canaltech**, 23 jul. 2013. Disponível em: <https://canaltech.com.br/redes-sociais/o-que-e-instagram/>. Acesso: 13 mar. 2021.

RETTICH, J. S. A cartografia como método: potências e devires para as práticas em análise do discurso. **Fórum Linguístico**, v. 17, n. 4, out./dez. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1984-8412.2020.e66402>. Acesso em: 09 abr. 2021.

RETTICH, J. S. **Cartografia das forças criativas de resistência**: escola e universidade como espaço de embate. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

RETTICH, J. S. **Do visor na porta das salas de aula à mordada nos professores**: uma análise discursiva das redes conservadoras do Escola Sem Partido – Projeto de Lei 867/2015. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

ROCHA, D. Cartografias em análise do discurso: rearticulando as noções de gênero e cenografia. **DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, v. 29, n. 1, São Paulo, 2013.

ROCHA, D. Representar e intervir: linguagem, prática discursiva e performatividade. **Linguagem em (Dis)curso (Online)**, Tubarão, v. 14, n. 3, p. 619-632, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ld/a/cMYCwn43CZP6wBxmXvRzF5L/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 25 jun. 2020.

ROCHA, D. Representação e intervenção: produção de subjetividade na linguagem. **Revista Gragoatá**, Niterói, n. 21, p. 355-372, 2. sem. 2006. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/gragoata/article/view/33231/19218>. Acesso em: 25 jun. 2020.

RODRIGUES, I. C. **Debates em educação bilíngue para surdos**: vozes que habitam o dizer não. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

SÁ MOTTA, R.P. **Em guarda contra o perigo vermelho**: o anticomunismo no Brasil (1914-1964). Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

SAMWAYS, D. T. A “ameaça vermelha”: medo e paranoia anticomunista. **Café História – história feita com cliques**, 22 jan., 2018. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/medo-e-paranoia-anticomunista/>. Acesso em: 19 out. 2020.

SILVA, T. O que se esconde por trás de uma nuvem de palavras? **Tarcízio Silva: Pesquisa, métodos digitais e sociedade**, 21 out. 2013. Disponível em <https://tarciziosilva.com.br/blog/o-que-se-esconde-por-tras-de-uma-nuvem-de-palavras/>. Acesso em: 29 abr. 2021.

**ANEXO A** – Pronunciamento do Presidente da República, Getúlio Vargas, ao povo brasileiro em 1937.

Proclamação ao povo brasileiro

(LIDA NO PALÁCIO GUANABARA E IRRADIADA PARA TODO O PAÍS, NA NOITE DE 10 DE NOVEMBRO DE 1937)

SUMÁRIO

À Nação — As exigências do momento histórico e as solicitações do interesse coletivo — O Governo e a restauração econômica e financeira — A obra da justiça social — Os velhos e novos partidos — Os nossos agrupamentos partidários tradicionais não exercem a verdadeira função dos partidos políticos — O sufrágio universal como instrumento dos mais audazes — As novas formações partidárias surgirão em todo o mundo refratárias aos processos democráticos — A organização constitucional de 1934 — A Câmara dos Deputados não conseguiu até agora ultimar as leis complementares constantes da Mensagem do Chefe do Governo Provisório, de 10 de abril de 1934 — O Senado permaneceu no período da definição de suas atribuições — Os defeitos de estrutura do próprio órgão legislativo — Desaconselhável a manutenção desse aparelho inadequado e dispendioso — Vinte anos de artificialismo econômico — O equipamento das vias férreas do país — As forças armadas precisam de aparelhamento eficiente — A nova Constituição — A lição dos acontecimentos — A campanha presidencial não encontrou repercussão no país — Necessário e urgente optar pela continuação do Brasil.

À NAÇÃO

O homem de Estado, quando as circunstâncias impõem uma decisão excepcional, de amplas repercussões e profundos efeitos na vida do país, acima das deliberações ordinárias da atividade governamental, não pode fugir ao dever de tomá-la, assumindo, perante a sua consciência e a consciência dos seus concidadãos, as responsabilidades inerentes à alta função que lhe foi delegada pela confiança nacional.

A investidura na suprema direção dos negócios públicos não envolve, apenas, a obrigação de cuidar e prover as necessidades imediatas e comuns da administração. As exigências do momento histórico e as solicitações do interesse coletivo reclamam, por vezes,

imperiosamente, a adoção de medidas que afetam os pressupostos e convenções do regime, os próprios quadros institucionais, os processos e métodos de governo.

Por certo, essa situação especialíssima só se caracteriza sob aspectos graves e decisivos nos períodos de profunda perturbação política, econômica e social.

A contingência de tal ordem chegamos, infelizmente, como resultante de acontecimentos conhecidos, estranhos à ação governamental, que não os provocou nem dispunha de meios adequados para evitá-los ou remover-lhes as funestas consequências.

Oriundo de um movimento revolucionário de amplitude nacional e mantido pelo poder constituinte da Nação, o Governo continuou, no período legal, a tarefa encetada de restauração econômica e financeira e, fiel às convenções do regime, procurou criar, pelo alheamento às competições partidárias, uma atmosfera de serenidade e confiança, propícia ao desenvolvimento das instituições democráticas.

Enquanto assim procedia, na esfera estritamente política, aperfeiçoava a obra de justiça social a que se votara desde o seu advento, pondo em prática um programa isento de perturbações e capaz de atender às justas reivindicações das classes trabalhadoras, de preferência as concernentes às garantias elementares de estabilidade e segurança econômica, sem as quais não pode o indivíduo tornar-se útil à coletividade e compartilhar dos benefícios da civilização.

Contrastando com as diretrizes governamentais, inspiradas sempre no sentido construtivo e propulsor das atividades gerais, os quadros políticos permaneciam adstritos aos simples processos de aliciamento eleitoral.

Tanto os velhos partidos, como os novos em que os velhos se transformaram sob novos rótulos, nada exprimiam ideologicamente, mantendo-se à sombra de ambições pessoais ou de predomínios localistas, a serviço de grupos empenhados na partilha dos despojes e nas combinações oportunistas em torno de objetivos subalternos.

A verdadeira função dos partidos políticos, que consiste em dar expressão e reduzir a princípios de governo as aspirações e necessidades coletivas, orientando e disciplinando as correntes de opinião, essa, de há muito, não a exercem os nossos agrupamentos partidários tradicionais. O fato é sobremodo sintomático se lembrarmos que da sua atividade depende o bom funcionamento de todo sistema baseado na livre concorrência de opiniões e interesses.

Para comprovar a pobreza e desorganização da nossa vida política, nos moldes em que se vem processando, aí está o problema da sucessão presidencial, transformado em irrisória competição de grupos, obrigados a operar pelo suborno e pelas promessas demagógicas,

diante do completo desinteresse e total indiferença das forças vivas da Nação. Chefes de governos locais, capitaneando desassossegos e oportunismos, transformaram-se, de um dia para outro, à revelia da vontade popular, em centros de decisão política, cada qual decretando uma candidatura, como se a vida do país, na sua significação coletiva, fosse simples convencionalismo, destinado a legitimar as ambições do caudilhismo provinciano.

Nos períodos de crise, como o que atravessamos, a democracia de partidos, em lugar de oferecer segura oportunidade de crescimento e de progresso, dentro das garantias essenciais à vida e à condição humana, subverte a hierarquia, ameaça a unidade pátria e põe em perigo a existência da Nação, extremando as competições e acendendo o facho da discórdia civil.

Acresce, ainda, notar que, alarmados pela atoarda dos agitadores profissionais e diante da complexidade da luta política, os homens que não vivem dela mas do seu trabalho deixam os partidos entregues aos que vivem deles, abstendo-se de participar da vida pública, que só poderia beneficiar-se com a intervenção dos elementos de ordem e de ação construtora.

O sufrágio universal passa, assim, a ser instrumento dos mais audazes e máscara que mal dissimula o conluio dos apetites pessoais e de corrilhos. Resulta daí não ser a economia nacional organizada que influe ou prepondera nas decisões governamentais, mas as forças econômicas de caráter privado, insinuadas no poder e dele se servindo em prejuízo dos legítimos interesses da comunidade.

Quando os partidos tinham objetivos de caráter meramente político, com a extensão de franquias constitucionais e reivindicações semelhantes, as suas agitações ainda podiam processar-se à superfície da vida social, sem perturbar as atividades do trabalho e da produção. Hoje, porém, quando a influência e o controle do Estado sobre a economia tendem a crescer, a competição política tem por objetivo o domínio das forças econômicas, e a perspectiva da luta civil, que espia, a todo momento, os regimes dependentes das flutuações partidárias, é substituída pela perspectiva incomparavelmente mais sombria da luta de classes.

Em tais circunstâncias, a capacidade de resistência do regime desaparece e a disputa pacífica das urnas é transportada para o campo da turbulência agressiva e dos choques armados.

E' dessa situação perigosa que nos vamos aproximando. A inércia do quadro político tradicional e a degenerescência dos partidos em clans facciosos são fatores que levam, necessariamente, a armar o problema político, não em termos democráticos, mas em termos de violência e de guerra social.

Os preparativos eleitorais foram substituídos, em alguns Estados, pelos preparativos militares, agravando os prejuízos que já vinha sofrendo a Nação, em consequência da incerteza e instabilidade creadas pela agitação facciosa. O caudilhismo regional, dissimulado sob aparências de organização partidária, armava-se para impor à Nação as suas decisões, constituindo-se, assim, em ameaça ostensiva à unidade nacional.

Por outro lado, as novas formações partidárias surgidas em todo o mundo, por sua própria natureza refratárias aos processos democráticos, oferecem perigo imediato para as instituições, exigindo, de maneira urgente e proporcional à virulência dos antagonismos, o reforço do poder central. Isto mesmo já se evidenciou por ocasião do golpe extremista de 1935, quando o Poder Legislativo foi compelido a emendar a Constituição e a instituir o estado de guerra, que, depois de vigorar mais de um ano, teve de ser restabelecido por solicitação das forças armadas, em virtude do recrudescimento do surto comunista, favorecido pelo ambiente turvo dos comícios e da caça ao eleitorado.

A consciência das nossas responsabilidades indicava, imperativamente, o dever de restaurar a autoridade nacional, pondo termo a essa condição anômala da nossa existência política, que poderá conduzir-nos à desintegração, como resultado final dos choques de tendências inconciliáveis e do predomínio dos particularismos de ordem local.

Colocada entre as ameaças caudilhescas e o perigo das formações partidárias sistematicamente agressivas, a Nação, embora tenha por si o patriotismo da maioria absoluta dos brasileiros e o amparo decisivo e vigilante das forças armadas, não dispõe de meios defensivos eficazes dentro dos quadros legais, vendo-se obrigada a lançar mão, de modo normal, das medidas excepcionais que caracterizam o estado de risco iminente da soberania nacional e da agressão externa. Essa é a verdade, que precisa ser proclamada, acima de temores e subterfúgios.

A organização constitucional de 1934, vazada nos moldes clássicos do liberalismo e do sistema representativo, evidenciara falhas lamentáveis, sob esse e outros aspectos. A Constituição estava, evidentemente, antedatada em relação ao espírito do tempo. Destinava-se a uma realidade que deixara de existir. Conformada em princípios cuja validade não resistira ao abalo da crise mundial, expunha as instituições por ela mesma criadas à investida dos seus inimigos, com a agravante de enfraquecer e anemizar o poder público.

O aparelhamento governamental instituído não se ajustava às exigências da vida nacional; antes, dificultava-lhe a expansão e inibia-lhe os movimentos. Na distribuição das atribuições legais, não se colocara, como se devera fazer, em primeiro plano, o interesse geral;

alluíram-se as responsabilidades entre os diversos poderes, de tal sorte que o rendimento do aparelho do Estado ficou reduzido ao mínimo, e a sua eficiência sofreu danos irreparáveis, continuamente expostos à influência dos interesses personalistas e das composições políticas eventuais.

Não obstante o esforço feito para evitar os inconvenientes das assembléias exclusivamente políticas, o Poder Legislativo, no regime da Constituição de 1934, mostrou-se, irremediavelmente, inoperante.

Transformada a Assembléia Nacional Constituinte em Câmara de Deputados, para elaborar, nos precisos termos do dispositivo constitucional, as leis complementares constantes da Mensagem do Chefe do Governo Provisório, de 10 de abril de 1934, não se conseguira, até agora, que qualquer delas fosse ultimada, mau grado o funcionamento quási ininterrupto das respectivas sessões. Nas suas pastas e comissões se encontram, aguardando deliberação, numerosas iniciativas de inadiável necessidade nacional, como sejam: o Código do Ar, o Código das Águas, o Código de Minas, o Código Penal, o Código do Processo, os projectos da Justiça do Trabalho, da criação dos Institutos do Mate e do Trigo, etc. etc.. Não deixaram, entretanto, de ter andamento e aprovação as medidas destinadas a favorecer interesses particulares, algumas, evidentemente, contrárias aos interesses nacionais e que, por isso mesmo, receberam veto do Poder Executivo.

Por seu turno, o Senado Federal permanecia no período de definição das suas atribuições, que constituíam motivo de controvérsia e de contestação entre as duas casas legislativas.

A fase parlamentar da obra governamental se processava, antes como um obstáculo do que como uma colaboração digna de ser conservada nos termos em que a estabelecera a Constituição de 1934.

Função elementar e, ao mesmo tempo, fundamental, a própria elaboração orçamentária nunca se ultimou nos prazos regimentais, com o cuidado que era de exigir. Todos os esforços realizados pelo Governo no sentido de estabelecer o equilíbrio orçamentário se tornavam inúteis, desde que os representantes da Nação agravavam sempre o montante das despesas, muitas vezes, em benefício de iniciativas ou de interesses que nada tinham a ver com o interesse público.

Constitui ato de estrita justiça consignar que em ambas as casas do Poder Legislativo existiam homens cultos, devotados e patriotas, capazes de prestar esclarecido concurso às mais delicadas funções públicas, tendo, entretanto, os seus esforços invalidados pelos próprios



defeitos de estrutura do órgão a que não conseguiam emprestar as suas altas qualidades pessoais.

A manutenção desse aparelho inadequado e dispendioso era de todo desaconselhável. Conservá-lo seria, evidentemente, obra de espírito acomodaticio e displicente, mais interessado pelas acomodações da clientela política do que pelo sentimento das responsabilidades assumidas. Outros, por certo, prefeririam transferir aos ombros do Legislativo os ônus e dificuldades que o Executivo terá de enfrentar para resolver diversos problemas de grande relevância e de graves repercussões, visto afetarem poderosos interesses organizados, interna e externamente. Compreende-se, desde logo, que me refiro, entre outros, aos da produção cafeeira e regularização da nossa dívida externa.

O Governo atual herdou os erros acumulados em cerca de vinte anos de artificialismo econômico, que produziram o efeito catastrófico de reter stocks e valorizar o café, dando em resultado o surto da produção noutros países, apesar dos esforços empreendidos para equilibrar, por meio de quotas, a produção e o consumo mundial da nossa mercadoria básica. Procurando neutralizar a situação calamitosa encontrada em 1930, iniciámos uma política de descongestionamento, salvando da ruína a lavoura cafeeira e encaminhando os negócios de modo que fosse possível restituir, sem abalos, o mercado do café às suas condições normais. Para atingir esse objetivo, cumpria aliviar a mercadoria dos pesados ônus que a encareciam, o que será feito sem perda de tempo, resolvendo-se o problema da concorrência no mercado mundial e marchando decisivamente para a liberdade de comércio do produto.

No concernente à dívida externa, o serviço de amortização e juros constitui questão vital para a nossa economia. Enquanto foi possível o sacrifício da exportação de ouro, afim de satisfazer as prestações estabelecidas, o Brasil não se recusou a fazê-lo. É claro, porém, que os pagamentos, no exterior, só podem ser realizados com o saldo da balança comercial. Sob a aparência de moeda, que vela e disfarça a natureza do fenómeno de base nas relações económicas, o que existe, em última análise, é a permuta de produtos. A transferência de valores destinados a atender a esses compromissos pressupõe, naturalmente, um movimento de mercadorias do país devedor para os seus clientes no exterior, em volume suficiente para cobrir as responsabilidades contraídas. Nas circunstâncias atuais, dados os fatores que tendem a crear restrições à livre circulação das riquezas no mercado mundial, a aplicação de recursos em condições de compensar a diferença entre as nossas disponibilidades e as nossas obrigações só pode ser feita mediante o endividamento crescente do país e a debilitação da sua economia interna.

Não é demais repetir que os sistemas de quotas, contingentamentos e compensações, limitando, dia a dia, o movimento e volume das trocas internacionais, têm exigido, mesmo nos países de maior rendimento agrícola e industrial, a revisão das obrigações externas. A situação impõe, no momento, a suspensão do pagamento de juros e amortizações, até que seja possível reajustar os compromissos sem dessangrar e empobrecer o nosso organismo econômico. Não podemos por mais tempo continuar a solver dívidas antigas pelo processo ruinoso de contrair outras mais vultosas, o que nos levaria, dentro de pouco, à dura contingência de adotar solução mais radical. Para fazer face às responsabilidades decorrentes dos nossos compromissos externos, lançámos sobre a produção nacional o pesado tributo que consiste no confisco cambial, expresso na cobrança de uma taxa oficial de 35 %, redundando, em última análise, em reduzir de igual percentagem os preços, já tão aviltados, das mercadorias de exportação. É imperioso pôr um termo a esse confisco, restituindo o comércio de câmbio às suas condições normais. As nossas disponibilidades no estrangeiro, absorvidas, na sua totalidade, pelo serviço da dívida e não bastando, ainda assim, às suas exigências, dão em resultado nada nos sobrar para a renovação do aparelhamento econômico, do qual depende todo o progresso nacional.

Precisamos equipar as vias férreas do país, de modo a oferecerem transporte econômico aos produtos das diversas regiões, bem como construir novos traçados e abrir rodovias, prosseguindo na execução do nosso plano de comunicações, particularmente no que se refere à penetração do hinterland e articulação dos centros de consumo interno com os escoadouros de exportação.

Por outro lado, essas realizações exigem que se instale a grande siderurgia, aproveitando a abundância de minério, num vasto plano de colaboração do Governo com os capitais estrangeiros que pretendam emprego remunerativo, e fundando, de maneira definitiva, as nossas indústrias de base, em cuja dependência se acha o magno problema da defesa nacional.

É necessidade inadiável, também, dotar as forças armadas de aparelhamento eficiente, que as habilite a assegurar a integridade e a independência do país, permitindo-lhe cooperar com as demais nações do Continente na obra de preservação da paz.

Para reajustar o organismo político às necessidades econômicas do país e garantir as medidas apontadas, não se oferecia outra alternativa além da que foi tomada, instaurando-se um regime forte, de paz, de justiça e de trabalho. Quando os meios de governo não

correspondem mais às condições de existência de um povo, não há outra solução senão mudá-los, estabelecendo outros moldes de ação.

A Constituição hoje promulgada creou uma nova estrutura legal, sem alterar o que se considera substancial nos sistemas de opinião: manteve a forma democrática, o processo representativo e a autonomia dos Estados, dentro das linhas tradicionais da federação orgânica.

Circunstâncias de diversa natureza apressaram o desfecho deste movimento, que constitui manifestação de vitalidade das energias nacionais extra-partidárias. O povo o estimulou e acolheu com inequívocas demonstrações de regozijo, impacientado e saturado pelos lances entristecedores da política profissional; o Exército e a Marinha o reclamaram como imperativo da ordem e da segurança nacional.

Ainda ontem, culminando nos propósitos demagógicos, um dos candidatos presidenciais mandava ler da tribuna da Câmara dos Deputados documento francamente sedicioso e o fazia distribuir nos quartéis das corporações militares, que, num movimento de saudável reação às incursões facciosas, souberam repelir tão aleivosa exploração, discernindo, com admirável clareza, de que lado estavam, no momento, os legítimos reclamos da consciência brasileira.

Tenho suficiente experiência das asperezas do poder para deixar-me seduzir pelas suas exterioridades e satisfações de carácter pessoal. Jamais concordaria, por isso, em permanecer à frente dos negócios públicos se tivesse de ceder quotidianamente às mesquinhas injunções da acomodação política, sem a certeza de poder trabalhar, com real proveito, pelo maior bem da coletividade.

Prestigiado pela confiança das forças armadas e correspondendo aos generalizados apelos dos meus concidadãos, só acedi em sacrificar o justo repouso a que tinha direito, ocupando a posição em que me encontro, com o firme propósito de continuar servindo à Nação.

As decepções que o regime derogado trouxe ao país não se limitaram ao campo moral e político.

A economia nacional, que pretendia participar das responsabilidades do Governo, foi também frustrada nas suas justas aspirações. Cumpre restabelecer, por meio adequado, a eficácia da sua intervenção e colaboração na vida do Estado. Ao envés de pertencer a uma assembléia política, em que, é óbvio, não se encontram os elementos essenciais às suas atividades, a representação profissional deve constituir um órgão de cooperação na esfera do

poder público, em condições de influir na propulsão das forças econômicas e de resolver o problema do equilíbrio entre o capital e o trabalho.

Considerando de frente e acima dos formalismos jurídicos a lição dos acontecimentos, chega-se a uma conclusão iniludível, a respeito da gênese política das nossas instituições: elas não corresponderam, desde 1889, aos fins para que se destinavam.

Um regime que, dentro dos ciclos prefixados de quatro anos, quando se apresentava o problema sucessório presidencial, sofria tremendos abalos, verdadeiros traumatismos mortais, dada a inexistência de partidos nacionais e de princípios doutrinários que exprimissem as aspirações coletivas, certamente não valia o que representava e operava, apenas, em sentido negativo.

Numa atmosfera privada de espírito público, como essa em que temos vivido, onde as instituições se reduziam às aparências e aos formalismos, não era possível realizar reformas radicais sem a preparação prévia dos diversos fatores da vida social.

Torna-se impossível estabelecer normas sérias e sistematização eficiente à educação, à defesa e aos próprios empreendimentos de ordem material, se o espírito que rege a política geral não estiver conformado em princípios que se ajustem às realidades nacionais.

Se queremos reformar, façamos, desde logo, a reforma política. Todas as outras serão conseqüências desta, e sem ela não passarão de inconsistentes documentos de teoria política.

Passando do Governo propriamente dito ao processo da sua constituição, verificava-se, ainda, que os meios não correspondiam aos fins. A fase culminante do processo político sempre foi a da escolha de candidato à Presidência da República. Não existia mecanismo constitucional prescrito a esse processo. Como a função de escolher pertencia aos partidos e como estes se achavam reduzidos a uma expressão puramente nominal, encontrávamo-nos em face de uma solução impossível, por falta de instrumento adequado. Daí, as crises periódicas do regime, pondo, quadrienalmente, em perigo a segurança das instituições. Era indispensável preencher a lacuna, incluindo na própria Constituição o processo de escolha dos candidatos à suprema investidura, de maneira a não se reproduzir o espetáculo de um corpo político desorganizado e perplexo, que não sabe, sequer, por onde começar o ato em virtude do qual se define e afirma o fato mesmo da sua existência.

A campanha presidencial, de que tivemos, apenas, um tímido ensaio, não podia, assim, encontrar, como efetivamente não encontrou, repercussão no país. Pelo seu silêncio, a sua indiferença, o seu desinteresse, a Nação pronunciou julgamento irrecorrível sobre os artifícios e as manobras a que se habituou a assistir periodicamente, sem qualquer modificação no

quadro governamental que se seguia às contendas eleitorais. Todos sentem, de maneira profunda, que o problema de organização do Governo deve processar-se em plano diferente e que a sua solução transcende os mesquinhos quadros partidários, improvisados nas vésperas dos pleitos, com o único fim de servir de bandeira a interesses transitoriamente agrupados para a conquista do poder.

A gravidade da situação que acabo de escrever em rápidos traços está na consciência de todos os brasileiros. Era necessário e urgente optar pela continuação desse estado de coisas ou pela continuação do Brasil. Entre a existência nacional e a situação de caos, de irresponsabilidade e desordem em que nos encontrávamos, não podia haver meio termo ou contemporização.

Quando as competições políticas ameaçam degenerar em guerra civil, é sinal de que o regime constitucional perdeu o seu valor prático, subsistindo, apenas, como abstração. A tanto havia chegado o país. A complicada máquina de que dispunha para governar-se não funcionava. Não existiam órgãos apropriados através dos quais pudesse exprimir os pronunciamentos da sua inteligência e os decretos da sua vontade.

Restaremos a Nação na sua autoridade e liberdade de ação: — na sua autoridade, dando-lhe os instrumentos de poder real e efetivo com que possa sobrepor-se às influências desagregadoras, internas ou externas; na sua liberdade, abrindo o plenário do julgamento nacional sobre os meios e os fins do Governo e deixando-a construir livremente a sua história e o seu destino.

**ANEXO B** – Pronunciamento do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante Cerimônia de Posse no Congresso Nacional

Congresso Nacional, 01 de janeiro de 2019

Excelentíssimo presidente do Congresso Nacional, senador Eunício Oliveira,

Senhoras e senhores chefes de Estado, chefes de Governo, vice-chefes de Estado e vice-chefes de Governo, que me honram com suas presenças.

Vice-presidente da República Federativa do Brasil, Hamilton Mourão, meu contemporâneo de Academia Militar de Agulhas Negras,

Presidente da Câmara dos Deputados, prezado amigo e companheiro, deputado Rodrigo Maia,

Ex-presidentes da República Federativa do Brasil, senhor José Sarney, senhor Fernando Collor de Mello,

Presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Dias Toffoli,

Senhoras e senhores ministros de Estado e comandantes das Forças aqui presentes,

Procuradora-Geral da República, Raquel Dodge,

Senhoras e senhores governadores,

Senhoras e senhores senadores e deputados federais,

Senhoras e senhores chefes de missões estrangeiras acreditados junto ao governo brasileiro,

Minha querida esposa Michelle, daqui vizinha Ceilândia,

Meus filhos e familiares aqui presentes – a conheci aqui na Câmara.

Brasileiros e brasileiras,

Primeiro, quero agradecer a Deus por estar vivo. Que, pelas mãos de profissionais da Santa Casa de Juiz de Fora, operaram um verdadeiro milagre, Obrigado, meu Deus!

Com humildade, volto a esta Casa, onde, por 28 anos, me empenhei em servir à nação brasileira, travei grandes embates e acumulei experiências e aprendizados que me deram a oportunidade de crescer e amadurecer.

Volto a esta Casa, não mais como deputado, mas como Presidente da República Federativa do Brasil, mandato a mim confiado pela vontade soberana do povo brasileiro.

Hoje, aqui estou, fortalecido, emocionado e profundamente agradecido a Deus, pela minha vida, e aos brasileiros, que confiaram a mim a honrosa missão de governar o Brasil, neste período de grandes desafios e, ao mesmo tempo, de enorme esperança. Governar com vocês.

Aproveito este momento solene e convoco cada um dos Congressistas para me ajudarem na missão de restaurar e de reerguer nossa Pátria, libertando-a, definitivamente, do jugo da corrupção, da criminalidade, da irresponsabilidade econômica e da submissão ideológica.

Temos, diante de nós, uma oportunidade única de reconstruir o nosso País e de resgatar a esperança dos nossos compatriotas.

Estou certo de que enfrentaremos enormes desafios, mas, se tivermos a sabedoria de ouvir a voz do povo, alcançaremos êxito em nossos objetivos, e, pelo exemplo e pelo trabalho, levaremos as futuras gerações a nos seguir nesta tarefa gloriosa.

Vamos unir o povo, valorizar a família, respeitar as religiões e nossa tradição judaico-cristã, combater a ideologia de gênero, conservando nossos valores. O Brasil voltará a ser um País livre das amarras ideológicas.

Pretendo partilhar o poder, de forma progressiva, responsável e consciente, de Brasília para o Brasil; do Poder Central para Estados e Municípios.

Minha campanha eleitoral atendeu ao chamado das ruas e forjou o compromisso de colocar o Brasil acima de tudo e Deus acima de todos.

Por isso, quando os inimigos da Pátria, da ordem e da liberdade tentaram pôr fim à minha vida, milhões de brasileiros foram às ruas. Uma campanha eleitoral transformou-se em um movimento cívico, cobriu-se de verde e amarelo, tornou-se espontâneo, forte e indestrutível, e nos trouxe até aqui.

Nada aconteceria sem o esforço e o engajamento de cada um dos brasileiros que tomaram as ruas para preservar nossa liberdade e democracia.

Reafirmo meu compromisso de construir uma sociedade sem discriminação ou divisão.

Daqui em diante, nos pautaremos pela vontade soberana daqueles brasileiros: que querem boas escolas, capazes de preparar seus filhos para o mercado de trabalho e não para a

militância política; que sonham com a liberdade de ir e vir, sem serem vitimados pelo crime; que desejam conquistar, pelo mérito, bons empregos e sustentar com dignidade suas famílias; que exigem saúde, educação, infraestrutura e saneamento básico, em respeito aos direitos e garantias fundamentais da nossa Constituição.

O Pavilhão Nacional nos remete à “Ordem e ao Progresso”.

Nenhuma sociedade se desenvolve sem respeitar esses preceitos.

O cidadão de bem merece dispor de meios para se defender, respeitando o referendo de 2005, quando optou, nas urnas, pelo direito à legítima defesa.

Vamos honrar e valorizar aqueles que sacrificam suas vidas em nome de nossa segurança e da segurança dos nossos familiares.

Contamos com o apoio do Congresso Nacional para dar o respaldo jurídico para os policiais realizarem o seu trabalho.

Eles merecem e devem ser respeitados!

Nossas Forças Armadas terão as condições necessárias para cumprir sua missão constitucional de defesa da soberania, do território nacional e das instituições democráticas, mantendo suas capacidades dissuasórias para resguardar nossa soberania e proteger nossas fronteiras.

Montamos nossa equipe de forma técnica, sem o tradicional viés político que tornou o Estado ineficiente e corrupto.

Vamos valorizar o Parlamento, resgatando a legitimidade e a credibilidade do Congresso Nacional.

Na economia traremos a marca da confiança, do interesse nacional, do livre mercado e da eficiência.

Confiança no cumprimento de que o governo não gastará mais do que arrecada e na garantia de que as regras, os contratos e as propriedades serão respeitados.

Realizaremos reformas estruturantes, que serão essenciais para a saúde financeira e sustentabilidade das contas públicas, transformando o cenário econômico e abrindo novas oportunidades.



Precisamos criar um círculo virtuoso para a economia que traga a confiança necessária para permitir abrir nossos mercados para o comércio internacional, estimulando a competição, a produtividade e a eficácia, sem o viés ideológico.

Nesse processo de recuperação do crescimento, o setor agropecuário seguirá desempenhando um papel decisivo, em perfeita harmonia com a preservação do meio ambiente.

Dessa forma, todo setor produtivo terá um aumento da eficiência, com menos regulamentação e burocracia.

Esses desafios só serão resolvidos mediante um verdadeiro pacto nacional entre a sociedade e os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, na busca de novos caminhos para um novo Brasil.

Uma de minhas prioridades é proteger e revigorar a democracia brasileira, trabalhando arduamente para que ela deixe de ser apenas uma promessa formal e distante e passe a ser um componente substancial e tangível da vida política brasileira, com o respeito ao Estado Democrático.

A construção de uma nação mais justa e desenvolvida requer a ruptura com práticas que se mostram nefastas para todos nós, maculando a classe política e atrasando o progresso.

A irresponsabilidade nos conduziu à maior crise ética, moral e econômica de nossa história.

Hoje começamos um trabalho árduo para que o Brasil inicie um novo capítulo de sua história.

Um capítulo no qual o Brasil será visto como um País forte, pujante, confiante e ousado.

A política externa retomará o seu papel na defesa da soberania, na construção da grandeza e no fomento ao desenvolvimento do Brasil.

Senhoras e senhores Congressistas,

Deixo esta casa, rumo ao Palácio do Planalto, com a missão de representar o povo brasileiro.

Com a benção de Deus, o apoio da minha família e a força do povo brasileiro, trabalharei incansavelmente para que o Brasil se encontre com o seu destino e se torne a grande nação que todos queremos.

Muito obrigado a todos vocês.

Brasil acima de tudo!

Deus acima de todos!

**ANEXO C – Pronunciamento do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante cerimônia de Recebimento da Faixa Presidencial**

Palácio do Planalto, 01 de janeiro de 2019

Meu prezado general,

Paula,

Minha esposa,

Esse momento não tem preço. Servir à Pátria como chefe do Executivo. E isso só está sendo possível porque Deus preservou a minha vida. E vocês acreditaram em mim. Juntos temos como fazer o Brasil ocupar o lugar de destaque que ele merece no mundo e trazer paz e prosperidade para o nosso povo.

É com humildade e honra que me dirijo a todos vocês como Presidente do Brasil. E me coloco diante de toda a nação, neste dia, como o dia em que o povo começou a se libertar do socialismo, se libertar da inversão de valores, do gigantismo estatal e do politicamente correto.

As eleições deram voz a quem não era ouvido. E a voz das ruas e das urnas foi muito clara. E eu estou aqui para responder e, mais uma vez, me comprometer com esse desejo de mudança. Também estou aqui para renovar nossas esperanças e lembrar que, se trabalharmos juntos, essa mudança será possível.

Respeitando os princípios do Estado Democrático, guiados pela nossa Constituição e com Deus no coração, a partir de hoje vamos colocar em prática o projeto que a maioria do povo brasileiro democraticamente escolheu. Vamos promover as transformações que o País precisa.

Temos recursos minerais abundantes, terras férteis abençoadas por Deus e por um povo maravilhoso. Temos uma grande nação para reconstruir e isso faremos juntos. Os primeiros passos já foram dados.

Graças a vocês eu fui eleito com a campanha mais barata da história. Graças a vocês conseguimos montar um governo sem conchavos ou acertos políticos, formamos um time de ministros técnicos e capazes para transformar o nosso Brasil. Mas ainda há muitos desafios pela frente.

Não podemos deixar que ideologias nefastas venham a dividir os brasileiros. Ideologias que destroem nossos valores e tradições, destroem nossas famílias, alicerces da nossa sociedade.

E convido a todos para iniciarmos um movimento nesse sentido. Podemos, eu, você e as nossas famílias, todos juntos, reestabelecer padrões éticos e morais que transformarão nosso Brasil.

A corrupção, os privilégios e as vantagens precisam acabar. Os favores politizados, partidarizados devem ficar no passado, para que o Governo e a economia sirvam de verdade a toda a Nação.

Tudo o que propusemos e tudo o que faremos a partir de agora tem um propósito comum e inegociável: os interesses dos brasileiros em primeiro lugar.

O brasileiro pode e deve sonhar. Sonhar com uma vida melhor, com melhores condições para usufruir do fruto do seu trabalho pela meritocracia. E ao governo cabe ser honesto e eficiente.

Apoiando e pavimentando o caminho que nos levará a um futuro melhor, ao invés de criar pedágios e barreiras.

Com este propósito iniciamos nossa caminhada. Com este espírito e determinação que toda equipe de governo assume no dia de hoje.

Temos o grande desafio de enfrentar os efeitos da crise econômica, do desemprego recorde, da ideologização de nossas crianças, do desvirtuamento dos direitos humanos e da desconstrução da família.

Vamos propor e implementar as reformas necessárias. Vamos ampliar infraestruturas, desburocratizar, simplificar, tirar a desconfiança e o peso do Governo sobre quem trabalha e quem produz.

Também é urgente acabar com a ideologia que defende bandidos e criminaliza policiais, que levou o Brasil a viver o aumento dos índices de violência e do poder do crime organizado, que tira vidas de inocentes, destrói famílias e leva a insegurança a todos os lugares.

Nossa preocupação será com a segurança das pessoas de bem e a garantia do direito de propriedade e da legítima defesa, e o nosso compromisso é valorizar e dar respaldo ao trabalho de todas as forças de segurança.

Pela primeira vez, o Brasil irá priorizar a educação básica, que é a que realmente transforma o presente e faz o futuro de nossos filhos.

Temos que nos espelhar em nações que são exemplos para o mundo que por meio da educação encontraram o caminho da prosperidade.

Vamos retirar o viés ideológico de nossas relações internacionais.

Vamos em busca de um novo tempo para o Brasil e para os brasileiros!

Por muito tempo, o País foi governado atendendo a interesses partidários que não o dos brasileiros. Vamos restabelecer a ordem neste País.

Sabemos do tamanho da nossa responsabilidade e dos desafios que vamos enfrentar. Mas sabemos aonde queremos chegar e do potencial que o nosso Brasil tem. Por isso, vamos, dia e noite, perseguir o objetivo de tornar o nosso País um lugar próspero e seguro para os nossos cidadãos e uma das maiores nações do planeta.

Podem contar com toda a minha dedicação para construir o Brasil dos nossos sonhos.

Agradeço a Deus por estar vivo e a vocês que oraram por mim e por minha saúde nos momentos mais difíceis.

Peço ao bom Deus que nos dê sabedoria para conduzir a nação.

Que Deus abençoe esta grande nação.

Brasil acima de tudo. Deus acima de todos.

Essa é a nossa bandeira, que jamais será vermelha. Só será vermelha se for preciso o nosso sangue para mantê-la verde e amarela.





## ANEXO E – Lista de palavras mais frequentes no pronunciamento de Getúlio Vargas

AntConc 3.5.8 (Windows) 2019

File Global Settings Tool Preferences Help

Corpus Files  
ANEXO A - Discurso GV 1937.txt

Concordance Concordance Plot File View Clusters/N-Grams Collocates Word List Keyword List

Word Types: 1444 Word Tokens: 3479 Search Hits: 0

Rank	Freq	Word	Lemma	Word Form(s)
1	180	de		
2	135	a		
3	126	e		
4	94	o		
5	83	que		
6	67	da		
7	66	do		
8	56	se		
9	51	em		
10	45	as		
11	45	os		
12	39	não		
13	37	dos		
14	36	das		
15	25	à		
16	22	para		
17	19	na		
18	19	por		
19	19	às		

Search Term  Words  Case  Regex Hit Location  
 não Advanced Search Only 0

Start Stop Sort

Lemma List  Loaded  
 Word List  Loaded

Sort by  Invert Order  
 Sort by Freq

Total No. 1  
 Files Processed

Clone Results

AntConc 3.5.8 (Windows) 2019

File Global Settings Tool Preferences Help

Corpus Files  
ANEXO A - Discurso GV 1937.txt

Concordance Concordance Plot File View Clusters/N-Grams Collocates Word List Keyword List

Word Types: 1444 Word Tokens: 3479 Search Hits: 0

Rank	Freq	Word	Lemma	Word Form(s)
21	18	sua		
22	17	nos		
23	16	com		
24	16	como		
25	16	nacional		
26	16	política		
27	14	um		
28	13	aos		
29	13	poder		
30	12	governo		
31	12	uma		
32	11	ao		
33	11	nação		
34	11	suas		
35	11	é		
36	10	país		
37	10	pelo		
38	10	sem		
39	9	mais		

Search Term  Words  Case  Regex Hit Location  
 sua Advanced Search Only 0

Start Stop Sort

Lemma List  Loaded  
 Word List  Loaded

Sort by  Invert Order  
 Sort by Freq

Total No. 1  
 Files Processed

Clone Results



## ANEXO F – Lista de palavras mais frequentes nos pronunciamentos de Jair Bolsonaro

AntConc 3.5.8 (Windows) 2019

File Global Settings Tool Preferences Help

Corpus Files  
anexos B e C.txt

Concordance Concordance Plot File View Clusters/N-Grams Collocates Word List Keyword List

Word Types: 799 Word Tokens: 1985 Search Hits: 0

Rank	Freq	Word	Lemma	Word Form(s)
7	35	para		
8	34	da		
9	24	com		
10	23	brasil		
11	23	um		
12	14	nossa		
13	14	os		
14	13	deus		
15	13	em		
16	13	se		
17	12	as		
18	12	vamos		
19	11	ao		
20	11	dos		
21	11	por		
22	10	todos		
23	10	uma		
24	9	brasileiros		
25	9	das		

Search Term  Words  Case  Regex  Hit Location Search Only 0

Start Stop Sort

Lemma List  Loaded

Word List  Loaded

Sort by  Invert Order

Sort by Freq

Clone Results

Total No. 1

Files Processed

## ANEXO G – Lista de palavras mais frequentes nos pronunciamentos de Getúlio Vargas e de Jair Bolsonaro

AntConc 3.5.8 (Windows) 2019

File Global Settings Tool Preferences Help

Corpus Files

ANEXO A - Discurso GV 1937.txt  
anexos B e C.txt

Concordance Concordance Plot File View Clusters/N-Grams Collocates Word List Keyword List

Word Types: 1994 Word Tokens: 5464 Search Hits: 0

Rank	Freq	Word	Lemma	Word Form(s)
13	48	dos		
14	46	não		
15	45	das		
16	40	com		
17	37	um		
18	31	à		
19	30	por		
20	26	na		
21	26	nos		
22	25	brasil		
23	25	no		
24	24	nacional		
25	23	como		
26	22	ao		
27	22	uma		
28	21	governo		
29	20	política		
30	20	sua		
31	20	às		

Search Term  Words  Case  Regex  Hit Location Search Only 0

Start Stop Sort

Sort by  Invert Order Sort by Freq

Lemma List  Loaded Word List  Loaded

Clone Results

Total No. 2  
Files Processed